

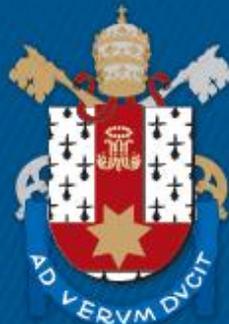
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MICHAEL DA COSTA LAMPERT

TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS EM CONTEXTO PÓS-GOLPE DE 2016 E SUAS  
IMPLICAÇÕES PARA FORMAÇÃO PRESENCIAL EM SERVIÇO SOCIAL NO RIO GRANDE  
DO SUL

Porto Alegre  
2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

**MICHAEL DA COSTA LAMPERT**

**TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS EM CONTEXTO PÓS-GOLPE DE 2016 E SUAS  
IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO PRESENCIAL EM SERVIÇO SOCIAL NO RIO  
GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Orientadora: Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel.

Porto Alegre  
2020

## Ficha Catalográfica

L237t Lampert, Michael da Costa

Transformações societárias em contexto pós-golpe de 2016 e suas implicações para a formação presencial em Serviço Social no Rio Grande do Sul / Michael da Costa Lampert . – 2020.

156 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel.

1. Serviço Social. 2. Formação presencial. 3. Educação Superior. 4. Conjuntura neoliberal. I. Maciel, Ana Lúcia Suárez. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

MICHAEL DA COSTA LAMPERT

TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS EM CONTEXTO PÓS-GOLPE DE 2016 E SUAS  
IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO PRESENCIAL EM SERVIÇO SOCIAL NO RIO  
GRANDE DO SUL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção ao Título de Mestre em Serviço Social.

Banca examinadora:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Suárez Maciel (Orientadora) - PUCRS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Gershenson – PUCRS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Loiva Mara Machado de Oliveira – UFRGS

---

Porto Alegre  
2020

## *In memorian*

*Dedico esse trabalho ao meu cachorro Johnnie (12/01/2019 – 01/03/2020), que amei desde o dia que o adotei e o peguei pela primeira vez em meus braços, em fevereiro de 2019 com seus 38 dias de vida ali em São Leopoldo, até seu último suspiro, em primeiro de março de 2020 aqui em Porto Alegre.*

*Infelizmente partiste abruptamente no período em que encerrava essa dissertação. Mesmo com todo transtorno de tua partida, lhe sou grato, principalmente por me ensinar o significado de amor incondicional, companheirismo, fidelidade e amor à vida.*

*Todos os dias ao teu lado foram de alegria e muitas brincadeiras, além da companhia noites adentro nos estudos, nos trabalhos acadêmicos, nos passeios, nas “balbúrdias” e na vida, meu “bolsista de iniciação canina” sou grato a tudo que me proporcionaste em vida, muito disso, agora guardado com todo amor nas fotos e vídeos como as melhores lembranças de um canino que pulsava força, energia, intensidade e amor a todas pessoas que convivia em sua volta, registro meus agradecimentos por todos os momentos que partilhamos durante tua curta vida que foi durante todo segundo ano em que eu estudava para me tornar Mestre.*

*Sempre será lembrado como o cachorro mais apaixonado pela vida que eu tive, saiba que não deixarei de te amar e que deixou uma saudade que parece não ter fim, mas que se conforta nas boas memórias que deixou.*

*Sou grato por ter me escolhido como tutor e ter me amado com todos os defeitos que me fazem humano, fizeste todos os meus dias mais felizes e completos e, com toda certeza, me fez uma pessoa melhor.*

*Estes escritos acompanharam toda tua trajetória de vida e se deram em tua companhia fiel, obrigado por tudo, Johnnie!*

## **AGRADECIMENTOS**

A trajetória até este momento não foi fácil, resulta de uma longa jornada de formação em Serviço Social junto à Universidade Federal de Santa Maria, a qual abriu sendas para que eu pudesse seguir com os estudos em nível de mestrado no Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Concluída essa etapa, tive a possibilidade de aprofundar esses estudos em nível de doutorado nesta mesma instituição ou no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, instituições que se comprometem e trabalham com a formação de assistentes sociais tanto em nível de graduação, como em nível de mestrado e doutorado, além de meu respeito, registro meus agradecimentos para as e os colegas assistentes sociais destas instituições que diariamente dispensam esforços para nos formar com qualidade, excelência e compromisso ético-político com nossa sociedade.

Os agradecimentos não são poucos, primeiro à minha esposa, Isabel Cristina Reinheimer, pelo apoio incondicional em todos os momentos que partilhamos juntos neste caminho, sou grato pela força que me passa para seguir firme nesta caminhada que fizemos e ainda faremos lado a lado. Não menos importante, à minha mãe, dona Eli Margarete Prado da Costa, que desde final de 2011 foi acometida por um acidente que a deixou hemiplégica do lado direito do corpo e com uma série de limitações, sei que não tem sido fácil viver nessa nova condição, mas espero que esta conquista lhe sirva como um afago para saber que teu filho não mede esforços para te honrar, aonde quer que for, e esta vitória também é tua.

Aos amigos e padrinhos de casamento Franciele Batistella e Lotário de Souza, que abriram a porta de casa para me acolher e condicionar um teto até que eu pudesse organizar a vida e mudança para a capital gaúcha, também agradeço pelas noites adentro junto com o camarada Vagner Guedes e os debates sobre as mais variadas vertentes teóricas que explicam nossa realidade, como também pela paciência para escutarem e de certa forma, contribuírem com a etapa de elaboração do projeto e das reflexões que se expressam nesta dissertação, prova de que o conhecimento construído coletivamente rende bons frutos.

Academicamente, registro minha gratidão à minha orientadora Ana Lúcia Suárez Maciel, a qual tive a honra de ser aprendiz nesta etapa do mestrado, além das orientações para esta dissertação e dos ensinamentos em sala de aula, me orgulha muito ser discípulo de uma pesquisadora que socializa a produção de conhecimento com nossa categoria profissional, também agradeço pela “orientação extra” e por parar comigo para organizar

os pensamentos e os projetos para seleções de doutorado que fiz no último semestre de 2019, na qual obtive êxito em ambas seleções, isso também reflete teu trabalho como educadora permanente de assistentes sociais. Destaco que para além da formação acadêmica, frente aos contratempos inesperados em minha vida em momento pós-defesa e na reta final deste trabalho que em certa medida me jogaram ao chão, lhe agradeço pelo apoio dado em momento difícil e pelo lado humano que fez de tudo que lhe coube como orientadora para me levantar e para que essa dissertação fosse concluída dentro do prazo estimado, meus mais sinceros muito obrigado, Ana.

Este trabalho também reconhece os devidos agradecimentos à banca examinadora deste trabalho e suas contribuições, graças às assistentes sociais e docentes Beatriz e Loiva, este trabalho agora compõe a produção de conhecimento do PPGSS-PUCRS sob forma de dissertação que trabalha com tema de formação presencial em Serviço Social no RS, foi fundamental abrir a discussão dessa temática e poder contar com as proposições de vocês.

A professora Beatriz Gershenson que foi cirúrgica em suas colocações e provocações eloquentes, se não fosse para me dar uma “sacodida” no bom sentido, não seria convidada para qualificação e defesa deste trabalho. Além de ter sido minha professora da disciplina de Serviço Social e Transformações Societárias, lhe admiro desde o dia que lhe conheci naquele seminário de Ética e Direitos Humanos do 9º EGAS (em 2015) na qual foste conferencista numa mesa com a temática de “Serviço Social e Direitos Humanos”, uma verdadeira aula de Ética, Serviço Social e Direitos Humanos com a mesma eloquência, energia e vitalidade que até hoje nos mobiliza enquanto assistentes sociais que tem a oportunidade de lhe escutar e aprender contigo, meus agradecimentos por estar presente neste momento da minha formação como mestre em Serviço Social e pelas contribuições para este trabalho.

A professora Loiva Mara de Oliveira Machado, que além de avaliadora, também é colega de longa data na militância e na minha formação em Serviço Social, primeiro enquanto estive na ENESSO na época de graduação, agora, como assistente social de base que acompanha a Comissão de Formação e Trabalho Profissional do CRESS-RS. Me orgulho muito de lhe ter como avaliadora, afinal, não é qualquer pessoa que tem a honra de ter como banca alguém que muito tem feito pela nossa categoria profissional junto ao CRESS-RS, principalmente na defesa da formação profissional com qualidade articulada à luta coletiva protagonizadas nas nossas entidades representativas do conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS, ENESSO e FESSS. Não é de hoje que estamos nessa jornada com as entidades representativas e foi desta jornada que tomei impulso pra encarar essa etapa de

mestrado e concluir esse ciclo de formação pós-graduada com uma pesquisa sobre a formação no RS, nada mais satisfatório do que ter como avaliadora alguém que faz parte desta jornada e defende com todas as forças o tema desta dissertação, a “formação profissional”, minha gratidão por aceitar partilhar este momento comigo.

Não menos importante, os agradecimentos a Luana Filipetto, pela força e paciência na revisão e formatação deste trabalho, assim como foi no trabalho de conclusão de curso ainda na graduação, nesta etapa de pós-graduação não deixou a desejar com leitura atenta e os ajustes necessários para manter o conteúdo bruto da pesquisa, porém lapidado para entregar as e os leitoras(es) um trabalho de qualidade textual que saiba traduzir sua importância e relevância nos tempos adversos que vivemos, em que a produção de conhecimento está cada vez mais ameaçada, finalizar este trabalho e tornar sua linguagem acessível também é expressão de resistência e compromisso com a pesquisa e produção de conhecimento que nós, enquanto pesquisadores, assumimos ao buscar por uma formação pós-graduada.

Os agradecimentos também se estendem as e os assistentes sociais e estudantes de Serviço Social que tive e tenho a honra e o prazer de conviver nesta trajetória. Quando me coloquei para pesquisar sobre formação profissional, foi por saber o quão difícil têm sido a realidade para nosso povo que nessa configuração societária, necessita do Serviço Social. Espero que a proposta desta pesquisa sirva para estudantes e profissionais de Serviço Social refletir sobre a importância da formação desta profissão na atualidade e que sempre busquem por qualificar as mediações profissionais possíveis no tempo presente para trazer uma vida mais justa para essas pessoas que precisam do Serviço Social, no intuito de dar materialidade ao Código de Ética Profissional e suas predições, pois são elas que nos movimentam e nos fazem ir adiante nessa trajetória que chamamos de vida.

É difícil andar pelas ruas e ver aquilo que a sociedade torna invisível: as pessoas passando fome, sob as intempéries do tempo e as surpresas do clima, sob frio, chuva, calor e, talvez o pior de tudo, a indiferença que são tratadas pelos demais. A violência, a miséria, a pobreza, o não acesso à bens e serviços comuns como um teto para viver e água potável para beber figuram uma constante violação dos ditos direitos humanos, não precisa ser assistente social para ver isso, mas é preciso ser assistente social para trabalhar com essas sequelas da questão social. Nesse sentido, tomar o trabalho assalariado como meio de alçar condições que consolide nosso código de ética no cotidiano para o enfrentamento dessas condições inumanas que está na marquise dos prédios, na esquina de casa, nas ruas, nas praças e demais cantos da cidade, torna-se ação imprescindível para mudar

essas injustiças e se alçar à classe trabalhadora no anseio de transformar a realidade e acreditar que sim, fazer um outro mundo é possível.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela oportunidade de ter realizado este trabalho com bolsa integral durante o período de formação como Mestre em Serviço Social, sem o apoio financeiro da bolsa, seria inviável sair do interior do RS e se mudar para a Capital gaúcha. Graças à CAPES este trabalho foi viável e está à disposição junto ao PPGSS-PUCRS para consulta e conhecimento público.

O caminho não é fácil, mas não o fazemos sozinhos, por isso reforço meus agradecimentos a todas e todos que fazem deste caminho mais leve e mais rígido para as lutas necessárias, afinal, nossa tarefa enquanto classe trabalhadora não é e nunca será fácil, principalmente em uma conjuntura tão adversa como a que estamos vivendo, mais que nunca é tempo de resistir e revidar, é tempo de lutar e de não calar, tempo de fazer e não esmaecer, de tomar a história na mão e conduzir o futuro desejado, para quando chegar nossa hora, sabermos que valeu a pena ter lutado. Para todas e todos que participaram desta minha caminhada, é que dedico este trabalho e os devidos agradecimentos.

Michael da Costa Lampert, março de 2020.

## RESUMO

### TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS EM CONTEXTO PÓS-GOLPE DE 2016: IMPLICAÇÕES PARA FORMAÇÃO PRESENCIAL EM SERVIÇO SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL

A presente dissertação é resultado de pesquisa realizada com temática que versa sobre formação presencial em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul junto ao PPGSS da PUCRS. A investigação foi impulsionada pela seguinte pergunta: Como as atuais configurações da educação superior no Brasil incidem na formação em cursos presenciais de Serviço Social no RS? O ponto de partida desta investigação tem como enfoque analítico os desdobramentos históricos e políticos na atual conjuntura e tomou como ponto de partida o golpe de 2016, e suas repercussões na educação superior e na formação em Serviço Social. Trata-se, do ponto de vista metodológico, de um estudo com enfoque misto que combina dados quantitativos e qualitativos. Ao abordar metodologicamente o objeto, o estudo considerou categorias analíticas da realidade fundamentadas no método dialético-crítico como elemento propulsor da investigação, de modo que sintetize e expresse as contradições e mediações que venham a contribuir para análise do movimento da realidade no qual a formação profissional em Serviço Social se constitui e faz parte. Essas categorias emergem do movimento dialético e contribuem para explicar a realidade, de modo que transita na história, teoria e método com finalidade de elaborar síntese em torno do problema de pesquisa. Os resultados da pesquisa sinalizam a tendência da formação como expressão da mercantilização do ensino superior que, em razão da conjuntura política favorável ao mercado financeiro expressamente constituída pós-golpe de 2016, encontra materialidade principalmente na EC 95/2016 e seus desdobramentos que reconfiguraram os modos de vida em escala societária no Brasil. Neste sentido, as implicações identificadas para a formação presencial em Serviço Social no RS destacam-se nos seguintes pontos: 1) As condições históricas em movimento frente as transformações societárias pós golpe de 2016 indicam tendência de destituição e/ou transição da formação presencial nas instituições privadas para modalidade de ensino à distância, revelando que, a formação presencial em Serviço Social no RS futuramente prevalecerá nos cursos de natureza pública, somente; 2) Ao passo que os impactos societários favorecem uma conjuntura que está propensa à expansão da modalidade EaD na esfera educacional, em tempo que essa modalidade toma mais força na educação superior e passa a disputar vagas com as IES presenciais, constatou-se um constante tensionamento acerca das novas formas de se educar, principalmente, refletidas na reformulação e reestruturação de projetos pedagógicos de cursos, que passaram a se reconfigurar constantemente de acordo com os moldes educacionais influenciados pelo mercado financeiro e a maneira que este dimensiona nas IES a racionalidade neoliberal, expressada principalmente em seu caráter concorrencial; 3) gradualmente, a constante reconfiguração posta para a formação presencial se reflete na dilapidação da formação crítica devido o lastro deixado pela lógica concorrencial que vem ocorrendo entre as IES, que objetiva reduzir custos e maximizar resultados, ou seja, tende a explorar cada vez mais a força de trabalho de quem forma novos quadros profissionais sob condições precárias. No caso, expressos em flexibilizações e reformulações curriculares, adequação de projetos pedagógicos somados a polivalência do trabalho que aparece para assistentes sociais docentes, onde estes devem dar conta de ensino, pesquisa, extensão, supervisão de estágio, orientação de trabalhos de conclusão de curso, produção de conhecimento, planejamento de aulas entre outras atividades em tempo que os cursos vem reduzindo seus quadros de docência, cada vez mais se acarreta trabalho que se concentra no que resta desses quadros; 4) o impacto nas condições de trabalho de assistentes sociais docentes, revelam o abuso da relativa autonomia que assistentes sociais dispõe para exercer seu trabalho nas IES, em alguns casos, os atravessamentos institucionais que sobrecarregam o trabalho e impõe flexibilizações e adequações aos cursos, por consequência, demonstram impactos diretamente na qualidade da formação de novos profissionais devido tensionamento do modelo sobreposto pela educação superior em seu sentido mercadológico ao projeto profissional e formação em Serviço Social, conseqüentemente, esses impactos prejudicam a formação da identidade profissional e posteriormente, pode vir a refletir um perfil desqualificado para exercer a profissão, demonstrando que as IES podem vir a cancelar uma formação descompromissada com o que a categoria do Serviço Social historicamente constituiu para seu projeto profissional e de formação. Esses resultados expressam a análise da realidade que caracteriza a configuração da formação presencial no RS. O processo de pesquisa realizado neste trabalho recorreu a fontes teóricas, documentais e contou com a participação de assistentes sociais que coordenam cursos presenciais no RS

por meio de questionário *online* para condensar dados empíricos. Diante das reflexões expostas, se verifica a necessidade de intensificar e fomentar organização coletiva da categoria do Serviço Social para defender no âmbito da formação e do trabalho profissional, condições de educação e formação assentada nos moldes da teoria social crítica. Essa defesa somada à produção e disseminação de conhecimento sob essa luz teórica crítica também se configura como uma estratégia de enfrentamento da ofensiva neoliberal e mercadológica identificada no processo investigativo. Como possibilidade de mediação possível para o tempo histórico vivenciado, há de se reconhecer nas entidades representativas da categoria um catalisador de resistência que, somadas à outros segmentos da classe trabalhadora que partilham de valores aportados em princípios éticos do serviço social, para além da formação, a defesa de um modelo de educação para além do capital como bandeira de luta é compromisso e possibilidade histórica tanto de aproximação com objetivos comuns por uma ordem societária mais justa na contraposição da ordem neoliberal, quanto da possibilidade de transformar as próprias IES, que tem a universidade como excelência educacional e pode contribuir com a formação crítica da classe trabalhadora.

**Palavras chaves:** Serviço Social; Formação presencial; educação superior; conjuntura neoliberal.

## ABSTRACT

### **SOCIETAL TRANSFORMATIONS IN THE POST 2016 CAMPAIGN CONTEXT: IMPLICATIONS FOR FACE-TO-FACE SOCIAL SERVICE TRAINING IN RIO GRANDE DO SUL**

This dissertation is the result of a research carried out on the subject of presentational training in Social Work in the state of Rio Grande do Sul at the PUCRS PPGSS. The research was driven by the following question: How do the current configurations of higher education in Brazil focus on training in presentational courses of Social Work in RS? The starting point of this research has as its analytical focus the historical and political developments in the current conjuncture and took as its starting point the coup of 2016, and its repercussions in higher education and training in Social Service. It is, from the methodological point of view, a study with a mixed approach that combines quantitative and qualitative data. In methodologically approaching the object, the study considered analytical categories of reality based on the dialectic-critical method as a propelling element of the investigation, so that it synthesizes and expresses the contradictions and mediations that may contribute to the analysis of the movement of reality in which professional training in Social Work is constituted and is part. These categories emerge from the dialectical movement and contribute to explain reality, so that it transits through history, theory and method in order to elaborate a synthesis around the problem of research. The results of the research signal the tendency of formation as an expression of the mercantilization of higher education which, due to the political conjuncture favorable to the financial market expressly constituted after 2016, finds materiality mainly in the EC 95/2016 and its unfoldings that reconfigured the ways of life on a societal scale in Brazil. In this sense, the implications identified for the classroom training in Social Work in RS stands out in the following points: 1) The historical conditions in motion in the face of the post-war societal transformations in 2016 indicate a trend towards dismissal and/or transition from classroom training in private institutions to distance learning, revealing that classroom training in Social Work in Rio Grande do Sul will in future only prevail in courses of a public nature; 2) While the social impacts favor a conjuncture that is prone to the expansion of the EaD modality in the educational sphere, at a time when this modality takes on more strength in higher education and starts to dispute vacancies with the in-person HEIs, there was a constant tension about the new forms of education, mainly reflected in the reformulation and restructuring of pedagogical projects of courses, which started to reconfigure constantly according to the educational molds influenced by the financial market the form that this dimension in HEIs the neoliberal rationality expressed mainly in its competitive character; 3) Gradually, the constant reconfiguration put in place for face-to-face training is reflected in the dilapidation of critical training due to the ballast left by the competitive logic that has been occurring among HEIs, which aims to reduce costs and maximize results, i.e., tends to increasingly exploit the workforce of those who form new professional staff under precarious conditions. In this case, expressed in curricular flexibilizations and reformulations, adequacy of pedagogical projects added to the polyvalence of the work that appears for teaching social workers, where they must give account of teaching, research, extension, supervision of internship, orientation of works of conclusion of course, production of knowledge, planning of classes among other activities in time that the courses have been reducing their teaching staff, more and more work is carried out that focuses on what remains of these staff; 4) the impact on the working conditions of teaching social workers, reveal the abuse of the relative autonomy that social workers have to exercise their work in HEIs, in some cases, the institutional crossings that overload the work and impose flexibility and adjustments to the courses, therefore, demonstrate direct impacts on the quality of training of new professionals due to the tensioning of the model superimposed by higher education in its marketing sense to the professional project and training in Social Work, Consequently, these impacts hinder the formation of professional identity and later, may come to reflect a profile disqualified to exercise the profession, demonstrating that the HEI may come to chancel an uncompromising formation with what the category of Social Service historically constituted for its professional and training project. These results express the analysis of the reality that characterizes the configuration of the presentational formation in RS. The research process carried out in this work resorted to theoretical and documentary sources and had the participation of social workers who coordinate courses in RS through online questionnaire to condense empirical data. In view of the reflections exposed, there is a need to intensify and foster the collective organization of the category of Social Service to defend in the scope of training and professional work, conditions of education and training based on the molds of critical social theory. This defense added to the production and dissemination of knowledge under this critical theoretical light is also a strategy to confront the neoliberal and market offensive identified in the investigative process. As a possible mediation possibility for the historical time experienced,

a catalyst of resistance must be recognized in the entities representing the category, which, added to other segments of the working class that share values contributed to ethical principles of social service, beyond training, the defense of a model of education beyond capital as a flag of struggle is commitment and historical possibility both of approximation with common objectives for a more just societal order in the opposition of the neoliberal order, and the possibility of transforming the HEIs themselves, which has the university as an educational excellence and can contribute to the critical formation of the working class.

**Keywords:** Social Service; face-to-face training; higher education; neoliberal situation.

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social  
ANDES – Associação Nacional dos Docentes da Educação Superior  
CCs – Coordenadores de Cursos  
CCC – Coordenadores de Cursos Comunitários  
CCP – Coordenadores de Cursos Públicos  
CEUCLAR – Centro Universitário Claretiano  
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social  
DEM - Democratas  
DOU – Diário Oficial da União  
EAD – Educação à Distância  
EC – Emenda Constitucional  
ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social  
FADERGS – Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul  
FAEL – Faculdade educacional da Lapa  
FAESF/UNEF – Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana\*  
FORMASS – Grupo de Estudos sobre Gestão Social e Formação em Serviço Social  
FSG – Centro Universitário Serra Gaúcha  
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística  
IES – Instituição de Ensino Superior  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira  
IPA – Instituto  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases  
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MEC – Ministério da Educação  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PL – Projeto de Lei  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PP – Partido Progressista  
PPI – Programas de Parcerias e Investimentos  
PPS – Partido Popular Socialista  
PR – Partido da República  
PRB – Partido Republicano Brasileiro  
Pros – Partido Republicano da Ordem Social  
PRP – Partido Republicano Progressista  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSC – Partido Social Cristão  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSL – Partido Social Liberal  
Psol – Partido Socialismo e Liberdade  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PUCSP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
RS – Rio Grande do Sul  
UCB – Universidade Católica de Brasília  
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco  
UCPEL – Universidade Católica de Pelotas  
UCS – Universidade de Caxias do Sul  
UFAs – Unidades de Formação Acadêmicas  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria  
ULBRA – Universidade Luterana do Brasil  
UMESP – Universidade Metodista de São Paulo  
UNESA – Universidade Estácio de Sá  
UNIANDRADE – Centro Universitário Campos de Andrade  
UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo Da Vinci  
UNICESUMAR – Centro Universitário de Maringá  
UNICID – Universidade Cidade de São Paulo  
UNICSUL – Universidade Cruzeiro do Sul

UNIDERP – Universidade Anhanguera  
UNIFACS – Universidade Salvador  
UNIFACVEST – Centro Universitário FACVEST  
UNIFRA – Centro Universitário Franciscano  
UNIFRAN – Universidade de Franca  
UNIGRAN – Universidade da Grande Dourados  
UNILASALLE – Universidade La Salle  
UNINTER – Centro Universitário Internacional  
UNIP – Universidade Paulista  
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa  
UNIPLAN – Centro Universitário Planalto do Distrito Federal  
UNISA – Universidade Santo Amaro  
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul  
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina  
UNIVERSO – Universidade Salgado de Oliveira  
UNOPAR – Universidade Pitágoras  
URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados importados Censo da Educação Superior 2018 .....	89
Tabela 2 - Dados dos cursos de Serviço Social no Brasil nos últimos censos da Educação Superior .....	91
Tabela 3 - IES que ofertam Cursos EaD no RS.....	109
Tabela 4 - Primeira pergunta do questionário.....	117
Tabela 5 - Segunda pergunta do questionário.....	121
Tabela 6 - Terceira pergunta do questionário .....	125
Tabela 7 - Quarta pergunta do questionário .....	127
Tabela 8 - Quinta pergunta do questionário.....	128
Tabela 9 - Sétima pergunta do questionário .....	135

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Matrícula na rede privada, por tipo de financiamento/bolsa - Ilustração importada do Censo da Educação Superior (INEP, 2018, p 24).....	86
Figura 2 – Percentual de matrículas e Distribuição de matrícula na rede privada por tipo de financiamento de bolsa - Ilustração importada do Censo da Educação Superior (INEP, 2018, p 24).....	86

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>1.1 ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA .....</b>	<b>30</b>
<b>1.2 DA ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO .....</b>	<b>39</b>
<b>2. LEITURA DO GOLPE DE 2016 PARA O SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>40</b>
<b>2.1 CONTEXTO DO GOLPE DE 2016: O ECO DE UMA CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL NA TRANSFORMAÇÃO SOCIETÁRIA EM CURSO SOB A ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>46</b>
<b>2.2 REFLEXOS DE UMA HERANÇA GOLPISTA .....</b>	<b>66</b>
<b>3. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA .....</b>	<b>76</b>
<b>3.1 TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS COM TENDÊNCIAS NEOLIBERAIS: IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>83</b>
<b>4. A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO RS NA ATUALIDADE .....</b>	<b>103</b>
<b>4.1 ASPECTOS DA FORMAÇÃO PRESENCIAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RS NA ATUALIDADE .....</b>	<b>116</b>
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>143</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>151</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>153</b>



# 1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação tomou como objeto de estudo a formação presencial em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul (RS). A pesquisa realizada neste trabalho trata de um estudo que objetiva entender como essa formação se conforma na atualidade em razão das transformações societárias que ocorreram no Brasil no contexto pós-golpe de 2016.

O resultado imediato desse trabalho se apresenta em seu título: “Transformações societárias em contexto pós-golpe de 2016 e suas implicações para a formação presencial em Serviço Social no Rio Grande do Sul”. O objetivo central da pesquisa versa por realizar uma reflexão crítica sobre a formação profissional na educação presencial em Serviço Social, em decorrência dos desdobramentos advindos do golpe de 2016 com sua ênfase em identificar as implicações que se apresentam na formação de assistentes sociais no RS.

A proposta de pesquisa se ancorou teoricamente em referenciais Marxistas e Marxianos, em especial, a partir de Mészáros, por considerar sua compreensão da “incorrigível lógica do capital e seu impacto na educação” (2008, p. 25), concepção que permite localizar o objeto de pesquisa aqui tratado: a formação em Serviço Social. A relação deste referencial teórico com a formação se interliga ao objeto quando se percebe no cenário brasileiro uma profissão que se habilita a partir de uma formação obtida no âmbito da educação superior. Logo, trata-se de uma educação formal operacionalizada em Instituições de Educação Superior (IES), estas que conferem diploma para o bacharel posteriormente pleitear seu espaço no mundo do trabalho como assistente social, ou seja, dentro do modo de produção capitalista.

Feita esta primeira aproximação entre referencial teórico e objeto, considera-se que a formação e o trabalho profissional mantêm uma relação indissociável na sociabilidade capitalista da atualidade. Assim, estudar a formação significa buscar nitidez sobre o papel da graduação de Serviço Social e sua relação com o perfil do corpo profissional que possivelmente venha a vender sua força de trabalho dentro da sociabilidade capitalista, ou seja, exercer a profissão como trabalho nos mais variados segmentos que demandam assistentes sociais, seja no estado, no setor privado e/ou terceiro setor.

De acordo com Oliveira (2010), existem duas orientações básicas que são cruciais para entender o papel da formação profissional em Serviço Social:

A primeira é a discussão feita em nosso projeto curricular, ao afirmar que “os princípios norteadores do processo formativo são direcionados à Formação de um profissional dotado de competência teórico-crítica, com uma sólida aproximação das vertentes do pensamento social contemporâneo e suas expressões teórico-práticas no Serviço Social a exigir a afirmação de trato teórico-metodológico

rigoroso aliado a um atento acompanhamento histórico da dinâmica da sociedade". É por isso que o maior desafio está na articulação entre a profissão e a realidade social, certo que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas na realidade. A segunda é a definição do perfil do bacharel em Serviço Social estabelecido coletivamente pela Abepss para todo o território nacional: profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do código de ética do assistente social (OLIVEIRA, 2010, p. 738).

Entende-se a formação de assistentes sociais como um produto da educação superior brasileira dada por instituições formais de educação seja elas públicas ou privadas, nas modalidades presenciais ou de Ensino a Distância (EaD). Desta maneira, se fortalece a ideia de que essa estrutura formativa geral atribuída à educação superior carrega consigo marcas e incidências da sociabilidade que a permeia e justifica sua existência. Conforme elucidado por Mészáros:

As determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se tiverem em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo (MÉSZÁROS, 2008, p. 43).

Neste sentido, sob entendimento que essas determinações gerais do capital configuram-se como uma dinâmica de organização societária composta por uma diversidade de processos sociais, se estruturou um procedimento metodológico para identificar como se apresenta a formação presencial em Serviço Social no RS na atualidade, considerando sua particularidade frente às modificações que vêm ocorrendo na esfera da educação superior brasileira, face às transformações societárias em curso no período pós-golpe de 2016.

A preocupação de formular entendimento do significado deste golpe para a formação profissional perpassa pelo entendimento de que a educação superior se constitui como direito social e humano. Ao considerar este aspecto, o golpe de 2016 significa tanto a devastação e dilapidação de uma diversidade de direitos sociais, quanto a deturpação destes para a esfera educacional como um todo, nessa perspectiva, "a pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais" (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 1).

A realidade que se pretende descobrir e conhecer supõe que há de se pesar dois aspectos que posteriormente serão teoricamente adensados: primeiro, o golpe de 2016 funcionou como um mecanismo da incorrigível lógica do capital para legitimar através de um ato de força, uma via política que capilarizou com maior intensidade o neoliberalismo na sociedade e passou a refletir sua racionalidade junto às mudanças paradigmáticas nas transformações societárias em curso, onde se redimensionou aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais; segundo, o impacto na educação em sua esfera ampliada, que abrange desde a educação fundamental até a pós-graduada, revela a tendência desta educação ser cooptada e multiplicadora dessa lógica incorrigível, ao tempo que passa a subverter o pensamento crítico, essa lógica resguarda à educação em sua centralidade o papel de formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho como elemento que dá vitalidade para a referida lógica e reproduz novas relações sociais de acordo com as necessidades de cada tempo histórico.

Não descolado dessa dinâmica das relações sociais que se configuram e reconfiguram de acordo com as mudanças societárias, Iamamoto pontua que o Serviço Social não se movimenta isolado destes acontecimentos e destaca o seguinte:

[...] pensar o Serviço Social na reprodução das relações sociais significa afirmar que ele participa de um mesmo movimento que permite a continuidade da sociedade de classes e cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos – projetos de classe para sociedade – cria o terreno sócio-histórico para a construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. Tem-se, portanto, a presença de forças sociais e políticas reais – não mera ilusão – que permitem a categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. Sendo a profissão atravessada por relações de poder, dispõe de um caráter essencialmente político, o que não decorre apenas das intenções pessoais do assistente social, mas dos condicionantes histórico-sociais dos contextos em que se insere e atua (IAMAMOTO, 2015, p. 25).

Desta forma, embora o estudo realizado tenha como seu objeto principal a formação presencial em Serviço Social no estado do RS, entende-se que o objeto perpassa por condições objetivas que se configuram a partir de condicionantes histórico-sociais em contexto pós-golpe de 2016, não se descolando do processo material, histórico e conjuntural em movimento que se habilitam no terreno sócio-histórico brasileiro. Portanto, para entender como a formação em Serviço Social sente seus rebatimentos aqui na região sul, há de se compreender sob quais condições se estrutura a educação superior brasileira no lapso temporal em que se propôs fazer a pesquisa.

Ressalta-se que a dissertação se estruturou a partir de processo investigativo afinado à matriz teórica do pensamento social crítico de Marx, e considera o método

materialista histórico dialético<sup>1</sup> como elemento fundamental para a abordagem da realidade em movimento, na intenção de desocultar o objeto de pesquisa e prover subsídios para o debate e construção de conhecimento na área de formação em Serviço Social no RS.

A aproximação com o método de Marx considera que essa matriz teórica é a que melhor se afina aos componentes de nucleação dos fundamentos do Serviço Social: materialista histórico porque permite um olhar crítico para a formação sócio-histórica brasileira em curso, precavido com as condições históricas e materiais que a sustentam e, dialético porque analisa essas condições para traduzir os fundamentos da vida social e da profissão mediante leitura crítica da realidade, considerando o termo de “crítica” no sentido de localizar suas limitações e possibilidades contidas no tempo histórico investigado.

Nessa perspectiva, a elaboração de uma pesquisa fiel ao método encontra em Triviños as sugestões para uma pesquisa na linha dialética, conforme o autor:

O pesquisador que segue uma linha teórica baseada no materialismo dialético deve ter presente em seu estudo uma concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer. Estes princípios básicos do marxismo devem ser completados com a ideia de que existe uma realidade objetiva fora da consciência e que esta consciência é um produto resultado da evolução do material, o que significa que para o marxismo a matéria é o princípio primeiro e a consciência é o aspecto secundário, o derivado. Sobre estes fundamentos, o pesquisador deve considerar as categorias e leis da dialética. Não é possível, porém, para o pesquisador imbuído de uma concepção marxista da realidade, realizar uma investigação no campo social, e especificamente na área educacional, se não tem ideia clara dos conceitos capitais do materialismo histórico: estrutura das formações socioeconômicas, modos de produção, força e relações de produção, classes sociais, ideologia, que é a sociedade, base e superestrutura da sociedade, história da sociedade como sucessão das formações socioeconômicas, consciência social e consciência individual, cultura como fenômeno social, progresso social, concepção de homem, ideia da personalidade, da educação, etc. (TRIVIÑOS, 2019, p. 73).

No intuito de contemplar a concepção dialética de linha de pesquisa, a análise aqui desenvolvida privilegiou o enfoque misto, que se caracteriza como “uma abordagem da investigação que combina ou associa formas qualitativa e quantitativa. Envolve suposições filosóficas, o uso de abordagens qualitativas e quantitativas e a mistura das duas abordagens em um estudo” (CRESWELL, 2010, p. 27). Desta forma, “[...] os métodos

---

<sup>1</sup> Nas palavras do próprio Marx: “[...] A investigação tem de se apropriar da matéria [*stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a *priori*. Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente o seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (MARX, 2015, p. 129).

quantitativos e qualitativos devem ser vistos como complementares, o que pode levar a um melhor desenvolvimento das pesquisas com objetos complexos” (MARSIGLIA, 2009, p. 388). Apesar de o estudo realizado se ancorar majoritariamente em aspectos qualitativos para investigar a realidade, tais aspectos também se complementaram com dados quantitativos para estabelecer uma unidade consistente e coerente do conhecimento aqui sintetizado e exposto.

A utilização desta abordagem significou a escolha de uma opção para melhor operacionalizar e direcionar um estudo de relevância, por reconhecer a temática e o objeto em suas complexidades, a aplicabilidade deste enfoque como procedimento metodológico buscou situar na história recente quais são os rumos que direciona a formação presencial em Serviço Social no RS.

Ao considerar o contexto histórico recente no qual as investidas do capital em tempos de avanço do neoliberalismo demonstra condições históricas que conferem novos desafios à formação profissional por meio das transformações societárias em curso, se reconhece que, na atualidade, essa formação com norte crítico e base metodológica marxista não está imune aos desdobramentos políticos e ideológicos em disputa no tempo presente, tampouco descolada destes e das bases materiais e histórica que o sustenta.

É mister o acordo de que o Serviço Social brasileiro se constituiu em processo histórico de luta e resistência no decorrer da expansão capitalista durante o séc. XX, na constituição de uma identidade e projeto profissional. Portanto, torna-se indispensável entender o legado histórico conferido à formação em Serviço Social no séc. XXI, enquanto uma direção profissional de senso crítico e direcionamento ético-político consolidado e definido no desenvolvimento histórico em curso.

No entanto, a problemática levantada reconhece que as lutas já travadas não garantem que a formação se estabeleça em sua plenitude conforme almeja as Diretrizes Curriculares elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABEPSS). Diretrizes que lançam mão de um projeto profissional orientado por uma teoria social crítica que se expressa no projeto ético-político da profissão, elementos que definem a direção social que orienta cursos de graduação<sup>2</sup> na atualidade.

---

<sup>2</sup> De acordo com Abramides (2019), “a direção social do curso implica a defesa dos direitos sociais conquistados e sua ampliação, hoje, ultrajados pela política neoliberal; a defesa da equidade e da justiça social enquanto universalização do acesso a bens e serviços relativos à reprodução da vida social; a defesa da qualidade e gestão democrática desses serviços; a defesa do trabalho; a luta contra a exclusão de amplas parcelas da população do processo produtivo; a luta contra a exploração nas diversas formas de trabalho tendo como horizonte a autonomia, a socialização política, a apropriação coletiva da riqueza socialmente produzida, no pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais” (ABRAMIDES, 2019, p. 61 *apud* ABESS, 1998, p. 99).

Nessas circunstâncias, além dos embates já realizados pela categoria profissional na defesa da formação, pesquisar seus rumos e conceber conhecimento científico torna-se imprescindível para desocultar como a formação presencial em Serviço Social no RS se conforma na atual conjuntura, a fim de se pensar estrategicamente em condições reais que possibilite efetivar o alcance das diretrizes formativas sob perspectiva crítica nos cursos do RS.

Na atualidade, para fazer uma leitura da formação profissional na esfera da educação superior, exige-se o esforço de observar a realidade de forma crítica e, para além de pensar a profissão e sua função social, se reconhece que esta precede da formação em Serviço Social. Isso posto, compreende-se que na atualidade a educação superior no Brasil é organizada pelo Ministério da Educação (MEC), juridicamente respaldada pela Lei de Diretrizes de Base (LDB) de 1996 e tem como principal função, estabelecer diretrizes gerais para a educação em todos os níveis (fundamental, médio, técnico e superior).

Referente à graduação em Serviço Social, as diretrizes curriculares da ABEPSS estabelecem as orientações que dão direção para a formação profissional e o perfil profissional que se almeja de assistentes sociais. Essas diretrizes tiveram sua última atualização em 1996 e expressam o resultado de acúmulo histórico, teórico, metodológico e ético-político da profissão, vivido e construído coletivamente pelas entidades do Serviço Social brasileiro e seus sujeitos (assistentes sociais, docentes, pesquisadores e estudantes).

Este período se destacou pelo amadurecimento profissional e intelectual que corroborou com o estabelecimento de definições mínimas para a formação em nível de graduação de Serviço Social – definições que culminaram no currículo inicialmente proposto em 1996<sup>3</sup>, ainda vigente. Salienta-se que a proposta inicial deste currículo sofreu alterações significativas, devida a necessidade de uma série de adequações exigidas pelo MEC que implicou em reformulações e alterações das diretrizes originalmente elaboradas e fez com que a versão final do documento fosse posteriormente aprovada, no ano de 2002.

Conforme Ortiz (2019), pode-se identificar significativas alterações e supressões entre a proposta inicial apresentada pela ABEPSS até a homologação das Diretrizes Curriculares efetivadas pelo MEC (Resolução nº 15 de 13 de março de 2002). Entre essas

---

<sup>3</sup> Em organização coletivamente conduzida pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS – atualmente ABEPSS), precedidas de oficinas, seminários e diversas atividades regionais e nacional ao longo de dois anos, foi possível elaborar um currículo mínimo com transformações significativas para o currículo que se encontrava em vigência desde 1982. Este currículo que se estabelece como diretrizes foi revisto e teve alguns pontos contidos em detrimento do MEC, havendo necessidade de uma revisão por uma comissão de especialistas em 1999, sendo efetivado a partir da resolução nº 15 de 13 de março de 2002 junto ao MEC, 6 anos após sua proposta inicial.

alterações constam modificações no texto referente ao perfil profissional, no conjunto de competências e habilidades profissionais, como também nos princípios da formação profissional<sup>4</sup>.

Dentre este *hall* de alterações, em meio a proposição inicial de diretrizes elaboradas pela ABEPSS e homologação final do MEC, a pesquisa de Ortiz (2019) destaca diversas supressões, a saber: no conjunto de competências e habilidades suprimiu-se as proposições “apreensão crítica dos processos sociais em uma perspectiva de totalidade”; “análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país”; “realizar estudos socioeconômicos para a identificação de demandas e necessidades sociais”; “exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de Serviço Social”; assumir o magistério de Serviço Social, coordenar cursos e unidades de ensino” e “supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social”. Nos princípios da formação profissional houve três propostas suprimidas: a “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade”, “indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão” e “compreensão da ética como princípio que perpassa a formação profissional” (ORTIZ, 2019, p. 224).

Apesar do ano de 1996 ter sido emblemático tanto para reformulação das Diretrizes Curriculares de Serviço Social, quanto para reformulação da LDB da educação, essa década demarcou alterações significativas para a educação na esfera do ensino superior, conforme destaca Maciel:

A última década do século XX pode ser considerada decisiva para a demarcação de um novo modelo de Educação para o ensino superior brasileiro. Esta afirmação decorre, de um lado, do arcabouço legal do ensino (a LDB aprovada em 1996) que inaugurou um conjunto significativo de mudanças na concepção e na operacionalização do ensino neste âmbito. E, de outro lado, das políticas internacionais que influenciaram a universidade brasileira, especialmente a privada, na conformação de um modelo de gestão empresarial que lhe permitiu a disputa pelo mercado do ensino superior. (MACIEL, 2006, p. 71).

A referida “disputa pelo mercado do ensino superior” situa um acirramento que historicamente pautou e configurou a educação superior no Brasil, é neste âmbito que desponta as proposições gerais que operacionalizam e orientam a função social das IES

---

<sup>4</sup> As principais alterações contidas no documento homologado referem-se ao Perfil dos Formandos, Competências e Habilidades, Organização do Curso, Conteúdos Curriculares, Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Atividades Complementares, essas alterações podem ser conferidas em estudo detalhado feito por Fátima Grave Ortiz, intitulado “Formação profissional e Serviço Social: uma Análise Sobre as Diretrizes Curriculares, seus Impasses e Desafios” publicado em “Temas Contemporâneos em Serviço Social” pela Editora Papel Social (2019).

na sociedade brasileira, dentre estas, a formação em Serviço Social não se dissocia de tais proposições gerais e também sente os rebatimentos destas orientações que organizam a educação superior em território brasileiro.

No entanto, a categoria do Serviço Social brasileiro detém uma leitura crítica acerca dessa disputa histórica e compreende a relação entre ensino universitário e formação profissional como uma possibilidade para além do capital e do mercado de trabalho, conforme destaca Iamamoto (2015) ao elucidar o papel da universidade nessa processualidade histórica:

A universidade que se defende é aquela que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesse particulares de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições específicas (IAMAMOTO, 2015, p. 432).

Na contramão desta defesa impera a lógica mercantil e empresarial que se firmou junto aos avanços da implementação da LDB de 1996, neste mesmo período que ficou demarcado pela contrarreforma do Estado brasileiro, a educação não deixou de acompanhar a implantação de políticas de caráter neoliberal conduzidas pelo Estado que de acordo com Iamamoto tem por propósito:

Compatibilizar o ensino superior com os ditames da financeirização da economia, fazendo com que as descobertas científicas e seu emprego na produção se tornem meios de obtenção de lucros excedentes, o que justifica a orientação e submeter a universidade aos interesses empresariais (IAMAMOTO, 2015, p. 433).

A referida lógica empresarial da educação é força e expressão das contradições da história da sociedade contemporânea que põe em jogo os modelos de formação profissional que o Serviço Social dispõe na atualidade, seja no modelo de formação presencial, EaD, público ou privado. Independentemente da categoria do Serviço Social ter alcançado uma identidade profissional crítica, construído projeto profissional, princípios éticos-políticos e diretrizes que definem e orientam a formação e profissão, essas premissas vão de encontro aos moldes educacionais estabelecidos pela incorrigível lógica do capital e, tanto a formação quanto o trabalho profissional, revelam-se em constantes tensões neste campo contraditório onde as condições para sua materialização perpassam por uma gama de atravessamentos que cotidianamente as colocam em xeque, e faz com que muitas vezes até a própria categoria profissional se questione sobre suas possibilidades mediante as reconfigurações societárias operadas pelo modo de produção capitalista aos moldes neoliberais.

Ao considerar este breve panorama da formação em Serviço Social na esfera da educação superior, convém reiterar que o assistente social e pesquisador que apresenta as reflexões deste trabalho compõe a Comissão de Formação Profissional do Conselho Regional de Serviço Social do RS (CRESS-RS), aproximação que se deu em primeiro momento como Secretário de Escola da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e representante discente do Fórum Estadual de Supervisão em Serviço Social (FESSS) no ano de 2015. Em segundo momento, como Coordenador Regional da ENESSO no ano de 2016. Uma breve síntese desta vivência como membro da Comissão de Formação e Trabalho enquanto estudante de Serviço Social encontra-se sob forma de artigo nos anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) Em Serviço Social (ENPESS) intitulado “As Entidades Representativas do Serviço Social No Rio Grande do Sul: trajetória histórica, identidade política e pauta de lutas”<sup>5</sup>.

Na atualidade, participa da Comissão de Formação como assistente social de base e estudante de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, espaço que mensalmente organiza reuniões abertas com participação de representantes dos cursos de Serviço Social do RS. Destaca-se que devido esta participação, o processo de aproximação para coleta, obtenção, análise e tratamento de dados aqui expostos se deram com maior fidedignidade possível, com devido trato referente ao sigilo e condições éticas que envolveram a pesquisa realizada para elaborar esta dissertação.

Ao considerar que o tema pesquisado se direciona para a formação presencial em Serviço Social no RS, essa aproximação junto à Comissão de Formação abriu portas para compreender como se configura a formação profissional no RS em contexto pós-golpe de 2016. Assim, se estabeleceu o ponto de partida que possibilitou elaborar a pesquisa, por considerar que a temática se revelou pertinente para lapidar novos conhecimentos a partir dessa proposta de investigação, os escritos que sucedem versam por expressar relevância tanto no aspecto da produção teórica ao trazer conteúdo inédito ao abordar a formação presencial no referido contexto, quanto em relevância social junto ao corpo profissional e acadêmico, haja vistas que formam-se assistentes para a sociedade, também é de

---

<sup>5</sup> O referido artigo foi redigido por Mailiz Garibotti Lusa, Marileia Goin, Loiva Mara de Oliveira Machado e Michael da Costa Lampert, o artigo trata sobre a atuação conjunta das entidades representativas dos Assistentes Sociais no RS. Visa resgatar a constituição histórica dos espaços político-organizativos da categoria no Estado, com vistas a fortalecer os espaços coletivos de luta na direção do Projeto Ético-Político-Profissional. Configura-se como resultado preliminar de uma pesquisa fundamentada no método materialista histórico e dialético, de base bibliográfica, documental e empírica e abordagem qualitativa. Trata de forma articulada sobre o processo histórico de constituição das entidades no RS; a identidade política dos espaços representativos na atualidade e, sobre a materialização do Plano de Lutas (LUSA et al., 2016, p. 1).

interesse social pesquisar como qualificar e defender uma formação profissional em Serviço Social com qualidade e excelência no solo rio-grandense.

## 1.1 ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA

O tema desta dissertação encontra na Formação presencial em Serviço Social no RS o seu lócus de trabalho e estudo. De acordo com Marconi e Lakatos (2017, p. 12), “tema é o assunto que se deseja estudar e pesquisar”. Portanto, a definição do tema e sua delimitação deve ser coerente, capaz de responder à pergunta “o que será explorado?” (Ibidem. p.12).

Dimensionar o tema e suas limitações requer comprometimento tanto com o tema, quanto com o plano de pesquisa para que este possa ser exequível. Prates explica que “a própria escolha do tema, do método e das estratégias depende de valores, interesses, apropriações e priorizações, que sem dúvida, são históricas, contextualizadas e, em parte, condicionadas por esse contexto” (2016, p. 110).

A autora ainda situa que:

Precisamos responder para que aspectos mais específicos desse tema amplo vamos dirigir nossa investigação. Precisamos localizá-lo, considerando aspectos temporais, geográficos, enfim, elementos que nos auxiliem a dar visibilidade às especificidades que queremos abordar na investigação. Para se delimitar um tema, portanto, é necessário um conhecimento acumulado sobre ele e uma avaliação acerca da viabilidade concreta de investigá-lo, considerando não só nosso interesse, mas também condições objetivas, econômico estruturais e políticas para sua realização, assim como sua relevância, pertinência e legitimidade (PRATES, 2016, p. 111).

Ao partir dessas considerações, o tema pesquisado buscou situar como se dá a formação presencial em Serviço Social no RS em decorrência das conformações da educação superior brasileira na atual conjuntura, em que pese a análise num contexto histórico “pós-golpe” do ano de 2016. Nesse sentido, a pesquisa realizada considerou a atual conjuntura e seus aspectos econômicos-estruturais e as condições materiais que justifiquem os impactos nas formas como vem se organizando a formação presencial em Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) do RS.

Aprofundar o estudo sobre essa temática se mostrou pertinente no sentido de colaborar com a categoria profissional e estudantil do RS, legítimo por se fazer necessário apreender tal realidade em movimento para obter subsídios que venham amparar essa categoria, pela via da produção de conhecimento e socialização deste em fóruns,

encontros, publicações de artigos e diversos meios de comunicação. Desta forma, a pesquisa encontra sentidos quando a realidade desacomoda e provoca indagações para aquilo que está posto em sua aparência, impulso que atíça curiosidade para conhecer a essência dessa realidade aparente.

Ao ajuizar o Serviço Social como área de conhecimento inserido no campo de “Ciências Sociais Aplicadas”, muitas vezes se atribui a profissão uma caracterização de “profissão da prática”, ignorando que suas faculdades intelectivas dispõe de vasto arcabouço teórico que também habilita a profissão para produzir conhecimento, tanto para explicar a realidade, quanto para qualificar a intervenção profissional no intuito de intervir junto as expressões da questão social<sup>6</sup> que emergem da sociabilidade capitalista em suas mais variadas formas. Tal inserção assente o Serviço Social como uma profissão analítica interventiva, capaz de ler a realidade e transpor sua própria essência por meio do trabalho.

Ao considerar a realidade que situa o objeto de pesquisa e o tema em seu contexto que trata de identificar os impactos do golpe de 2016 e sua relação com a formação presencial em Serviço Social no RS, formulou-se uma proposta que culminou no problema de pesquisa. De acordo com Prates, este consiste em “[...] sintetizar o “núcleo duro” de nossa investigação por meio de uma grande pergunta que posteriormente será desdobrada em questões norteadoras que lhe são inclusivas e que articuladas podem auxiliar a resolver o problema” (2016, p. 111).

Para Marconi e Lakatos, “definir um problema significa especificá-lo em detalhes precisos e exatos. Na formulação de um problema deve haver clareza, concisão e objetividade” (2017, p. 13). As autoras ainda fazem a seguinte consideração:

O problema deve ser levantado, formulado, de preferência em forma interrogativa e delimitado com indicação das variáveis que intervêm no estudo e de possíveis relações entre si. É um processo contínuo de pensar reflexivo, cuja formulação requer conhecimentos prévios do assunto (materiais informativos), ao lado de uma imaginação criadora (Ibidem, 2017, p. 13).

Feitas as devidas elucidações em torno do significado da formulação de um problema de pesquisa, o seu núcleo duro e sua principal inquietação, traz-se a seguinte

---

<sup>6</sup> A questão social como objeto de trabalho de assistentes sociais na atualidade na sociabilidade capitalista, tem sua origem na “[...] imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Fratura esta que vem se traduzindo na banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços da vida social. Violência que tem no aparato repressivo do Estado, capturado pelas finanças e colocado a serviço da propriedade e poder dos que dominam, o seu escudo de proteção e disseminação. O alvo principal são aqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho para sobreviver: além do segmento masculino adulto de trabalhadores urbanos e rurais, penalizam-se os velhos trabalhadores, as mulheres e as novas gerações de filhos da classe trabalhadora, jovens e crianças, em especial negros e mestiços” (IAMAMOTO, 2015, p. 145).

pergunta: **Como as atuais configurações da educação superior no Brasil incidem na formação em cursos presenciais de Serviço Social no RS?**

Com o problema de pesquisa definido, entende-se que “[...] a delimitação do problema significa um encaminhamento com maior clareza da teoria que alimenta o esforço do pesquisador. É na formulação do problema que a concepção teórica ficará mais claramente estabelecida” (BALDISSERA, 1998, p. 102). Assim sendo, a definição do problema de pesquisa desta dissertação implica uma perspectiva teórica que orienta o trabalho do pesquisador, desta forma, o trato teórico e metodológico de análise se sustenta na perspectiva materialista dialética, em acordo com Triviños e sua concepção de “linha dialética” (2019, p. 73).

A questão central do problema consiste em buscar entendimento da formação presencial no RS em contexto pós-golpe de 2016, para tal, há de se considerar as conformações da política de educação superior no Brasil como caminho para descortinar como seus ajustamentos impactam na formação em Serviço Social no RS. Sob a perspectiva do materialismo dialético Gil pontua que:

O materialismo dialético é uma forma de abordar os fenômenos naturais sob uma perspectiva materialista. Sob esta perspectiva, a realidade é explicada mediante oposições. Busca-se, então, identificar os elementos conflitantes entre dois ou mais fatos para explicar uma nova situação decorrente deste conflito (GIL, 2019, p. 7).

Quando se entende que a formação em Serviço Social decorre de interesses conflitantes com as exigências formais para uma formação de educação superior, se verificam dois fatos que constituem duas dimensões que se entrelaçam na formulação central do problema levantado para investigação. O exemplo mais nítido destes conflitos pode ser verificado na proposta inicial das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, conforme estudo realizado por Ortiz (2019), percebe-se que a proposta inicial colocada pela ABEPSS passou por diversos filtros, devido exigências do MEC até que fossem homologadas as diretrizes em 2002. Em volta dessa proposta identifica-se elementos conflitantes que perpassam as definições que estipularam o perfil profissional, competências e habilidades desenvolvidas e a estrutura legal que regulamentou e vigorou as Diretrizes Curriculares.

Ou seja, ao saber que a requisição do perfil profissional apontada pela categoria profissional é uma e, a exigência vigorada pelo MEC não contempla a totalidade dessas requisições elaboradas coletivamente pela categoria de assistentes sociais, se identifica elementos contraditórios que preconizam a orientação da formação profissional. De um lado a construção da identidade e projeto profissional expressam nas diretrizes curriculares, no código de ética profissional e na lei de regulamentação uma direção socialmente assumida

pela categoria que vai na contramão da sociabilidade capitalista que noutra lado, se respalda na lógica incorrigível do capital que afeta as (re) configurações da educação superior e, por consequência, tenciona a formação em Serviço Social.

De tal modo, este é o contexto que gravita o problema de pesquisa e para superá-lo, faz-se necessário prover meios de respondê-lo de forma coerente, de acordo com Prates, “a partir da formulação do problema e da identificação das dimensões que o permeiam e que são prioritárias para o seu desvendamento, devem ser formuladas as questões norteadoras” (2016, p. 111).

Nessa etapa, da estruturação do problema de pesquisa, “as questões norteadoras devem sintetizar o conjunto de variáveis que identificamos como fundamentais para explicar o problema de pesquisa” (PRATES. 2016, p. 112). Neste aspecto, para abordar o problema de pesquisa se estipulou três questões norteadoras:

**1) Como vem se configurando a educação superior no Brasil a partir do golpe de 2016 e quais seus desdobramentos na conjuntura atual?**

**2) Como essas configurações na educação superior trazem implicações para a formação em Serviço Social nos cursos presenciais no RS, na atualidade?**

**3) Quais desafios e possibilidades que as configurações da educação superior no Brasil comportam para a formação presencial em Serviço Social no RS?**

A investigação aqui elaborada entende que “toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 10). Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa advém de conjugação do problema de pesquisa com as questões norteadoras e versa por investigar as conformações da educação superior e seus impactos para a formação em cursos presenciais de Serviço Social no RS. Como já explanado por Prates, “a explicitação dos objetivos é o próximo passo do planejamento do estudo. Os objetivos devem responder à pergunta para quê?” (2016, p. 113), passo que é apresentado a seguir.

**O objetivo geral é analisar as configurações da educação superior no Brasil em contexto pós-golpe de 2016 e a sua incidência na formação em cursos presenciais de Serviço Social no RS, objetivando a construção de estratégias que potencializem a materialização das Diretrizes Curriculares da formação em Serviço Social.**

Portanto, decorre do objetivo geral a estruturação de objetivos específicos que se conectam ao primeiro, no intuito de esclarecer a seguinte questão: “queremos conhecer

para quê?” (PRATES, 2016, p. 113), diante disto, se organizou três etapas que vem a contemplar o objetivo da pesquisa, sendo estas:

**1) Elucidar como vem se configurando a educação superior no Brasil a partir de 2016 e seus desdobramentos na conjuntura atual.**

**2) Identificar implicações postas para a formação em Serviço Social em cursos presenciais no RS no âmbito da educação superior em razão desse contexto pós-golpe.**

**3) Problematizar os desafios e possibilidades que as configurações da educação superior no Brasil comportam para formação presencial em Serviço Social no RS.**

Os procedimentos metodológicos abrangem um conjunto de técnicas para dar delineamento do caminho percorrido na pesquisa, que se figura de caráter misto com triangulação dos materiais coletados, utilizando como referência análise em base de dados documentais, bibliográficos e empíricos. Essa triangulação perpassa por técnicas de pesquisa que olha para cada fonte de dados de maneira detalhada, esmerando-se na combinação de componentes capazes de contemplar a apreensão do objeto de pesquisa.

Conforme Triviños:

A técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essências com uma macrorrealidade social” (TRIVIÑOS, 2019, p 138).

De acordo com Marconi e Lakatos, “a seleção do instrumental metodológico está, portanto, diretamente relacionada com o problema a ser estudado. [...] tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado [...]” (2017, p. 18), as autoras ainda complementam que:

Nas investigações, em geral, nunca se utiliza apenas um método ou uma técnica e nem somente aqueles conhecidos, mas todos os que forem necessários ou apropriados para determinado caso. Na maioria das vezes, há uma combinação de dois ou mais deles, usados concomitantemente (2017, p. 18).

Nesse sentido, os resultados da pesquisa realizada foram obtidos de acordo com o método dialético-crítico e expressam “[...] a profundidade da pesquisa intrinsecamente relacionada e direcionada para a realidade social e para as ações concretas com vistas à sua transformação” (PRATES, 2016, p. 108).

Para investigar essa realidade, as técnicas e instrumentos de pesquisa utilizados se articulam a categorias explicativas da realidade, de acordo com Prates, “categorias, portanto, podem ser definidas como elementos que, sendo partes constitutivas, auxiliam a explicar um fenômeno, uma relação e/ou movimento da realidade; ao mesmo tempo, podem orientar processos interventivos” (PRATES, 2016, p. 117).

A autora ainda complementa:

Nos estudos quantiqualitativos ou mistos orientados pelo paradigma dialético, materialista e histórico, utilizamos além das categorias teóricas do método, entre as quais a totalidade, a contradição e a historicidade são imprescindíveis, categorias teóricas explicativas da realidade (PRATES, 2016, p. 118).

Neste sentido, é válido ressaltar que a temática pesquisada buscou na realidade concreta, portanto material, reconhecer suas condições estruturantes para compreender que os dados investigados se dão em um tempo histórico em movimento, portanto, dialético. Logo, este movimento é permeado por contradições, e para compreendê-lo no propósito de explicar a realidade em vistas de constituir subsídios que fortaleçam a defesa de uma formação de qualidade, é necessário transitar na totalidade em volta desta proposta.

Quando situa-se transitar na totalidade, sinaliza-se o movimento necessário que estabelece conexão entre o método dialético com o objeto de pesquisa na esfera a ser pesquisada considerando seu processo histórico em curso. Para tal, buscou-se apoio em documentações que são filtradas para contemplar o objeto de pesquisa, aproximação com coordenadores de curso via questionário *online* para apreender elementos do campo empírico – da realidade de trabalho com a formação profissional presencial no RS -, onde se procurou identificar como estes sujeitos visualizam as conformações postas à formação presencial em tempo histórico pós-golpe de 2016 a partir de seus locais de trabalho.

Com esse movimento definido e pré-estabelecido pelo objeto de pesquisa, entende-se que o objeto exigiu um estudo de enfoque misto para contemplar sua complexidade, onde os dados da amostra empírica, documental e bibliográfica de caráter quantitativo e qualitativo se complementaram para melhor expor resultados da realidade investigada na pesquisa.

Isso posto, antes de avançar para os instrumentos e técnicas de pesquisa, destaca-se que é fundamental compreender aonde a investigação se insere quando o objeto de pesquisa se debruça ao estudo da conjuntura recente. Para tal, existem alguns aspectos teóricos-metodológicos para serem levados em consideração a partir do tempo histórico

que pretende se dar enfoque, que engloba duas formas peculiares de governo que, conseqüentemente, dão relevos distintos para a política de educação superior no Brasil.

Ao situar a formação em Serviço Social no âmbito da educação superior, há de se considerar uma análise coerente sobre a maneira que essa política se estrutura no Brasil. Com a finalidade superar possíveis equívocos “intelectuais funcionários” para organizar tal análise, um estudo deste tipo requer alguns cuidados, de acordo com Leher (2010, p. 370):

Analisar a política educacional de um determinado governo é uma tarefa complexa. As tentações provocadas por cantos de sereia e pelas paixões são poderosas. A sedução mais em voga consiste em estabelecer comparações com governo imediatamente anterior, indicando avanços e retrocessos. Esta linha é usual nos intelectuais-funcionários a serviço de um novo governo em geral por meio de artigos laudatórios e de relatórios de gestão, mormente para fins publicitários. O problema central aqui é que a ausência de autonomia intelectual estreita a tal ponto o campo de visão que o resultado do texto é o esperado pelas esferas de poder: o relato edulcorado de uma suposta realidade. Em termos metodológicos, a cadeia de equívocos e mistificações advém do metro utilizado para análise. Ao adotar os parâmetros do governo anterior como base para comparação, o “estudo” aceita, implicitamente, a lógica subjacente aos mesmos.

Ressalta-se que o cuidado no referencial teórico assumido reportou-se à análise na base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) em período histórico anterior e posterior ao marco onde situa-se o objeto de pesquisa, a fim de estabelecer autonomia intelectual capaz de ampliar o campo de visão acerca dos desdobramentos na educação superior face a correlação de forças<sup>7</sup> em vigência, considerando o contexto histórico, político e econômico em curso. O referido contexto tem na Emenda Constitucional 95 de 2016 (EC 95/2016 - que dispõe sobre novo regime fiscal) a tradução das forças materiais deste período histórico, que também exige cautela em sua análise para evitar cair em método de análise reduzido, como afirma Leher:

[...] circunscrever a análise à legislação, investigando os dispositivos legais e normativos dos governos e seus programas como se esta base empírica pudesse, por si só, tornar inteligível, a política educacional de um determinado governo. Embora o exame das medidas normativas e dos programas de governo seja imprescindível, ater-se a eles é um método insuficiente, pois oculta os contextos histórico, econômico e político, que, afinal, conferem sentido a determinadas medidas governamentais. Ademais, este método em geral desconsidera a

<sup>7</sup> A categoria aqui utilizada se ancora em Harnecker, que ao estudar o conceito de “correlação de classes sociais e correlação de forças”, nos explica que entre essas duas variantes estipuladas por Lenin, deve-se atentar para o seguinte: “O conceito mais rigoroso seria o de “correlação de forças sociais”, já que a análise se situa no terreno da conjuntura política. Contudo, não é o mais conveniente porque pode ser confundido com outro conceito seu, que tem um significado muito diferente: o de correlação de forças. A “correlação”, isto é, a tendência a variar simultaneamente, no primeiro caso se refere à forma como as diferentes forças sociais se agrupam umas em relação às outras e às variações que se produzem nessa situação à medida que a revolução avança; no segundo caso, por outro lado, se refere à força ou capacidade que cada uma tem para impor seus interesses de classe em conjuntura determinada, capacidade que está intimamente ligada à capacidade que as outras classes têm para fazer o mesmo” (HARNECKER, 2012, p. 25-26) .

correlação de forças no interior dos governos e destes com as classes sociais. Não é raro verificar medidas legais que indicam certos compromissos de caráter “progressista”, mas que, ao serem implementados, somente o são em seus aspectos mais retrógrados (LEHER, 2010, p. 371-372).

De acordo com a argumentação de Leher, para evitar cair em métodos insuficientes de pesquisa, adotar o método materialista histórico e dialético como balizador dos procedimentos metodológicos possibilitou a aproximação da realidade em sua totalidade e a partir desta, possibilitou que se fizesse separação de elementos que orientassem uma análise mais consistente da realidade.

Conforme Prates, “a separação como parte do processo de análise, diferente da fragmentação, permite um aprofundamento parcial, mas o retorno ao conjunto articulado é fundamental ao processo: realiza-se, portanto, um movimento indutivo e dedutivo, do todo para a parte e da parte para o todo” (2012, p. 117). Ao considerar as conformações da educação superior ancoradas nas políticas educacionais de governo, estas não se refletem apenas a partir do governo, como aponta Leher:

A partir da correta consideração de que as políticas educacionais estão relacionadas com as diretrizes, recomendações e condicionalidades dos organismos internacionais, muitos estudos buscam correlações imediatas e lineares entre as medidas de um dado governo e as referidas diretrizes. A imagem é que as políticas neoliberais dos governos têm origem externa e eles seguem aplicando passivamente essas medidas, desconsiderando que estas são recontextualizadas em virtude de dimensões históricas, políticas, econômicas, culturais, etc. A agenda bancomundialista está sendo implementada pelas frações burguesas locais, que a opera ativamente. [...] Ignorar que o aprofundamento do capitalismo dependente somente é possível com protagonismo das frações burguesas locais é um erro teórico que provoca pesadas consequências políticas e estratégicas como a circunscrição do campo de análise ao Estado-nação. Nesta chave, os problemas sempre são “externos”, e os governos podem ser acusados, no máximo, de omissos, ocultando que os mesmos são sujeitos relevantes dessas medidas (LEHER, 2010, p. 372).

Essas reflexões teóricas possibilitam localizar que a formação em Serviço Social na educação superior não se descola do contexto social e histórico vivido. Portanto, servem como arcabouço para definir as bases metodológicas da pesquisa, tanto nos aspectos instrumentais, como nas técnicas utilizadas.

Os procedimentos utilizados serviram como um fio condutor para articular a investigação de forma coerente, conforme Prates:

Como em uma matriz, a formulação do problema, as questões norteadoras, os instrumentos de pesquisa e os objetivos devem estar intimamente conectados e apresentar coerência interna. O objetivo geral deve ser respondido pelo problema de pesquisa, enquanto os objetivos específicos devem ser respondidos pelas questões norteadoras. As questões norteadoras não podem ser mais amplas que o

problema de pesquisa, do mesmo modo que os objetivos não podem ser mais amplos que o objetivo geral (2016, p. 114).

Salienta-se que organizar os componentes metodológicos de maneira articulada requer que essa organização se ancore em fundamentos que deem coerência aos instrumentos e técnicas utilizados, nesse aspecto, a maneira encontrada para estudar o objeto de pesquisa se deu a partir da triangulação de dados documentais, bibliográficos e empíricos. As duas primeiras se integram de forma complementar, porém são fundamentais para análise documental e de conteúdo, sendo assim,

o objetivo da análise documental é a representação condensada da informação para consulta e armazenamento; o da análise de conteúdo é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade (BARDIN, 2016, p. 52).

Essa combinação de técnicas de análise documental e de conteúdo situa que a análise documental não pode ser reduzida a uma pesquisa bibliográfica, pois este tipo de análise é mais abrangente e trabalha o documento em profundidade sob a ótica do tema de estudo; as técnicas de análise documental e de conteúdo e, embora diferentes, são complementares, sendo especialmente relevante a segunda para a efetivação da primeira (PRATES; PRATES, 2009).

Os documentos expressam discursos, normativas, sentidos atribuídos, regras, conceitos (ora explicitados, ora vagos) pressupostos, delimitações, valores, descrições de fatos, enfim, uma infinidade de elementos que permitem complementar a análise de processos ou mesmo constituir-se em fontes únicas para algumas investigações de extrema relevância (PRATES; PRATES, 2009, p. 114-115).

Quanto a coleta de dados empíricos, foi utilizado instrumento *online* em formato de formulário, composto de perguntas abertas e fechadas respondidas pelos sujeitos da realidade pesquisada: coordenadoras/es de cursos presenciais do RS, do total dos cursos ainda em atividade no período da pesquisa, das 13 coordenadoras/es convidadas/os para responder o formulário, obteve-se 8 respostas, 6 destas de coordenadoras/es de cursos de Serviço Social de IES privadas e 2 de IES públicas. Após coleta, os dados foram divididos em blocos analíticos para apreender como os sujeitos convidados para participar da pesquisa visualizam os rebatimentos postos para a formação em Serviço Social pós 2016 no sentido de elucidar as configurações da formação presencial no RS.

O processo metodológico aqui desenvolvido indica e se sustenta pela hipótese de que em decorrência da conjuntura favorável ao mercado e crescimento da EaD, a

destituição da formação presencial ocorrerá a longo prazo<sup>8</sup> nas instituições que oferecem cursos presenciais privados, restando no estado somente a formação presencial em Serviço Social nos cursos públicos.

## 1.2 DA ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A dissertação se apresenta dividida em três eixos centrais: o primeiro, que dá impulso para a investigação ao tomar o golpe de 2016 como ponto de partida, tem intenção de entender a atual conjuntura e suas reverberações para a sociedade brasileira, desdobrado da seguinte forma: Leitura do golpe de 2016 para o Serviço Social, Contexto do golpe de 2016 e o eco de uma contrarrevolução neoliberal na transformação societária em curso e, Reflexos de uma herança golpista;

O segundo eixo busca entender o contexto pelo qual se estrutura a educação superior na sociedade brasileira, sob ensejo de conjuntura neoliberal que se acirra pós-golpe de 2016, apresenta análise textual dividida da seguinte forma: O Serviço Social na Educação Superior brasileira e Transformações societárias com tendências neoliberais: implicações para a educação superior e formação em Serviço Social;

O terceiro eixo traz um panorama da formação presencial em Serviço Social no RS no âmbito da educação superior brasileira, trata de analisar os impactos para a formação presencial, redigido sob o seguinte formato: A formação em Serviço Social no RS: breve histórico e O atual contexto da formação presencial em Serviço Social no RS, por fim, as conclusões do estudo realizado.

---

<sup>8</sup> Considerando que desde a implantação do primeiro curso no estado em 1945, o RS já teve 28 cursos presenciais e, desde que a modalidade EaD chegou para o Serviço Social, em 2007, no período de 12 anos este quantitativo já reduziu para 14, atualmente, destes 3 são públicos e dos 11 privados, 6 mantêm duas modalidades com indicativo de transição para totalmente EaD, pode-se estimar que até 2030 reste somente a modalidade presencial nas IES públicas.

## 2. LEITURA DO GOLPE DE 2016 PARA O SERVIÇO SOCIAL

A escrita que sucede, se deu a partir da compreensão de que primeiramente se faz necessário contextualizar o golpe de 2016 na realidade brasileira, os sujeitos partícipes desse processo e as estratégias desencadeadas, as quais vem incidir com o recrudescimento das expressões da questão social a partir de profundas transformações no campo político, econômico, cultural e social desde então.

Esta dissertação versa por trazer um estudo da formação em Serviço Social na atualidade – em especial a formação presencial no RS -, para tal, esse tipo de estudo se estruturou com o objetivo de contemplar as mediações possíveis diante dos pressupostos do exercício profissional, ou seja, afinar o estudo as conformidades das diretrizes formativas desta profissão em capilaridade com os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. De acordo com ABEPSS, tais diretrizes se ordenam em acordo com seus núcleos de fundamentação, que, por sua vez, remetem a articulação de três eixos centrais de forma indissociável, sendo estes: “Fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional” (ABEPSS, 1996. p. 10-15).

Ao partir desses núcleos que se ancoram nos fundamentos do Serviço Social<sup>9</sup> e orientam a formação profissional é que se abre o primeiro capítulo desta dissertação que aborda a formação sócio-histórica da sociedade brasileira após o golpe de 2016 e sua relação com a formação em Serviço Social. Apresenta-se capítulo redigido sob o impulso de entender como a educação superior se configura na atualidade face conformação contemporânea do neoliberalismo no Brasil no referido contexto pós-golpe de 2016.

No que tange buscar entendimento desta trama que versa por analisar o golpe de 2016 e seus desdobramentos atuais, a escrita que sucede se deu no intuito de elucidar como esta articulação do cenário político-econômico associada as transformações societárias em curso impacta na educação superior e, conseqüentemente, na formação de assistentes sociais no Brasil – em especial no RS.

---

<sup>9</sup> Conforme Closs, “os Fundamentos do Serviço Social consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente na trajetória histórica no movimento da realidade brasileira, a qual possui dimensões teórico-metodológicas, e ético-políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa desta profissão. Esta matriz, na atualidade, conforma-se a partir da conjugação de método/teoria marxistas e valores emancipatórios na análise histórico-crítica totalizante do Serviço Social, profissão cujo núcleo central reside no debate teórico-metodológico marxista, na análise da sua historicidade, na abordagem teórica da questão social e da categoria trabalho (mediada com a profissão), bem como do seu projeto ético político” (2017, p. 12).

Para tal, o texto discorre, em seu eixo metodológico, os núcleos de fundamentação do Serviço Social como o núcleo duro que alça e orienta as condições teóricas que fundamentam o trabalho intelectual aqui desenvolvido. Esse movimento possibilitou articular os fundamentos do Serviço Social como ponto de partida para desvendar a realidade recente e prover subsídios que expliquem essa mesma realidade face os desdobramentos políticos em curso neste país, que no tempo histórico recente é demarcado pela dilapidação de direitos sociais alcançados nos marcos civilizatórios do final do século XX.

Para responder à questão norteadora que remete ao entendimento pós-golpe de 2016 e seus rebatimentos na formação em Serviço Social no RS, a exposição deste capítulo se dá pela necessidade de se fazer entender materialmente e teoricamente o tipo de “golpe” abordado na dissertação. Assim, se disserta com objetivo de trazer o significado do “golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe” (JINKINGS, 2016) na formação sócio-histórica recente.

Como primeiro movimento, o estudo se adensou do que se entende como núcleo de formação sócio-histórica brasileira, conforme elaboração da ABEPSS, esse núcleo considera os seguintes aspectos:

Os padrões de produção capitalista, em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho e todas as suas implicações nas condições materiais e espirituais da força de trabalho; e, ainda, o acompanhamento das profundas mudanças dos padrões produtivos e de acumulação capitalistas, criando uma nova configuração do “mundo do trabalho (ABEPSS, 1996, p. 11).

Ao partir dessa orientação como diretriz teórica, o esforço intelectual se deu em perceber quais as implicações postas nas condições materiais e espirituais para a formação presencial em Serviço Social no RS. A interface desta formação com o golpe de 2016, considerado como mecanismo que possibilitou alterações e mudanças nos padrões produtivos e de acumulação capitalistas que trouxe à tona novas conformações para o mundo do trabalho – o qual implica materialmente na mudança paradigmática da conformação política brasileira.

O golpe como mecanismo de ação possibilitou mudanças societárias no Brasil que dialeticamente se relacionam: de um lado as forças políticas que se retroalimentam dos supostos valores democráticos<sup>10</sup> em curso, ao passo que a direção politicamente assumida

---

<sup>10</sup> Os supostos valores democráticos se remetem à desdemocratização, Para Miguel, “o ano de 2016 foi marcado no Brasil por um grave revés quanto à possibilidade de promover uma transformação social em sentido igualitário. A destituição da presidente da República que chegara ao posto pelo voto popular, por meio de um *impeachment* sem respaldo na Constituição vigente, mostrou que a democracia eleitoral passava a

reflete interesses de classe que propiciam condições que alteram os modos de vida e organização societária sem o crivo popular, fator que se equipara ao que Demier classificou como “democracia blindada: uma nova forma de dominação política” (DEMIER, 2017)<sup>11</sup>. Por outro lado, essa nova forma de dominação política expressa consequências societárias, que se manifesta fortemente nas condições de vida, portanto materiais, dada as escolhas efetivadas pela correlação de forças que assume e pauta a direção política do Estado.

Netto (2012), pontua que em suma, grandes transformações societárias se dão em virtude de superar as crises cíclicas do capitalismo contemporâneo, que por sua vez, operam metamorfoses restaurativas do capital, como já vistas anteriormente a partir dos anos 1970, onde a solução viável para tais crises se remete a reformulação dos circuitos produtivos, os quais se inscrevem à divisão social do trabalho ordenados pelo projeto neoliberal. Netto ainda destaca que:

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas, especial mas não exclusivamente nos países periféricos, a “desregulamentação” liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais. Quanto à “flexibilização”, embora dirigida principalmente para liquidar direitos laborais conquistados a duras penas pelos vendedores da força de trabalho, ela também afetou padrões de produção consolidados na vigência do taylorismo fordista (NETTO, 2012, p. 417).

Portanto, o mecanismo que deu vida ao golpe de 2016 deriva de uma crise do capital e guarda relações com a dinâmica histórica que fortaleceu e legitimou sua utilização. Tal mecanismo se orienta sob proposições que articulam a ordem econômica, política e jurídica e acendem novas relações sociais, embora o tempo recente se diferencie da forma dos padrões de produção anteriormente apontados por Netto, a lógica de flexibilização, desregulamentação e da privatização se expressam sob novas roupagens no tempo recente, passando a compor uma condição material e histórica que incide na transformação societária em curso, conseqüentemente, traz impactos à formação de educação superior e

---

condição de uma ordem tutelada por grupos poderosos. O governo que emergiu do golpe dedicou-se a implementar, em ritmo acelerado, políticas de restrição de direitos, recusando qualquer debate público sobre elas e desprezando a evidente insatisfação da maioria da população. Se a democracia é entendida como tendo o objetivo de ampliar a capacidade de influência popular sobre as decisões públicas, então o processo em curso no Brasil pode ser definido como desdemocratização” (MIGUEL, 2018, p. 7).

<sup>11</sup> Para Demier, a “democracia blindada” apresentado em “Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil” (2017), refere-se a uma fase avançada do neoliberalismo no poder, caracterizado principalmente pelas contrarreformas que eliminaram e seguem atacando direitos sociais.

para o Serviço Social brasileiro, como também, para as condições de trabalho de assistentes sociais.

Guerra (2016) por sua vez, ao analisar as transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional põe em destaque a crise mais recente do capital que repercute na ordenação de sociedade que temos e explica sua causa, conforme a autora põe em destaque:

Lembro que as crises são imanentes do capitalismo. O que varia é o tipo de crise e as formas de restauração do próprio capital na perspectiva de retomar suas taxas de lucro. Mesmo que possamos considerar que toda crise baseia-se na queda da taxa de lucro e no subconsumo, tendências que têm que ser controladas pelo capital que busca superlucros, a particularidade da atual crise, detonada em 2008 (GUERRA, 2016, p. 89).

Chesnais (2012) sinaliza que as crises são indicativos de esgotamento de determinado modelo de crescimento, por sua vez, sendo este um modelo

adotado nos últimos trinta anos pelos governos de corte neoliberal, modelo baseado na desregulamentação dos mercados, garantindo ao capital a liberdade necessária para a sua circulação e hipertrofia do capital fictício. Assim, a crise de 2008, considerada a maior desde a grande depressão de 1929, fica conhecida como crise financeira e bancária e tem como expressão a bolha de especulação imobiliária, dos Estados Unidos, cujo estouro, não seguido de socorro imediato pelo Banco Central estadunidense, deixa à luz a fragilidade do sistema. A fuga de créditos leva à queda da produção industrial e do comércio internacional em todo o mundo (CHESNAIS, 2012).

É válido ressaltar que assistentes sociais exercem sua profissão no mundo do trabalho como trabalhador assalariado que dispõe de relativa autonomia<sup>12</sup>, este, por sua vez, emerge a necessidade da profissão existir para atender suas demandas frente às correlações de forças em movimento na sociedade, advindas de interesses distintos entre o capital e o trabalho. Tais interesses revelam na “questão social” o objeto analítico e interventivo desta profissão em suas múltiplas expressões, que configura o terreno sólido que, cotidianamente, exige dos profissionais mediações com diversas demandas recorridas ao Serviço Social, Marilda Iamamoto em Serviço Social na Contemporaneidade situa que:

---

<sup>12</sup> “A relativa autonomia, de que dispõe o assistente social, decorre da natureza desse tipo de especialização do trabalho: atua junto a indivíduos sociais – e não com coisas inertes -, dispondo de uma interferência, pela prestação de serviços sociais, na reprodução material e social da força de trabalho. Seu trabalho situa-se predominantemente no campo político-ideológico: o profissional é requerido para exercer funções de controle social e de reprodução da ideologia dominante junto aos segmentos subalternos, sendo seu campo de trabalho atravessado por tensões e interesses de classes. A possibilidade de redirecionar o sentido de suas ações para rumos sociais distintos daqueles esperados por seus empregadores – como, por exemplo, nos rumos da construção da cidadania para todos; da efetivação de direitos sociais, civis, políticos; da formação de uma cultura pública democrática e da consolidação da esfera pública- deriva do próprio caráter contraditório das relações sociais que estruturam a sociedade burguesa. Nelas encontram-se presentes interesses sociais distintos e antagônicos, que se refratam no terreno institucional, definindo forças sócio políticas em luta para construir hegemonias, definir consensos de classes e estabelecer formas de controle social a elas vinculadas” (IAMAMOTO, 2013, p. 97-98).

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais - sua produção e reprodução ampliada - quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida. Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência. Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado (IAMAMOTO, 2013, p. 28).

Desta forma, para entender o tempo presente e as tensões que reproduzem desigualdades e resistências, é que se disserta sobre os impactos do golpe de 2016, primeiramente, situando teoricamente o que é o golpe de 2016 - no atual tempo histórico brasileiro, conseqüentemente, seus rebatimentos no objeto de estudo deste trabalho: a formação profissional presencial em Serviço Social no RS. O que se buscou explicar aqui, de forma articulada, é como as estruturas políticas que legitimaram o golpe de 2016 nos limiares democráticos (ou de desmocratização) ao mesmo tempo que blindam a democracia (DEMIER, 2017) ainda aviltam as relações sociais na atualidade, relações que refletem na formação em Serviço Social de acordo com as demandas que emergem para o Serviço Social contemporâneo.

O aviltamento das relações sociais atualiza e potencializa as expressões da questão social e seus agravantes. Raichelis destaca que:

O agravamento da questão social decorrente da reestruturação produtiva e da adoção do receituário neoliberal repercute na profissão, tanto nos sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha – trabalhadores(as) empobrecidos(as) usuários(as) dos serviços sociais públicos – como também no mercado de trabalho de assistentes sociais que, como conjunto da classe trabalhadora, sofre o impacto dessas transformações (RAICHELIS, 2019, p. 72).

Sob entendimento que a classe que intensificou seu processo de dominação política como meio para se legitimar e encontrar através desta dominação formas de estabelecer novos parâmetros na organização do modo de produção capitalista, de gestão e alterações no mundo do trabalho, pode-se formular que tais parâmetros comportam novas conformidades para as expressões da questão social, colocando em xeque o tipo de

respostas que a sociedade exige do Serviço Social, como também a própria configuração da formação que habilita assistentes sociais e faz com que a profissão dê respostas à sociedade no tempo histórico em movimento, mediante o processo de (re) produção das relações sociais.

No processo de (re) produção das relações sociais, Iamamoto pontua que:

As condições que circunscrevem o trabalho do assistente social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos – projetos de classes para a sociedade – tem-se um terreno histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais (IAMAMOTO, 2019, p. 41).

Fazer este movimento permite reconhecer o terreno sócio-histórico em que se situa o Serviço Social e possibilita articulação dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares com os princípios éticos da profissão, com o projeto ético-político profissional<sup>13</sup> historicamente consolidado pela categoria de profissionais de Serviço Social. Salienta-se que este projeto profissional filia-se em um projeto societário antagônico ao projeto societário em vigência na sociedade atual, ou seja, o capitalista, conforme explanado por Abramides (2019).

Desta articulação se estruturam os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos que possibilitam mediar o trabalho profissional de assistentes sociais, bem como, permite que se retome uma questão que muitas vezes acaba por ser invisibilizada: a de que o trabalho profissional somente é realizado por profissionais registrados nos CRESS que exercem labor em diversos espaços sóciotécnicos que demandam por estes profissionais. Neste viés, o trabalho de assistentes sociais parece ser visibilizado somente quando exercido junto à área da saúde, assistência social, jurídica, habitação, etc., enquanto o

---

<sup>13</sup> Ao tratar sobre o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro, Abramides situa que “a profissão, inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, no âmbito das relações sociais capitalistas, é apreendida a partir da teoria social de Marx e da tradição marxista; adquire materialidade na conjuntura de cada período, nas múltiplas determinações sócio-históricas, econômicas, políticas e culturais a partir de interesses de classes sociais antagônicas e em disputa na sociedade brasileira. O PEP é fruto de um processo histórico de lutas pela construção de sua hegemonia e expõe contradições e matizes diferenciados, em um campo plural, que combate e recusa o ecletismo e, portanto, o liberalismo. O debate de ideias engloba conflitos e embates teóricos. Ideológicos, ético-políticos e de método de análise e interpretação da realidade a serem preservados para o avanço da perspectiva que construímos no projeto de intenção de ruptura (Netto, 1991<sup>a</sup>) que se configurou em um processo de ruptura profissional com o conservadorismo” (ABRAMIDES, 2019, p. 33-34).

trabalho profissional no espaço da educação superior – em que pese o trato da formação profissional - em certo grau se torna invisível, pois muitas vezes até assistentes sociais desta área não enxergam sua identidade profissional de assistentes sociais, mas sim como professores/docentes/pesquisadores.

Como forma de romper essa visão equivocada, ressalta-se que assistentes sociais docentes também exercem seu labor com as mesmas orientações éticas do projeto profissional e lidam tanto com as expressões da questão social que se manifestam nos estudantes (aqui como usuários de uma política de educação superior) que a estes chegam buscando por uma formação profissional para, futuramente, ser colega de profissão, quanto no tensionamento das forças produtivas para com as instituições onde estes trabalham, sejam em faculdades, centros universitários e universidades públicas e/ou privadas em suas diversas maneiras de gerenciamento e organização institucionais<sup>14</sup>.

Não menos importante que as atividades de ensino ligadas à formação, pode-se estender a concepção de trabalho para o âmago da pesquisa e produção de conhecimento, onde se encontra trabalho intelectual de assistentes sociais direcionado para responder os dilemas da sociedade e da profissão, dentro de suas limitações. O olhar para este lugar da educação superior como chão de fábrica do trabalho profissional direcionado para a formação de assistentes sociais é que permitiu constituir este trabalho, que se ocupa de trazer uma leitura crítica sobre o significado do golpe de 2016 para a formação presencial no RS, sua herança golpista, seus rebatimentos na educação superior e reverberações postas para a formação profissional.

## **2.1 CONTEXTO DO GOLPE DE 2016: O ECO DE UMA CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL NA TRANSFORMAÇÃO SOCIETÁRIA EM CURSO SOB A ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL**

Formular entendimento do significado do golpe de 2016 e, a complexidade que o conforma, requer que o olhar da pesquisa se debruce sobre as condições sócio-históricas que o sustentam, para a correlação de forças postas em razão do acirramento de interesses de classes e seus desdobramentos políticos na disputa do Estado. E, conseqüentemente, na direção dada pelo Estado ao se respaldar em novos desdobramentos políticos (com interesses de classes), que incidem nas relações sociais e na forma de organização da sociabilidade no Brasil.

---

<sup>14</sup> As particularidades que distinguem Centros Universitários, Faculdades e Universidades serão apresentadas na seção 3.1 desta dissertação.

Nessa perspectiva, tomar o golpe de 2016 como elemento que condiciona atravessamentos ao objeto de pesquisa, possibilita que se explore categorias analíticas essenciais que contempla a totalidade deste estudo e demonstra a vida da realidade em seu movimento, em acordo com Prates:

As categorias analíticas, portanto, são os elementos que nos auxiliam a realizar a análise do conteúdo, o que posteriormente será adensado pelas teorias que nos dão sustentação e por nossas inferências, para que, além da análise dos dados, realizemos sua interpretação e a explicação do fenômeno, ou para usar uma expressão de Lefebvre, mostrar a vida da realidade, no seu movimento (PRATES, 2016, p. 119).

Situar essas categorias centrais de análise permite a articulação da sustentação teórica que as consistem, começando por assumir a postura e definição no trato teórico deste trabalho, que em si, traz para análise o golpe de 2016, categoria que disputou narrativas entre defensores do *impeachment* e deste golpe que movimentou as ruas com manifestações a favor e contrárias ao *impeachment*. De um lado, forças sociais que entendiam que a deposição da presidenta reeleita em 2014 foi legal e se habilitou dentro dos tramites constitucionais, o outro lado, por sua vez, entendia que este rito não passou de mera figuração, pois não houve prova de crime de responsabilidade fiscal, motivo que justificou o rito que em seu seguimento, depôs a primeira presidenta do Brasil em seu segundo mandato.

Entre a questão do *impeachment* x golpe, ao consultar a obra “Crise e Golpe” do Jurista e Filósofo de Direito Alysson Mascaro (2018), o autor apresenta três caminhos que orientam o pensamento jurídico contemporâneo, no caso do *impeachment*, sua habilitação pode ser entendida por apenas um destes três caminhos, conforme explanação do jurista, somente o primeiro caminho, associado a uma leitura “juspositivista” justificaria o impedimento, nesta linha se entende que o *impeachment* não figura golpe devido ao seu desenrolar processual ter ocorrido dentro de normas e dos limites constitucionais, portanto, em trâmites que respeitam a legalidade, mesmo que esta legalidade possa ser alterada de acordo com aqueles que as caracterizam sob forma de lei.

No segundo caminho, o autor se remete a leitura “não juspositivista”, Mascaro (2018) explicita que, ao pensar para além da normativa institucional e sim no poder, a lógica pela qual a lei se aplica confirma um golpe. O que acontece neste caso para o autor é uma anormalidade, pois o poder em exercício foi tirado por ato de força e reconfigurado a partir de uma nova plataforma de governo que impôs outra tendência de organização social a partir da tomada do Estado, que não representa a tendência escolhida dentro do jogo democrático do processo eleitoral. Em confluência com esta linha, o terceiro caminho trata

de uma leitura crítica do Direito, pois trata de associar o Direito<sup>15</sup> como uma superestrutura ligada a estrutura do capital, como uma extensão capaz de moldar juridicamente as condições necessárias para produção e reprodução do capital. Nessa perspectiva, o golpe é representado como um movimento do capital, portanto, estrutural, para redimensionar novas formas de acumulação, valendo-se do poder para metamorfosear-se conforme suas necessidades, neste caso, valendo-se de uma determinação política estatal (MASCARO, 2018).

No caso da análise desta seção, a categorização do golpe de 2016 lida sob uma ótica do Serviço Social e seus fundamentos, objetivando apreender a formação sócio-histórica recente, ou seja, se o fundamento que orienta essa apreensão possibilita leitura da realidade em movimento, mediante “o acompanhamento das profundas mudanças dos padrões produtivos e de acumulação capitalistas” (ABEPSS, 1996, p. 10), esse arcabouço teórico permite consociar e partilhar de leitura da realidade com o pensamento jurídico contemporâneo apresentado por Mascaro (2018). Apesar do Direito e Serviço Social representarem formações distintas com suas particularidades teóricas e profissionais, nessa perspectiva analítica, compartilham de uma visão crítica para entender como se organiza os modos de vida da sociedade capitalista e suas relações sociais.

Ao considerar esse trato teórico com o golpe de 2016, segue-se a análise de Ivana Jinkings em resposta dada no calor dos acontecimentos, quando o suposto *impeachment* se arguia:

O Brasil vive um golpe.

A frase acima não admite tergiversações ou volteios em seu entendimento. A pílula não pode ser dourada. Trata-se de uma ruptura de novo tipo, distinta das observadas nas nos países sul-americanos entre os anos 1960-1980. Naqueles tempos, aparece um roteiro que se tornou clássico: as forças armadas se dividiam, um setor se aliava com o grande capital, com os monopólios da mídia e com a embaixada estadunidense. O enredo era previsível: o palácio de governo era sitiado, o mandatário eleito era encerrado ou expulso do país – quando não era assassinado – e triturava-se a institucionalidade vigente. Realizada a trama, o passo seguinte era legalizar o ardil. Juristas inescrupulosos eram chamados para dar tinturas de normalidade constitucional à ditadura estabelecida e, ato contínuo, sufocavam-se com truculência usual as vozes dissonantes (JINKINGS, 2016, p. 11).

Essa ruptura de novo tipo, apontada por Jinkings, sinaliza uma nova forma de instituir um golpe de Estado por dentro de tonalidades legitimadas por vias de aparelhamento do próprio Estado, onde as “tinturas de normalidade” tingem uma ilusão posta por sujeitos orientados por projetos de sociedade em disputa, que não se dissociam da sociedade de

---

<sup>15</sup> Direito como forma social associada ao capital e seu desenvolvimento, disponível em “Crise e Golpe” de Alysson Mascaro (2018).

classes. Nessa sociedade é possível observar o que Marx já apontara nos meados do século XIX, quando enunciava que “os interesses das classes dominantes obrigam-nas à remoção de todos os obstáculos legalmente controláveis que travem o desenvolvimento da classe trabalhadora” (MARX, 2013, p. 79).

Entender a remoção de obstáculos enunciadas por Marx no tempo recente nos remete à deposição da primeira mulher presidenta do Brasil eleita e reeleita dentro dos tramites postulados nos atuais moldes democráticos, um passo que consagra e dá nova roupagem ao golpe de Estado consolidado em 2016.

A presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como ilícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras (JINKINGS, 2016, p. 12).

Essa remoção emblemática, ocorrida no ano de 2016, reflete um processo histórico onde, as condições materiais que ilustram nossa história recente, indicam o acirramento da luta de classes. Em um estudo sobre o “Colapso da Democracia no Brasil”, Miguel (2019) retoma o termo de uma velha tática de guerra, que de certa forma, traduz o resultado deste acirramento:

Terra arrasada: esta é a expressão que vem à mente quando se pensa no Brasil nos últimos anos. Tudo aquilo que, com esforço, fora construído a partir do final da ditadura militar, em termos de democracia e de promoção da justiça social, foi destruído em pouco tempo. A ofensiva de direita, o golpe de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 produziram um revés que poucos foram capazes de prever ou mesmo imaginar. É um retrocesso que ocorre em múltiplas dimensões. A classe trabalhadora foi atingida pela revogação de parte importante da legislação que a protegia na relação com o capital e com a redução do financiamento para educação, saúde e outros serviços públicos. A desproteção social resultante atinge sobretudo as mulheres, principais responsáveis pelo cuidado com as crianças, os velhos e os enfermos. Elas também sofrem assim como a população LGBT, com o refluxo das políticas governamentais de enfrentamento dos padrões históricos de opressão social definidos por gênero, raça, sexualidade e classe (MIGUEL, 2019, p. 11).

Ao referir o termo de “terra arrasada”, análogo à revogação de direitos que figuram justiça e proteção social à classe trabalhadora, Miguel demonstrou nitidamente a posição classista assumida pelo governo Temer e, principalmente, sobre quais marcadores de classe recairiam essa ofensiva de direita que se intensificou pós-golpe de 2016. Tal ofensiva despontou na dilapidação de direitos e no entreguismo de bens, recursos e serviços públicos para as mãos do capital financeiro e livre mercado, onde cabe a este, segundo os liberais, organizar a sociedade a partir do mercado e sua capacidade de autorregulação, tônica que se energizou após as eleições de 2018.

Retomar o golpe de 2016 como marco histórico para entender o presente, também exigiu que se visualizasse as condições históricas que o germinaram, ou seja, entender o solo fértil pelo qual este tomou forças para se enraizar e se expandir neste terreno sócio-histórico que sustenta a estrutura política e suas matizes. Essas forças retroalimentadas por interesses de classes, em que pese os da classe dominante, sustentam e justificam a negação do golpe e sua conformação – para essa classe, houve *impeachment* não golpe.

Entretanto, o tensionamento para execução do golpe demonstrou a posição da classe (a dominante) que o conduziu, como referido por Miguel:

As classes dominantes brasileiras declararam com veemência, sua inconformidade com a primazia dada às - modestas – políticas sociais compensatórias e a disposição de usar meios extralegais para revertê-las. Não há dúvida sobre a correção da utilização da palavra “golpe” para descrever os eventos de 2016. Uma presidente, eleita de forma legítima, no exercício do cargo, foi derrubada porque perdeu o apoio da elite econômica, da mídia e do Congresso, sem que tenha sido demonstrado que ela cometeu qualquer uma das ações que, pela lei, justificariam seu afastamento. Setores de aparelho de Estado – o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Federal e, em papel menos visível, mas crucial, as Forças Armadas – decidiram unilateralmente mudar as regras em proveito próprio. Não apenas se promoveu a substituição de um governo por outro ao arpejo dos procedimentos estabelecidos, como se buscou uma reestruturação perene da correlação de forças políticas, com a consequente possibilidade de implantação de políticas antes inviáveis, a partir deste ato de força (MIGUEL, 2019, p. 17).

A implantação de políticas antes inviáveis, partindo de um ato de força, remete à leitura de que a tomada do Estado se deu para implementar uma direção que intensificou ainda mais as matrizes neoliberais que já estavam em curso pela via política que articulou os setores de aparelhamento do Estado citados por Miguel (2019). O primeiro movimento pós-deposição de Dilma Rousseff, acusada de pedadas fiscais – que figurou crime de responsabilidade fiscal – culminando no dia 31 de agosto com sua deposição -, aconteceu no dia 01 de setembro do mesmo ano, com aprovação da lei nº 13.332 assinada por Rodrigo Maia do Democratas (DEM), que em sua disposição “altera a Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016” (BRASIL, 2016, s/p)<sup>16</sup>.

Feito o ajuste em forma de lei que permitiria ao novo mandatário praticar em sua gestão as mesmas pedadas fiscais que justificou inescrupulosamente o afastamento de Dilma Rousseff, Michel Temer assumiu a presidência dentro dos ritos de normalidade e

---

<sup>16</sup> Aqui pode-se situar como fato emblemático a aprovação da lei nº 13.332 de 1º de setembro de 2016, que conforme noticiado pelo site Brasil de Fato, a “Grosso modo, a letra autoriza as pedadas fiscais, justificativa do afastamento de Dilma Rousseff pelo Senado na última quarta-feira (31)”. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/09/02/dois-dias-apos-golpe-governo-temer-sanciona-lei-que-autoriza-pedadas-fiscais/>> acesso em: 25 de abr. 2019.

assinalou com seu nome um golpe sob medida, encomendado pela classe dominante. Classe que encontrou em sua figura meios de consolidar uma série de desmontes, nessa posição, o mandatário poderia exercer sua gestão promovendo as mesmas pedaladas que justificaram e alimentaram a narrativa de *impeachment*. Jinkings, retoma e destaca a intencionalidade que culminou na deposição de Dilma Rousseff:

O golpe propriamente dito remonta a 29 de outubro de 2015, quando foi lançado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), copartícipe do governo e sigla do vice-presidente Michel Temer, o plano *Uma ponte para o futuro*; em 2 de dezembro o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (um dos chefes ardil, atualmente afastado do cargo e em vias de ter seu mandato cassado por corrupção) abriu o processo de impeachment contra a presidente, alegando crime de responsabilidade com respeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa – as decantadas “pedaladas fiscais”; em 29 de março de 2016 o PMDB se retirou do governo; no dia 17 de abril o plenário da Câmara aprovou o relatório favorável ao impedimento da presidente, numa sessão em que parlamentares indiciados por corrupção e réus em processos diversos dedicaram seu voto a Deus e à família, numa espetacularização execrável da política; em 12 de maio, o Senado Federal também aprovou a abertura do processo que culminou no afastamento de Dilma Rousseff, até que seja concluído (JINKINGS, 2016, p. 12-13).

A análise feita por Jinkings demonstrou que, desde a deposição de Dilma à chegada de Temer ao posto de mandatário do país, há a revelação de um fato histórico emblemático<sup>17</sup>, ocasionado na viabilidade de aplicar o projeto “Ponte Para o Futuro”, documento no qual o PMDB defendia teses para recuperação da economia do país, o qual tentou se efetivar durante o período do mandato de Temer por medidas que o materializassem e foram parcialmente alcançadas, como a aprovação do teto de gastos públicos, a reforma trabalhista e previdenciária, medidas que se aplicaram afinadas a um pacote de concessões e privatizações com o intuito de atrair investimentos externos conduzidos pelo livre mercado.

Dentre essas medidas, o teto dos gastos por período de vinte anos foi aprovado como EC 95 em 15 de dezembro de 2016, a reforma trabalhista<sup>18</sup> – proposta por Temer,

---

<sup>17</sup> Pela terceira vez na história do Brasil um vice presidente da sigla do PMDB assume a direção como mandatário, o primeiro foi José Sarney após falecimento de Tancredo Neves (assumiu em 15 de março de 1985 até 15 de março de 1990), o segundo foi Itamar Franco após *impeachment* de Fernando Collor de Mello (assumiu em 29 de dezembro de 1992 até 1º de janeiro de 1995) e, por último, Michel Temer após *impeachment* – “golpe” - como ele mesmo assumiu em rede nacional do programa roda viva - de Dilma Rousseff assumindo o posto como interino no dia 12 de maio de 2016 e em definitivo após conclusão do processo em 31 de agosto ficando no mandato até 1º de janeiro de 2019.

<sup>18</sup> A lei que trata da reforma trabalhista dispõe de uma grande diversidade de alterações, dentre as quais se destacam a não obrigatoriedade de contribuição sindical; redução do tempo de intervalo intrajornada (de 1 hora reduziu para 30 minutos, desde que negociado com o patrão); custos com reclamatória trabalhista fica por conta do empregado (antes da reforma não havia custos para empregado que entrava com reclamatória e também não era necessário pagamento de sucumbências se o empregado perdesse); trabalho intermitente; transporte da residência para trabalho e vice-versa antes era computado como jornada de trabalho para

começou a tramitar em 23 de dezembro de 2016 na Câmara dos Deputados – que foi aprovada como Lei, sob a égide de número 13.467, outorgada em 13 de julho de 2017 e, a proposta do pacote de privatizações para 2018, que previa uma série de Programas de Parcerias de Investimentos (PPI) no intuito de desestatizar serviços, onde algumas medidas de privatização foram implementadas<sup>19</sup>, confirmam-se elementos que ilustraram as intencionalidades do golpe e sua serventia.

A condução analítica, com sujeitos protagonistas do golpe de 2016, deve prezar por identificar o significado que cada um destes carrega para além de sua particularidade como indivíduo e, considerar sua função política neste cenário onde se acirram interesses de classes. Ir além das particularidades destes protagonistas possibilita chegar no espectro político que os guiam de acordo com interesses de classe, a exemplo desses interesses, pode-se ater à entrevista dada por Temer ao programa Roda Viva<sup>20</sup>, três anos depois do golpe, no qual o mesmo refere que *“jamais apoiou ou fez empenho pelo golpe”* afirmando que, naquela altura – em meados de 2016 -, *“os partidos já estavam vocacionados para ideia do impedimento”*, assim, resumiu que sua conduta não partiu apenas de sua particularidade enquanto indivíduo, reconhecendo que forças extrínsecas – no caso dos partidos - lhe deram direção para sua ação.

A fala de Temer reconhece as etapas que arquitetou o golpe sob forma de *impeachment* como processo que advém da mobilização de partidos que votaram a favor do impedimento para afastar Dilma, pode-se identificar nessas etapas dois fatores essenciais que alavancaram o golpe, o primeiro seria encontrar formas de blindar uma velha casta política das investigações de corrupção política<sup>21</sup>, em que pese blindar alvos estratégicos que poderiam comprometer politicamente a pavimentação necessária para dar

---

trabalhadores que exerciam labor em locais de difícil acesso, após reforma não é mais considerado como tempo de trabalho; entre outras.

<sup>19</sup> Em notícia veiculada pelo G1 em janeiro de 2019 o sítio informa que o atual governo “herdou” o pacote de privatizações e pretende ampliá-lo: “Na gestão Bolsonaro, o PPI passará a ser subordinado a Carlos Alberto dos Santos Cruz, ministro-chefe da Secretaria de Governo, que decidiu manter o secretário especial Adalberto Vasconcelos na chefia do programa. “O novo governo não só absorveu como vai fortalecer o PPI”, disse ao G1 o chefe do PPI”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/21/bolsonaro-herda-69-projetos-do-ppi-de-temer-e-quer-ampliar-privatizacoes.ghtml>> acesso em: 13 de set 2019.

<sup>20</sup> Entrevista foi ao ar no dia 16 de set de 2019, pode ser conferida em <[https://tvcultura.com.br/playlists/46\\_roda-viva-ultimos-programas.html](https://tvcultura.com.br/playlists/46_roda-viva-ultimos-programas.html)> acessado em 17 de set 2019.

<sup>21</sup> A corrupção pode ser definida como uso ilegal do poder público em benefício particular, com o objetivo de transferir renda pública ou privada de maneira ilícita para determinados indivíduos ou grupos ligados por interesse comuns. Os fatores causais da corrupção podem ser pessoais e institucionais – resultantes das características dos governantes ou das normas que regulam o sistema político, as instituições, os partidos e as eleições. A corrupção política força o setor público a realizar investimentos em projetos financeiramente mais proveitosos para alguns grupos, que conseguem diferenciais competitivos ilegítimos para suas iniciativas (TELLES, 2019, p. 56).

andamento nas contrarreformas que seguiram pós-golpe, como já anunciado em matéria de Glenn Greenwald, pelo sitio do *The Intercept* Brasil<sup>22</sup>.

O segundo fator, para implementar unilateralmente uma agenda governista que integrasse por vias de legalidade, condições para aplicar as teses do programa “Ponte para o Futuro”, fato que se verifica em entrevista dada pelo então presidente interino no dia 21 de setembro de 2016, publicado pelo sítio “*The Intercept*”<sup>23</sup> no dia seguinte. Essa entrevista se deu em evento realizado na sede da Sociedade Americana junto ao Conselho das Américas, na qual o presidente interino passou entendimento de que o afastamento da presidenta deposta se deu por sua não aceitação das teses contidas no documento, conforme segue transcrição da entrevista:

*“E há muitíssimos meses atrás, eu ainda vice-presidente, lançamos um documento chamado ‘Uma Ponte Para o Futuro’, porque nós verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo. E até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento chamado ‘Ponte para o futuro’. E, como isso não deu certo, não houve adoção, instaurou-se um processo que culminou agora com a minha efetivação como presidência da república”* (TEMER, 2016, s/p).

Como destacado por Boito Jr. (2016), um político medíocre premiado pelas circunstâncias, acabou por resgatar teses que posteriormente encontraram respaldo nas propostas de recuperação econômica do documento elaborado pelo Banco Mundial denominado de “Um Ajuste Justo”, em 2017 – vale ressaltar que o referido documento resulta de estudo encomendado pelo próprio governo -, mediante esses fatos, pode-se identificar elementos que dão materialidade ao golpe de 2016 e tecem a trama histórica recente do Brasil.

Essa trama histórica ainda enleia em si os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Trama que demonstra fissuras no aparelho do Estado para equilibrar tais poderes, embora, na aparência demonstrem-se separados, em essência são intimamente ligados pelas condicionalidades políticas – estas sob efervescência advindas de tensionamentos de mobilizações sociais entre defensores do *impeachment* e defensores do golpe -, logo, esta essência se encapa na esfera da luta de classes.

<sup>22</sup> Matéria completa intitulada “Eventos Importantes no Brasil expõem a fraude do impeachment de Dilma – e a corrupção de Temer”, publicado em 30 de junho de 2016 pode ser consultado em: <<https://theintercept.com/2016/06/30/71591/>>.

<sup>23</sup> Notícia publicada em 22 de set 2016, na íntegra com fala do ex-presidente reforçando articulação do suposto *impeachment* como estratégia de implementação das teses do programa “ponte para o futuro”. Link disponível em: <<https://theintercept.com/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/?fbclid=IwAR1m-QTRegQEVWDhq9qCZVbeyJsS7Wkk0zMAT3uD1n2fdyVtLZRk1nq358>>.

Associar as condicionalidades políticas à essência da sociabilidade de classes significa compreender que esses poderes são exercidos sob uma ótica que revela intencionalidade classista, que por sua vez, se vale da “aparência” associada à neutralidade, ocultando sua “essência” de não neutralidade. Ao assumir uma aparência de imparcialidade, esses poderes se apresentam à sociedade como isentos de posição - embora todas suas ações não se descolem de interesses classistas -, no intuito de negar essas fragilidades do Estado que funciona por meio de um sistema de pesos e contrapesos que os articulam (Executivo, Judiciário e Legislativo), demonstram-se como essenciais para manter a organização social através do Estado, que em suma se orienta pela classe dominante.

Cabe destacar que a relação entre Estado e classes dominantes, parte da seguinte ideia:

Na sociedade capitalista o Estado é a única instituição que possibilita que os interesses de grupos sociais específicos possam ser apresentados para o resto da sociedade como se fossem interesses de toda a sociedade. Alcançar o poder do Estado é, portanto, a tarefa fundamental de qualquer classe social em termos políticos, pois isso permite que seu projeto societário se imponha sobre o resto dos agrupamentos humanos e porque a partir do Estado essa capacidade se potencializa (OSÓRIO, 2019, p. 43).

Neste ponto de vista, quando o golpe de 2016 representa um ato de força para assegurar à classe dominante sua condução e direção do Estado para implementar e impor seu projeto societário, que se traduz na aprovação da EC 95, na reforma trabalhista, na disputa da reforma da previdência<sup>24</sup> recentemente aprovada como EC 103 de 12 de novembro de 2019, no pacote de privatizações e no contingenciamento dos recursos públicos, ao tempo que tensiona a redução do Estado, promove crescimento do setor privado ao passo que o justifica como uma via para assumir a organização da vida social que encontra no neoliberalismo outra possibilidade de projeto societário.

Dado o alcance do poder de Estado, sua condução se dá pela via da “democracia blindada” (DEMIER, 2017), o exemplo mais nítido de como funciona o referido conceito na atualidade, é verificado no espectro político brasileiro e na forma como se dá sua operacionalização, valendo-se dos valores democráticos em vigência para blindar uma classe que fortalece sua base e seu *modus operandi* para estabelecer seu *status quo*.

---

<sup>24</sup> As principais mudanças da reforma previdenciária referem-se ao aumento do tempo de contribuição e da idade mínima para aposentadoria, o que de certa forma representa maior tempo de espoliação da força de trabalho para alcançar a aposentadoria como direito, isto para trabalhadores(as) com trabalho formal, sem considerar a informalidade e subemprego.

Se tomar como exemplo o setor da direita deste espectro, sabe-se que há distinções nas singularidades e pautas de cada partido deste seguimento, no entanto, quando trata-se de estabelecer uma unidade para amarrar seus interesses (vide alianças de votos para aprovar/reprovar pautas, leis, decretos, projetos e encaminhamentos dentro do sistema bicameral – Câmara dos Deputados e Senado Federal -, mesmo que os representantes deste setor não reconheçam, se estabelece uma unidade de classe (em prol dos interesses da classe dominante) na qual essa força motriz se alimenta de valores, visão de mundo e modos de ser, filiam-se em uma tendência de projeto societário e encontra neste a capilaridade necessária para promover transformações societárias em acordo com os interesses de classe que nessa unidade se compõe de uma estratificação diversa.

Por óbvio, o golpe de 2016 não se gestou por conta somente da esfera política e seus atores envolvidos, essa é uma das pontas da trama, que, somada às condições históricas que deram força para esta, revela em médio prazo os reflexos da crise estrutural<sup>25</sup> do capital alavancada em 2008 nos Estados Unidos, que provocou um efeito cascata em nível globalizado no circuito do capital financeiro na economia global, efeito que também reverberou na organização da sociedade brasileira. O exemplo mais nítido da influência deste circuito econômico internacional no Estado brasileiro aparece nos documentos do Banco Mundial, que “recomendam” possíveis remédios para manter a estabilidade econômica, geralmente, sem aviso dos efeitos colaterais que estes “remédios” possam causar para o campo dos direitos sociais e para as sociedades que adotam suas recomendações.

Os reflexos da crise político-econômica global põem em relevo os impactos do capitalismo para os países periféricos – ou em “desenvolvimento” -, no caso do Brasil, o que se apresenta revela o esgotamento da conciliação de classes (ilustrada principalmente sob a forma de “neodesenvolvimentismo”) que vinha sendo realizada dentro dos governos petistas neste início de século em detrimento do que Lima (2007) denominou como “herança maldita da contrarrevolução neoliberal”, legado com que tal governo teve de lidar desde que chegou ao executivo.

---

<sup>25</sup> Harvey nos ensina que “crises são essenciais para a reprodução do capitalismo. É no desenrolar das crises que as instabilidades capitalistas são confrontadas, remodeladas e reformuladas para criar uma nova versão daquilo em que consiste o capitalismo. Muita coisa é derrubada e destruída para dar lugar ao novo. Terras produtivas são transformadas em desertos industriais, velhas fábricas são demolidas ou usadas para novas finalidades. [...] contudo, o que há de tão notável nas crises não é tanto a ampla reconfiguração da paisagem física, mas as mudanças drásticas no modo de pensar e entender, nas instituições e ideologias dominantes, nos processos, alianças e subjetividades políticas, nas tecnologias e formas organizacionais, nas relações sociais, nos costumes e nas preferências culturais que permeiam a vida cotidiana. As crises abalam profundamente nossas concepções de mundo e do lugar que ocupamos nele” (HARVEY, 2016, p. 9).

Ao direcionar o olhar para a formação sócio-histórica recente, pode-se conceber o golpe de 2016 como fruto do movimento histórico da sociedade brasileira, situando-o como um mecanismo que recupera em suas diretrizes aspectos da contrarrevolução preventiva<sup>26</sup>, que outrora foi a força motriz do golpe de 1964. A diferença entre 1964 e 2016 se dá pelo fato que, no primeiro, a proposta neoliberal estava se implementando no Estado brasileiro, em 2016, pós avanços da redemocratização da década de 1980 e da globalização do neoliberalismo nos anos 1990, pode se identificar um movimento que busca restaurar o neoliberalismo em sua essência bruta.

Em tese de doutoramento intitulada “Contrarreforma na educação superior: de FHC a Lula”, ao sustentar este conceito, Lima apontou três fases que ilustram tal contrarrevolução – germinada na década de 1970 -, a primeira fase se deu na adaptação do país ao consenso de Washington, refletida nos governos de Collor e Franco com os primeiros atos políticos de acomodação da política nacional aos ajustes da economia mundial daquele momento, na qual tomou força a hegemonia das políticas neoliberais que conduziram o avanço da desregulação financeira do Estado e a transição do gerenciamento de serviços e setores estratégicos de caráter público para setores privatistas do mercado, na lógica de desestatização e privatização de bens e serviços.

A segunda fase, refere-se a implementação do plano real pós-consenso de Washington e o fortalecimento de laços com uma burguesia internacional ao permitir sua expansão em território nacional, condição que reconfigurou os moldes que punham em relevo a luta de classes, nas palavras de Lima, este ponto:

consubstanciou as bases desse novo projeto de sociabilidade para a periferia do capitalismo e impôs à burguesia brasileira uma nova racionalidade, que continuasse respondendo à crise econômica e política deixada pelo então presidente Collor de Mello, mas que ampliasse a legitimidade do neoliberalismo, como única saída possível para garantia da estabilidade econômica com justiça social, ou seja, da ampliação da lucratividade para a burguesia com a necessária coesão social (2007, p. 92).

---

<sup>26</sup> O conceito de “contrarrevolução” foi categorizado pelo sociólogo Florestan Fernandes. Na formação em Serviço Social, provavelmente este conceito chegue junto à leitura de José Paulo Netto em “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64” publicado em 1990, onde este em interlocução teórica com Fernandes, nos situa as contrarrevoluções preventivas associadas ao golpe de 1º de abril de 1964 que, conforme Netto: “a finalidade da contrarrevolução preventiva era tríplice com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e mobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo” (NETTO, 2015, p. 31).

A sequência deste projeto se deu com esforços de elaborar ajustes estruturais e estabilidade econômica às custas da ampliação da participação política da sociedade prescindida de antagonismo político aos ajustes e estabilidade pautados pela agenda governista.

É justamente esta condução que faz da burguesia uma classe dominante e dirigente, o que não elimina a utilização da coerção em momentos de acirramento e conflitos. Esta concepção liberal de sociedade civil, que objetiva esvaziar a luta de classes, desqualifica a política (contra a ordem burguesa), reconfigurando o social (dentro da ordem burguesa), constituindo-se como uma nova expressão da separação entre econômico e político inerente ao capitalismo. Amplia a participação política na institucionalidade burguesa, sem alterar a configuração de classe e a reprodução do capital (LIMA, 2007, p. 101).

Na terceira fase deste processo de contrarrevolução, a autora refere a chegada de um partido de esquerda ao poder, possibilidade que resultou de uma aliança política de coalizão composta por setores de centro e direita do espectro político brasileiro. Explica Lima:

Essa composição conformaria a ampliação do novo bloco de poder, por meio da absorção de frações da classe trabalhadora, sem alterar a essência da concentração do lucro e do poder burguês, ou seja, realizaria um conjunto de mudanças pactuadas dentro da democracia restrita, sem caracterizar rupturas com o projeto de sociedade burguesa (LIMA, 2007, p. 109-110).

Essa caracterização de não ruptura com o projeto de sociedade burguesa suscita compreensão de que, esta etapa histórica, transcorrida pela via de política conciliatória na direção das bases governistas, advém de condições materiais e históricas assentadas no processo de contrarrevolução neoliberal, encontrando em si mesma um eco. Este eco vem associado ao que Sampaio Jr. (2012) apontou como “o neodesenvolvimentismo como simulacro do desenvolvimento”, conforme o autor:

A modesta retomada do crescimento econômico, após quase três décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda, o *boom* de consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial dão um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento. O chamado neodesenvolvimentismo seria, assim, uma expressão teórica desse novo tempo. Para alguns de seus adeptos mais ingênuos que acreditam fervorosamente no poder criador das fórmulas abstratas, as novas ideias seriam, na verdade, a própria causa determinante da guinada qualitativa na trajetória da economia brasileira. Acima de suas diferenças e idiosincrasias de ordem teórica e prática, os economistas que reivindicam o novo desenvolvimentismo compartilham um denominador comum: procuram uma terceira via que evite o que consideram o grave problema do neoliberalismo — a cumplicidade com o rentismo — e o que atribuem como as inaceitáveis perversidades do velho desenvolvimentismo — o nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal. O

desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (2012, p. 679).

Localizar esses acontecimentos na formação sócio-histórica brasileira permite reconhecer que os ecos da contrarrevolução neoliberal incidiram fortemente em uma tentativa de conciliação entre neoliberalismo com desenvolvimento nacional pela via neodesenvolvimentista. A história demonstrou que esta lógica contemplou tanto o setor neoliberal, quanto a proposta de desenvolvimento social dentro dos postulados democráticos, como exemplo, tem-se a ampliação de universidades – via PROUNI e REUNI - e fortalecimento das políticas sociais, com destaque para a implementação do Programa Bolsa Família, programas como minha casa minha vida, entre outros que evidenciam uma certa melhora qualitativa na vida da população.

Ressalta-se que essa melhora substancial nas condições de vida também foi lucrativa para o setor privado, com destaque ao bancário<sup>27</sup>, em parte, devido a política de redistribuição de renda que, minimamente, propiciava condições de poder de compra para a população e reaqueceu o setor econômico, possibilitando acesso a mercadorias e serviços ao passo que este acesso movimentava indicadores econômicos, as linhas de créditos operadas pelo setor bancário encontrava nessa movimentação de indicadores os meios para garantir seus lucros.

Contudo, a manutenção dessa conciliação perpassou por correlações de forças, que tensionam para interesses de classe distintos, assim, situa-se o permanente conflito de classes em disputa na direção dada para a organização da sociedade que encontra na condução do Estado, as condições necessárias manifestar e executar tais interesses. Se por um lado o livre mercado conseguiu se expandir nessa lógica neodesenvolvimentista, por outro lado, as reconfigurações societárias tencionadas por interesses de classe distintos confere um momento em que essa expansão começa a demonstrar fissuras, estas, por sua vez, refletem a insuficiência do mercado em suprir as demandas da sociedade, tornando-se cada vez mais seletivo, no mesmo ritmo em que a estrutura social apresenta cada vez mais demandas e põem em relevo aquilo que assistentes sociais compreendem como “expressões da questão social”.

---

<sup>27</sup> Conforme notícia veiculada pelo Grupo Veja em 2014, os bancos acumularam até oito vezes no governo de Lula em relação ao governo anterior. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/bancos-lucraram-8-vezes-mais-no-governo-de-lula-do-que-no-de-fhc/>>.

Isso posto, há de se reconhecer que nas raízes históricas em desenvolvimento no Brasil, o campo de disputa pelo Estado é tensionado pela velha luta de classes composta por indivíduos de interesses distintos, ligados a uma classe. Estes, por sua vez, não devem ser analisados somente como sujeitos individuais e no plano das ideias, como alerta com Boito Jr.

Aqui, não são mais os indivíduos que constituem o ponto de partida de análise, mas sim, os coletivos partidários, que agem buscando obter a hegemonia de suas ideias. Esse tipo de análise é mais sofisticado que o anterior. De fato, a luta de ideias é importante na política, e as ideias que se tornam dominantes podem determinar o rumo da história. Contudo, o erro dessa abordagem consiste em ater ao terreno das ideias, ignorando suas raízes sociais e imaginando que a disputa se dá entre cidadãos livres, conscientes e socialmente indeterminados (2016, p. 24).

Ater para essas raízes significa manter um olhar dialético para determinações materiais e históricas em movimento, mirando esse olhar no intento de visualizar como tais determinações condicionam visões de mundo e a ele retorna em forma de ação, da vida concreta e material para a ideia e, da ideia ao condicionamento de novas percepções que venham modificar a vida concreta e material, sob entendimento que essa mediação perpassa conflitos de classes, como situado por Boito Jr.

Quando falamos em *conflito de classes* não estamos pensando num conflito simples entre burguesia e a classe operária. Tampouco pensamos em uma disputa mais avançada entre socialismo e capitalismo. Para uma situação desse tipo convém guardamos o conceito de *luta de classes*. Ora, o que temos no Brasil de hoje não é isso. O que temos aqui é um conflito distributivo, pela apropriação da riqueza, e ele envolve diversas classes e frações. Os conflitos são, portanto, variados e complexos, não excluem o surgimento de alianças, configurando sucessivas mutações no quadro político, e são justamente essa variedade, complexidade e mutações que podem explicar o fundamental da variedade e da complexidade dos enfrentamentos que observamos no conjunto do processo. Os conflitos entre partidos e mesmo conflitos no interior do Estado, embora possuam suas especificidades, devem ser reportados aos conflitos de classe (2016, p. 25).

Dessa forma, dá para assimilar o processo do golpe de 2016 em um contexto que situa os conflitos de classes – importante salientar que esses conflitos de classe também representam interesses e se integram a totalidade da luta de classes -, estes também integram direções classistas no aparelhamento da organização do Estado brasileiro encampado pela esfera dos três poderes, onde estes protagonizaram movimentos que culminaram em um golpe sob nova formatação ao agir por dentro da legalidade constitucional, onde se travestiu como *impeachment*.

Todavia, esses interesses são amparados e conformados por uma casta política, que se valeu de leituras elásticas da constituição e propiciou o movimento que representou um golpe sob nova roupagem. Para além da tomada de poder do Estado, os interesses

dessa casta se voltam contra a classe trabalhadora ao vislumbrar o neoliberalismo como única alternativa para organizar a sociedade contemporânea, alternativa que transforma os modos de vida e organização da sociedade.

Situar tal vislumbre neoliberal nas relações sociais na atualidade significa desmistificar que este se vincula a um projeto societário<sup>28</sup> e suas transformações em curso, onde torna-se possível apreender suas conjecturas partindo do seguinte entendimento: “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). Não alheia a ampliação e ditames do capital financeiro internacional, Iamamoto destaca que:

A mundialização financeira, em suas refrações no país, impulsiona a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social, que afetam transversalmente a divisão do trabalho, as relações entre as classes e a organização da produção e distribuição de bens e serviços. Ela espraia-se na conformação da sociabilidade e da cultura, reconfigura o Estado e a sociedade civil, redimensionando as lutas sociais. O resultado tem sido uma nítida regressão dos direitos sociais e políticas públicas correspondentes, atingindo condições e relações sociais, que presidem a realização do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2015, p. 21).

Tal regressão de direitos, muitas vezes associadas à dilapidação e destruição destes, refere e situa o terreno sócio-histórico onde essa regressão se realiza, é aí que emerge as relações sociais que demandam o trabalho profissional de assistentes sociais junto à classe trabalhadora, essa realização do trabalho profissional também se alça nessas regressões de direitos. A análise da autora revela a extensão e os impactos da lógica do capital, lógica que se encontra refugiada no lastro neoliberal e nas condições materiais que a sustentam e assenta novas conformações de sociabilidade, como sinalizam Dardot e Laval:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o

---

<sup>28</sup> Conforme Netto, quando se fala de projetos societários “[...] trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem da sociedade a ser construída, que reclamam valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la” (2009, p. 142).

indivíduo, que instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Face as relações sociais que o neoliberalismo produz, saltam aos olhos as condições reais que passa a promover a reprodução social da barbárie assentada nos moldes da racionalidade neoliberal. Não se trata apenas de uma ofensiva que visa reconfigurar a sociedade para reduzir o Estado e desregular a economia para garantir lucros e controle da força de trabalho, conforme Barroco:

Com sua interferência na estrutura e na regulamentação das relações de trabalho, nas formas de organização política e jurídica do Estado e das instituições, a ofensiva neoliberal do grande capital diversificou e ampliou a degradação do trabalho e da vida social, atingindo duramente as condições de existência da classe trabalhadora e dos setores marginalizados. Ao materializar-se na exploração, na dominação, na desigualdade, na violência objetiva e subjetiva, a acumulação capitalista e o neoliberalismo criaram as bases concretas para a reprodução social da barbárie manifesta em ideias, valores e comportamentos (BARROCO, 2015, p. 626).

Para além das concepções econômicas e de existência que permeiam o ideário neoliberal, a necessidade de estabelecer uma visão de mundo que o enxergue por meio de uma lente crítica, permite visualizar que o cenário político da ordem capitalista carrega consigo as condições para que a organização da sociedade, em sua totalidade, encontre meios que erijam as próprias condições de produção e reprodução de sua existência, onde este ideário se acirra na disputa entre as classes sociais pelo poder do Estado e por consequência, sua manutenção encontra na barbárie as condições para preservar tal ofensiva, como já destacado por Barroco (2015).

Neste quesito é válido por em destaque que o golpe de 2016 passou a compor parte da estrutura social como mecanismo que objetivou garantir o poder de Estado a um determinado grupo que articula suas forças e movimenta a ordem econômica, política e jurídica, tomando como fundamento o próprio ideário neoliberal. Ao explicar as bases teóricas de golpe, Mascaro nos situa que:

Compreendem-se golpes como mudanças bruscas no controle, na estruturação, no funcionamento ou na dinâmica do campo político e social ou no arranjo relativo de poder entre classes, frações, grupos, corporações, instituições ou indivíduos, advindas de causas comissivas. Via de regra, são gestados e desferidos no Estado ou a partir dele, de tal sorte que sua expressão mais típica é “golpe de Estado”. É verdade que o golpe de Estado concentra o núcleo da tipologia, ao manejar e alterar alguns dos dispositivos fulcrais da sociabilidade capitalista, pois a forma social estatal aglutina, como elemento terceiro aos agentes da produção, a institucionalização e a violência dita legítima da política. No entanto, é errôneo considerar o golpe de Estado a única manifestação desse modelo de ruptura ou câmbio social, ou, ainda, considerar que os golpes de Estado não são, também, consolidações de fenômenos mais amplos que seus próprios eventos políticos distintivos (MASCARO, 2018, p. 69).

A caracterização do golpe, em suas principais marcas, evidencia uma série de medidas que representam essas mudanças bruscas no controle e na estruturação do campo político e, por consequência rebote no campo social e convencionam novas formas de relações sociais. Essas novas formas de relações sociais, na atualidade, passam pela racionalidade neoliberal e encontram na via política as condições materiais e objetivas dada pelo Estado, como o meio que a concebe na sociedade contemporânea.

Se tomar como exemplo a reforma trabalhista, a promulgação da Emenda Constitucional 95 que congela os recursos da União destinados à área da saúde, educação, ciência e tecnologia, entre outras durante período de 20 anos e a reforma previdenciária que eleva a idade mínima para aposentadoria, verifica-se as forças materiais que abrem precedentes para um ataque ampliado nos moldes neoliberais que trouxeram mudanças significativas para a sociedade brasileira, caracterizada pela dilapidação de direitos oriundas destas referidas forças.

O impacto dessas forças materiais se constata na escolha do sufrágio universal no pleito eleitoral de 2018, em que pese o que Miguel (2019) caracterizou como período de “desdemocratização”. Pós transição governamental se realizou a retração de ministérios, cortes de recursos orçamentários sob a nomenclatura de “contingenciamento”, privatização de setores de empresas estatais entre outras ações que buscam atender o ideário neoliberal. Ressalta-se que essas forças materiais se integram e partem da organização política brasileira que se organiza a partir do poder executivo, legislativo e judiciário.

Além da esfera que aglutina os três poderes, também há de se reconhecer o crédito da mídia neste processo histórico e sua influência no processo democrático, ao tempo que as condições históricas propiciaram novas formas de consciência e visão de mundo, representadas por movimentos antagônicos nas ruas como expressão de ideias e lutas sociais, esses movimentos se retroalimentam de informações dos meios midiáticos para fundamentar suas ideias e posições. O referido crédito considera o papel das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na atualidade, que por sua vez amplia o olhar e o alcance para além dos moldes clássicos midiáticos (aqui, referindo-se ao rádio, jornais, televisão e revistas) de troca de informação e comunicação.

Nesse cenário contemplado pela via radiofônica e televisiva aliada à celeridade da internet e troca de informações em tempo real em aplicativos de chats pessoais e redes sociais com grande alcance público. Os meios de comunicação aparecem como principal via onde é possível localizar a batalha das ideias e disputa de narrativas, tanto pela velocidade da troca de informação de textos, áudios, vídeos, sites de conteúdos audiovisuais e *lives*, quanto pelo papel que o ciberespaço assume na conformação de

relações sociais da história recente, em conjunto ao que antes foi referido como moldes clássicos midiáticos.

Considerar esses elementos como fatores conjunturais que comportam e conformam o golpe de 2016 e sua lógica assentada na racionalidade neoliberal, põe em evidência que as transformações societárias em curso se deram sob uma perspectiva classista, inclinada aos interesses da classe dominante para dar vitalidade ao capital. Nesse sentido, esses aspectos que se configuram a partir das condições sócio-históricas em movimento, interconectam-se e formulam os fundamentos da vida social contemporânea, que por sua vez, elencam novas conformidades para os fundamentos da profissão no tempo presente e revelam que os núcleos de fundamentos do Serviço Social se articulam de forma indissociável para ler a realidade brasileira, conforme reforçam as diretrizes da ABEPSS (1996).

Neste ponto, para a profissão, mais que nunca se necessita da lente crítica para ler o movimento destes moldes neoliberais, que levantam novos desafios e justificam a defesa do projeto ético político junto de seus princípios progressistas frente os impactos da avalanche neoliberal que se atualiza no desenvolvimento das forças produtivas. Com as lentes críticas que sustentam a formação e, posteriormente, o trabalho profissional, obtém-se as condições necessárias para decifrar essa realidade em movimento e propor estratégias para seu enfrentamento.

Portanto, o golpe de 2016, em seus desdobramentos, traduz o eco da contrarrevolução neoliberal, utilizado como mecanismo que se valeu de forças políticas com interesses de classes, forças econômicas que alavancaram sujeitos políticos do campo da direita do espectro político para defender esses interesses da racionalidade neoliberal nos moldes estabelecidos no que Demier (2017) apresenta como fatores constitutivos da democracia blindada. Ou seja:

Almejando a célere aprovação da pauta neoliberal, a classe dominante pôs em movimento forças sociais destrutivas, reavivando, com isso, alguns dos preconceitos e opressões ancestrais da formação social brasileira – mas não só dela, por suposto –, como o machismo, o racismo, a homofobia, o militarismo e o apoliticismo tecnocrático, tudo isso coadunado, como não poderia deixar de ser por aqui, com o secular ódio de classe destilado por uma burguesia umbilicalmente divorciada do povo. Por meio de todos os poderes do Estado, os direitos democráticos são atacados, evidenciando um amálgama entre uma plataforma economicamente neoliberal, politicamente reacionária, e profundamente conservadora no âmbito comportamental (DEMIER, 2017, p. 91).

A formatação desta plataforma pontuada por Demier (2017) tensionou posicionamentos distintos no campo democrático, causando rebatimentos na organização

de setores do espectro político brasileiro, a destacar dois aspectos: o primeiro remete ao setor de direita desse espectro e seus viés ideológico voltado ao molde de pensamento da classe dominante que, articulado, estabeleceu uma unidade que, apesar de divergências internas desse seguimento, encontrou pelas vias democráticas constitucionais meios de se alçar à direção do Estado e impor uma agenda político-econômica pautada pela ótica neoliberal.

O segundo atem-se à fragmentação dos setores de esquerda, enquanto parte desse segmento ainda insistia em possíveis coalizões de força com setores mais moderados e ao centro desse espectro político, com propostas sociais democráticas assentadas em possíveis reformas neoliberais, outra parte referente a representação residual da classe trabalhadora – minoria nos espaços parlamentares - defendia uma agenda com posições mais radicais que direcionava suas propostas ao derruimento da conciliação política até então em curso, no intuito de romper ou enfraquecer a lógica do neoliberalismo e, por consequência, do capital.

Deste eco aqui exposto e com as tensões político-econômica acirradas, a contrarrevolução neoliberal parece ter encontrado o que Dardot e Laval teorizaram como “uma racionalidade ademocrática” (2016, p. 379), categoria que explica como a “[...] racionalidade mercantil se expande a todas as esferas da existência humana e que fazem da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 379).

Nessa dinâmica, os autores sustentam que a lógica de concorrência do mercado viria a converter a conduta do Estado em “Estado-empresa”, na medida em que o caráter político acaba sendo substituído pelo caráter público de impor uma direção ao Estado. Nesse mesmo sentido, o aparelhamento do Estado e sua ramificação dos três poderes assumem um caráter técnico “gerencial” de molde empresarial ao incorporar a racionalidade neoliberal, ao passo que põe em jogo regramentos para o campo político, a ordem técnica toma força para legitimar políticos que assumem em suas agendas uma proposta de gerenciamento técnico do Estado, pilar teórico que justifica os resultados eleitorais pós- golpe de 2016 do pleito de 2018, que elegeu um candidato que se propunha a fazer uma reforma política na organização ministerial do Brasil, colocando no *front* de gestão desses espaços pessoas com suposto “perfil técnico” para ocupar cargos no governo.

Entretanto, não é somente o caráter técnico gerencial que comporta um governo, se considerar os efeitos da crise econômica em escala global, verifica-se que os tensionamentos da agenda econômica internacional evidenciam o xeque-mate pelo qual passou (e ainda passa) o Estado brasileiro, entre a honraria das contas públicas e

fortalecimento dos laços diplomáticos, principalmente, como nas relações exteriores com países em que é credor da dívida externa.

Essas condições da agenda política e econômica internacional tensiona a direção política conduzida por parte do Estado, se antes este visava conciliar os conflitos de classe, na atualidade, este trata de se pautar em sugestões dos estudos do Banco Mundial, importando tendências que justificam as incidências do pensamento neoliberal do circuito global, de fora pra dentro do país.

A lógica conciliatória de tentar contemplar ao mesmo tempo interesses do desenvolvimento econômico com os sociais, prioriza o primeiro e sempre relega o segundo, isto revela que a correlação de forças desses interesses ultrapassam os limites democráticos e fortalece a ideia de que a política funciona de forma separada da economia, o sentido de luta e conflitos de classes que perpassa as disputas do campo político são invisibilizados – no sentido de substituir o bem comum pelo suposto bem público -, enquanto a ordem técnica gerencialista e empresarial justificam que a direção do Estado deve se pautar nesta linha, formaliza-se o que Dardot e Laval (2016) identificam como “governamentalidade neoliberal”.

Portanto, em leitura crítica da realidade o Serviço Social e seus aportes teóricos compreende o golpe de 2016 como uma mudança paradigmática no âmbito político associado a mudança brusca na esfera do capital verificada na intensificação do neoliberalismo. Quando se entende que este representa um ato de força para implementação de um projeto antes inviável pelo viés democrático, não se está negando que a plataforma política, até então em vigência, não se assentava em base neoliberal, o que se afirma, é que, pelo sentido político atribuído à ação calibrada neste ato de força, substituiu-se a plataforma vigente para instalar uma nova conformação modular, no caso, o de neoliberalismo desenfreado travestido de ponte para o futuro.

Com isso elucidado, pode-se pôr na conta dessa plataforma modular a base que instalou os desdobramentos de ordem econômica, política, jurídica e cultural que decorre desde 2016 até o presente momento. Plataforma acionada a partir do golpe como mecanismo que recuperou o neoliberalismo puro no eco da contrarrevolução neoliberal e encontrou neste eco, as condições para alicerçar as transformações societárias em curso que se materializa no tempo presente como os reflexos de uma herança golpista.

## 2.2 REFLEXOS DE UMA HERANÇA GOLPISTA

Antes de prosseguir com a análise, destaca-se que na seção anterior pode-se verificar as condições sócio-históricas que culminaram no golpe de 2016, o que possibilitou movimentar o núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica recente e sua relação com os fundamentos da vida social contemporânea, que não se descolam dos fundamentos da profissão. Desta indissociabilidade e articulação dos núcleos de fundamentos do Serviço Social, pode-se chegar a compreensão do significado dos fundamentos da vida social estipulados pelas Diretrizes da ABEPSS (1996):

Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico (ABEPSS, 1996, p. 10).

No caso, a intencionalidade de buscar compreensão do ser social pode ser entendida como forma de apreender a sociabilidade, conforme explicitado na matéria filosófica do referido núcleo:

Os fundamentos ontológicos do ser social. A dimensão da sociabilidade, trabalho e alienação. As formas de consciência: política, ciência, religião, moral e arte. As atuais reflexões éticas sobre a ciência e suas repercussões no mundo do trabalho. Correntes filosóficas e suas influências no Serviço Social (ABEPSS, 1996, p. 16).

A análise aqui realizada buscou resgatar o legado que acompanha as marcas deixadas pelo golpe de 2016 no Brasil. No caso, os reflexos de uma herança golpista, além de demarcar nas páginas da história do Brasil uma ilusão de “ordem e progresso” aplicada sob uma visão juspositiva<sup>29</sup> que resguarda o golpe sob forma de *impeachment* à constitucionalidade e à legalidade, trata de situar que essa ilusão é tão falsa quanto um

---

<sup>29</sup> Nos termos formalmente postos, o juspositivismo é o instrumento excelente de tal explicação conservadora: o Estado é o que juridicamente se chama por tal. Via reversa, para o juspositivismo, o direito é o que o Estado chamar por tal. Nos termos das ciências sociais e da ciência política, erigem-se então o esquadrihamento e a quantificação do já dado. Nessa chegada ao chão da explicação analítica sem horizonte histórico e social, o Estado deve ser presumido como entidade perene, sem tomá-lo como resultante de um devir histórico nem considerá-lo enredado em estruturas sociais específicas, dinâmicas e Contraditórias. Tal visão conservadora, relativamente atualizada, anima até hoje a maioria das explicações sobre o Estado e a política. Boa parte das ciências sociais trata o objeto da política e do Estado identificando-o ao juspositivismo ou com base em ferramentas teóricas analíticas e conservadoras, que restringem os fenômenos apreendidos às suas manifestações imediatamente quantificáveis, mensuráveis ou reiteráveis. Entretanto, essas manifestações podem revelar padrões de reprodução medianos que, em certos intervalos históricos e sob determinadas condições sociais, perduram como relativamente estáveis. Mas tais padrões médios não dão conta de avançar no entendimento causal, estrutural, relacional e histórico dos fenômenos da política e do Estado, nem de seus problemas, contradições e crises” (MASCARO, 2013, p. 10).

placebo, para os que acreditavam que o *impeachment* seria uma forma de cura para a economia interna do Brasil e retomada do desenvolvimento social – como se esta não fosse afetada pela economia internacional e não sentisse internamente seus efeitos – e o fortalecimento do combate à corrupção – como se esta fosse possível de ser varrida da esfera política ao tomar uma pílula -, não o é e não o foi.

Como já situado por Jinkings (2016) “a pílula não pode ser dourada”, justamente porque essa pílula além de intragável, trouxe para parcela da sociedade a alucinação de que seus efeitos colaterais e adversos seriam para fazer bem, quando na verdade, trouxe uma diversidade de sequelas que levará muito tempo para reparação, ou em alguns casos, danos permanentes que explicitam o recrudescimento das expressões da questão social.

Essa diversidade de sequelas e danos permanentes situa o processo histórico recente, depois de deflagrado e consumado o processo do golpe de 2016. No caso, desde a chegada de Temer ao cargo de mandatário à posse de Bolsonaro, que chegou ao cargo de mandatário organizando sua campanha antes, durante e depois do processo golpista que propiciou condições favoráveis para sua eleição, principalmente, depois da remoção do possível candidato que o derrotaria<sup>30</sup> neste pleito eleitoral: Luis Inácio Lula da Silva. Pode-se inferir sua eleição como extensão do golpe relacionada a racionalidade neoliberal e seu caráter “ademocrático” (DARDOT; LAVAL, 2016).

Como já apontado na seção anterior, o processo do golpe de 2016 condicionou uma série de fatos históricos, em suma registrados sob força de lei – via medidas provisórias, decretos, emendas constitucionais, entre outras -. Destes fatos históricos, adjacente ao golpe em curso naquele momento, pode-se situar a forma como se desenvolveu a famosa Proposta de Emenda Constitucional de nº 241 (PEC 241), que ficou conhecida como “PEC da Morte”, essa proposta inicialmente advinda da Câmara dos Deputados, criada em 15 de junho de 2016, migrou para o Senado Federal, onde se converteu em PEC nº 55 e finalmente passou a vigorar como EC 95 em 15 de dezembro do mesmo ano, ou seja, em apenas seis meses entre a deposição de Dilma e a chegada de Temer já se obtém um fato histórico emblemático que revela a expressão do golpe.

A velocidade de deposição do projeto de governo aprovado nos resultados eleitorais de 2014, apresentada no documento “Mais Mudanças, Mais Futuro” como proposta de

---

<sup>30</sup> As estimativas de estudos realizados pelo Ibope demonstradas no sítio do G1, na primeira pesquisa pós oficialização dos candidatos junto à Justiça Eleitoral em simulação de possível cenário onde Lula viesse a concorrer já o apontava como possível presidente do país para o atual mandato. Conforme veiculado pelo G1 em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/20/pesquisa-ibope-lula-37-bolsonaro-18-marina-6-ciro-5-alckmin-5.ghtml>>.

governo que viria a ser implementada pelo PT durante o período 2015 - 2019<sup>31</sup>, tinha como seus pilares “a solidez econômica e amplitude das políticas sociais – e na estruturação de um novo pilar: a competitividade produtiva” (PT, 2014, s/p), revela a intolerância com o sufrágio universal postulado no regime democrático vigente.

Sendo a EC 95 o primeiro movimento emblemático que representa a extensão do golpe de 2016, o ano de 2017 situa para onde irradiou tal extensão ao trazer no mês de julho a aprovação da Lei nº 13.467 que trata da alteração das leis de trabalho (CLT), representando a reforma trabalhista, seguida do ano de 2018 com a concretização das medidas de privatização de setores essenciais<sup>32</sup> para o desenvolvimento econômico e social no país. Além desses fatores que abarcam a parte econômica e social, também se acirrou as tensões no cenário político e cultural no ano de 2018.

Nesse meio tempo, o governo brasileiro encomendou do Banco Mundial (2017) um estudo para verificar como estava sendo executado o fundo público no Brasil,

Atento à mudança de cenário, o governo federal solicitou ao Banco Mundial a elaboração deste relatório, com o objetivo de realizar uma análise aprofundada dos gastos do governo, identificar alternativas para reduzir o déficit fiscal a um nível sustentável e, ao mesmo tempo, consolidar os ganhos sociais alcançados nas décadas anteriores. O principal achado de nossa análise é que alguns programas governamentais beneficiam os ricos mais do que os pobres, além de não atingir de forma eficaz seus objetivos. Consequentemente, seria possível economizar parte do orçamento sem prejudicar o acesso e a qualidade dos serviços públicos, beneficiando os estratos mais pobres da população (2017, p. 1).

O relatório aponta que “alguns programas governamentais beneficiam os ricos mais do que os pobres”, um ponto essencial para entender que a plataforma neoliberal até então em vigência antes do golpe, contemplava o neoliberalismo dentro da lógica neodesenvolvimentista, todavia, dentro de interesses distintos entre essas duas vertentes de pensamento, esse tempo histórico revelou seu esgotamento frente às crises do capitalismo em escala globalizada. Para Boito Jr.

Entre 2003 e 2014, esses dois campos eram bem nítidos na política brasileira. Entre 2006 e 2012, o campo neodesenvolvimentista reinou, enquanto o campo neoliberal ortodoxo permaneceu na defensiva. A partir de 2011, com o prolongamento da crise do capitalismo internacional e também em decorrência de medidas políticas internas, o crescimento econômico brasileiro entrou em declínio. No início de 2013, o capital internacional e a fração da burguesia a ele integrada iniciaram uma ofensiva política contra o governo Dilma. Devemos denominá-la de uma ofensiva

---

<sup>31</sup> Os programas de governos no Brasil devem se respaldar nos moldes de organização do Plano Plurianual (PPA), onde a proposta consagrada nas eleições passa a vigorar a partir segundo ano de mandato do governo eleito tendo seu prazo até o primeiro ano do governo posterior, assim, sucessivamente.

<sup>32</sup> As medidas de privatizações são de grande amplitude, abrangendo: ferrovias, rodovias, aeroportos, portos, geração hidrelétrica, distribuição de energia, transmissão de energia, mineração, óleo e gás, armazéns e imóveis, Eletrobras, COMAER, Infraero, pré-sal, serviços hospitalares, entre outros.

restauradora, porque seu objetivo era restaurar a hegemonia do neoliberalismo puro e duro. Essas forças viram no declínio do crescimento econômico a oportunidade de lutar contra as medidas de radicalização do neodesenvolvimentismo tomadas pela presidente Dilma – redução inusitada da taxa básica de juros, novas medidas protecionistas e depreciação cambial, entre outras (BOITO, 2016, p. 28).

O campo neoliberal ortodoxo situado pelo autor remete à frente corporificada no campo político na imagem do DEM e do PSDB, que em sua retração, encontrou nas fissuras do campo político o ponto exato para fortalecer seus flancos e organizar investida rumo ao que o autor chamou de uma ofensiva restauradora, visando recuperar o neoliberalismo puro e duro. Essa restauração encontra respaldo nas medidas apontadas no documento do Banco Mundial, onde, o suposto “ajuste justo”, aponta no corpo de sua análise os desafios para sustentabilidade fiscal no Brasil, e coloca em destaque o peso da folha do funcionalismo público, compras públicas, saúde, previdência, políticas de apoio ao setor privado, entre outras sugestões que, por sua vez, refletem propostas do programa “ponte para o futuro”. Paulani, por sua vez, caracterizou este programa como “ponte para o abismo”, segundo a autora, “a essência do documento é o resgate pleno da agenda neoliberal (o modelo perdedor nas eleições de 2014), purificando-a dos arroubos sociais do governo do PT e retomando o processo de privatização, relativamente brecado nas gestões Lula e Dilma” (2016, p. 74).

De fato, ao reaver o documento do Banco Mundial, verifica-se que este retoma pontos da ponte para o futuro. Nessa lógica, pode-se identificar como um dos principais reflexos da herança golpista a intensificação neoliberal e como esta desce dos céus à terra se enraizando no terreno sócio-histórico do Brasil.

Se, no decorrer da história recente, a direção dada pelo governo anterior pavimentou as condições para que a intensificação neoliberal conseguisse impetrar o solo brasileiro, como herança golpista, essa intensificação segue se disseminando no atual governo, e encontrou seu principal expoente na figura de Paulo Roberto Nunes Guedes<sup>33</sup>, que à frente do Ministério da Economia, herdou do governo anterior a missão de aprovar a reforma da previdência, atividade em que se empenhou desde que assumiu a pasta, com o objetivo de fazer a reforma da previdência aos moldes da reforma que houve no Chile durante a ditadura de Pinochet na qual o próprio Guedes ajudou a implementar com regime de capitalização previdenciária.

---

<sup>33</sup> Paulo Guedes foi escolhido pelo seu perfil técnico para assumir o Ministério da Economia, por ter feito suas pós-graduações na Universidade de Chicago nos EUA, instituição conhecida como berço do pensamento econômico neoliberal contemporâneo.

Os fatos históricos aqui reportados ilustram as mudanças na sociabilidade capitalista no Brasil e situam que essas mudanças advindas de um ato de força golpista, também mobilizaram forças que alteraram significativamente as consciências políticas, que por sua vez, ao estabelecerem novos matizes, justificam a ascensão de um governo caracterizado como de ultradireita. Essas mudanças que, paulatinamente receberam dosagens da ordem neoliberal, encontram nesta mesma ordem a fundamentação teórica que justifica as medidas governistas que vem sendo aplicadas a partir do documento de governo intitulado: “O caminho da prosperidade: Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Paradoxalmente, o documento que foi aceito pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob um formato de *powerpoint*, representa uma fusão de fundamentalismo religioso conservador – já em sua primeira página apresenta citação bíblica afrontando o princípio de que o Estado deve ser laico - ao passo que condensa em suas propostas de plano de governo a desburocratização na redução do Estado e a lógica de privatização abrindo as brechas que o mercado internacional necessita, principalmente, sinalizando uma aproximação passiva com os EUA.

Por fim, esses elementos possibilitam unificar os reflexos de uma herança golpista indesejada à atomização da ascensão de direita para extrema direita, valendo-se da crise que encontrou no eco da contrarrevolução neoliberal as condições para acionar o golpe como mecanismo estratégico que dimensionou o capital para uma nova configuração da sua superestrutura de acumulação e reprodução na sociabilidade.

Tanto como a crise, o núcleo do golpe é econômico: a acumulação capitalista nacional e internacional hodierna busca se resolver por meio de maiores espoliações, engendradas por frações burguesas. O movimento do golpe a partir da crise é uma investida da luta de classes capitalista contra as classes trabalhadoras. Majoração da exploração do trabalho, financeirização da previdência social e privatização são seus marcos imediatos. Se politicamente o golpe se expandiu e se adaptou às circunstâncias, iniciando pela direita brasileira tradicional para fincar-se na extrema direita, as frações do capital, mesmo que originalmente tivessem outras preferências, comandam o movimento do golpe sem disjunções quando este deságua em Bolsonaro. As margens de seu jogo não apresentam reserva moral prévia contra extremismos reacionários. Se um dia advier uma experiência fascista, não virá contra, mas exatamente no bojo e pela direção do capital (MASCARO, 2019, p. 26).

Para fechar um entendimento dos reflexos de uma herança golpista, o marco de 2016 refere uma alteração paradigmática na esfera política, onde essa alteração finca no ideário neoliberal a lógica concorrencial e tecnocrata para assentar a direção do Estado em interesses de classe, a dominante. Entretanto, mesmo com uma inflexão marcante para essa lógica, a estrutura econômica que, na teoria social crítica, representa as bases

estruturais de organização da sociedade, segue inalterada. Para visualizar esse ordenamento, de acordo com Marx:

A estrutura econômica da sociedade é a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência, de que o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral (MARX, 2017, p. 157).

Nessa proposição o autor pontua que o que interessa trazer para a análise seriam as bases materiais que mantém a organização da sociedade, no caso, sobre a estrutura econômica, Marx refere que essa estrutura econômica vale apenas para o modo de produção capitalista – que articula uma superestrutura jurídica à política -, em sua obra “O Capital”, o autor explica porque essa mesma lógica de pensamento seria desconhecida se situada na idade média onde reinava o catolicismo ou na antiga Atenas ou Roma, onde dominava a política, porque se tratava de outro “modo de produção da vida material”. Para o autor, o que é necessário trazer à tona para desvendar a organização da sociedade seria o modo como esta produz sua vida, ou seja, a partir do trabalho e das relações sociais advindas deste, tanto pela troca de mercadorias que derivam deste ou da própria força de trabalho dispensada na transformação destas, quanto pelas bases materiais de existências que as pré-determinam.

Nesse sentido, o que se pode identificar no tempo presente é que “a estrutura dos elementos econômicos fundamentais da sociedade permanece intocada pelas tormentas que agitam o céu da política” (MARX, 2017, p. 432). Ou seja, tomar o golpe como uma analogia às tormentas que agitam o céu, refere que essa agitação trouxe mudanças na superestrutura da sociedade reconfigurando as relações sociais, de trabalho, de produção, etc., enquanto mantém a estrutura econômica intacta, que por sua vez, encontra no neoliberalismo condições para se reforçar e se blindar.

Portanto, o golpe de 2016 simplesmente não acabou com a deposição de uma presidenta eleita, como também, abriu precedentes para as tormentas do campo político encontrar em Jair Bolsonaro o refúgio para manutenção dessa estrutura, representando ainda, além de manutenção, uma previsão de tempo que nos indica uma tormenta que se estenderá por pelo menos um mandato, como destacou Miguel.

O golpe foi um processo, emblemático pela queda de Dilma, mas que não se esgotou nela, um golpe cujo sentido é o retrocesso nos direitos, a redução do peso do campo popular na produção de decisão política e adormecimento do projeto de uma sociedade mais justa. A vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 foi um desdobramento, em certa medida imprevisto, deste processo, que continua em aberto e para o qual, infelizmente não há perspectiva de solução a curto prazo (MIGUEL, 2019, p. 21-22).

O triunfo de um governo de extrema direita no executivo que se irradia ao legislativo na esfera bicameral, além de demarcar turno onde a classe dominante avança e demarca seu terreno sob estacas neoliberais, convoca a classe dominada à redimensionar suas táticas e estratégias políticas para além da intensificação de uma oposição progressista. Nesse sentido, planejar sua estratégia e tática, de acordo com Harnecker, significa entender que “a estratégia e a tática fazem parte da ciência da direção política revolucionária. Entende-se por estratégia e tática de um partido, sua conduta política, isto é, o caráter, a orientação e os procedimentos de sua atuação política” (HARNECKER, 2012, p. 65).

Na atual conjuntura política brasileira, o reflexo mais em voga que remete à uma herança golpista, possibilita dizer que se vivencia uma polarização de classe para além da histórica polarização partidária PT x PSDB, verificada nas disputas em pleitos eleitorais dos últimos trinta anos. Anteriormente, afirmou-se que com o golpe de 2016 advindo de um ato de força, seu impacto foi uma mudança paradigmática na esfera política dotado de consequências societárias.

O resultado já verificado na troca de uma plataforma neoliberal por uma plataforma que a atomiza corroendo qualquer resquício “neodesenvolvimentista”, intensifica o neoliberalismo para o que alguns estudiosos definem como medidas “ultraliberais” e possibilita direcionar o olhar para onde essas medidas encontram capilaridade, ou seja, nas representações políticas que derivam dos acontecimentos pós-golpe de 2016. Essas representações se dividem na bancada<sup>34</sup> da Câmara dos deputados e também no Senado Federal, eleitas no último pleito pós-golpe.

Ao referênciar que essa plataforma imposta à força encontra capilaridade na distribuição da bancada da Câmara dos Deputados, se dá pela distribuição das 513 vagas ocupadas no parlamento, tem-se de um lado aglutinação que traduz a classe dominante no campo de siglas como Bloco PP, MDB – antigo PMDB - e PTB (83), PSL (53), PL (40), PSD (36), PSDB (32), REPUBLICANOS – antigo PRB - (32), DEM (27), PSC (9), NOVO (8), PATRIOTA (5) representando a direita totalizando um total de 325 vagas na câmara, ao centro tem partidos como PSB (32), PDT (28), SOLIDARIEDADE (14), PODE (10), PROS (10), CIDADANIA (9), AVANTE (7), PV (4), REDE (1) totalizando 115 vagas e à esquerda PT (54), PSOL (10), PCdoB (8) e PMN (1) totalizando 73 vagas. Já no Senado<sup>35</sup>, o espaço é bem mais fechado, sendo o MDB com 13 cadeiras, PSD com 10, PSDB com 8, PT, PP e

---

<sup>34</sup>Distribuição das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados encontra-se disponível em: <<https://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bancada.asp>>.

<sup>35</sup>Distribuição de bancadas no Senado Federal, disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/02/01/senado-abre-o-ano-com-16-bancadas-partidarias>>.

DEM com 6 cada, PODEMOS com 5, REDE, PSL, PROS e PDT com 4 cada, PR com 2, PRB, PSC e sem partido 1 de cada.

Conforme este levantamento prévio, se tem um panorama de como se localizam candidatos eleitos no último pleito eleitoral, onde o quantitativo majoritário que impera nos aponta que o setor da direita é quem detém mais de 60% da força nesse espaço, enquanto os 40% se dividem entre partidos de posição centro e esquerda. Esse breve levantamento possibilita situar em qual posição de classe se filiam essas forças e identificar por onde passam pautas como a da reforma da previdência, recentemente aprovada como EC 103 em novembro de 2019.

Para além dessa reforma previdenciária que a sociedade brasileira herdou para ser aprovada no ano de 2019, segue breve panorama de como votaram esses representantes da Câmara e Senado em pautas importantes, conforme noticiado pelo G1<sup>36</sup> nos seguintes casos: Abril de 2016, *impeachment* de Dilma Rousseff 367 a favor e 137 contra, com 7 abstenções e 2 ausências; Outubro de 2016, aprovação da PEC do teto dos gastos: 359 a favor e 116 contra, 2 abstenções e 35 ausências; Abril de 2017, Reforma trabalhista, 296 a favor e 177 contra, 0 abstenções e 39 ausências; por fim a denúncia contra Temer levantada pela Procuradoria Geral da República, onde o mesmo estava sendo investigado e foi ao plenário deliberação para aceite ou rejeição de denúncia de corrupção passiva, 263 votaram a favor de rejeitar a investigação, 227 contra a rejeição para abrir investigação, havendo 2 abstenções e 19 ausências. Trazer esses fatos históricos para o debate, ilustram como se situam dentro do cenário político as correlações de forças que temos na atualidade, traduzida na conduta de parlamentares que via de regra, deveriam representar e defender os interesses da população.

Há de ressaltar que este breve panorama reflete materialidade do sistema engendrado pelo capital em seu âmbito econômico que se respalda em âmbito político. Neste viés, se conformam novas formas de relações sociais, também recuperando velhas formas conservadoras, ou neoconservadoras como elementos postos na realidade, nessa lógica, Barroco situa que:

O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (BARROCO, 2015, p. 625).

---

<sup>36</sup> Link para acesso da matéria completa disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/veja-como-deputados-votaram-no-impeachment-de-dilma-na-pec-241-na-reforma-trabalhista-e-na-denuncia-contra-temer.ghtml>>.

Neste terreno opulento de novas formas de relações sociais, ainda persiste, pela via política as condições reais que vem garantido à classe dominante a direção do Estado, tomada por uma racionalidade neoliberal. No contraponto, persiste a resistência aliada à consciência crítica para compreender e enfrentar seus desdobramentos e impactos na sociedade.

Dardot e Laval (2016), destacam que tal racionalidade corrói “os fundamentos da própria democracia liberal”:

[...] a racionalidade neoliberal, ao mesmo tempo que se adapta perfeitamente ao que restou dessas distinções no plano da ideologia, opera uma desativação sem precedentes do caráter normativo destas últimas. Diluição do direito público em benefício do direito privado, conformação da ação pública aos critérios da rentabilidade e da produtividade, depreciação simbólica da lei como ato próprio do legislativo, fortalecimento do executivo, valorização dos procedimentos, tendência dos poderes de polícia a isentar-se do controle judicial, promoção do ‘cidadão consumidor’ encarregado de arbitrar entre ‘ofertas políticas’ concorrentes, todas são tendências comprovadas que mostram o esgotamento da democracia liberal como forma política (DARDOT; LAVAL, 2016, p.379 - 380).

Logo, no esgotamento dessa democracia liberal, leia-se “democracia burguesa” ou “blindada” (DEMIER, 2017), empurra-se a consciência da população à necessidade de se ter um gerenciamento “técnico” assentado nos modelos de “gestão” do Estado, onde se esvazia os sentidos políticos e seus desdobramentos em forma do direito, o Estado deixa de garantir premissas básicas para todos os indivíduos que vivem em sociedade. A consequência deste esgotamento, se dimensiona na reconfiguração do sistema do capital e na forma como essa redefinição demarca modificações para a categoria “trabalho” e se incorpora à lógica incorrigível do capital que, em certo grau, corrobora com a “reciprocidade dialética entre Estado e Capital”, segundo Paniago, ao explanar o pensamento de Mészáros (2012, p. 86):

No sistema do capital há um fundamento comum que dá o sentido objetivo dessa necessária relação de complementaridade, na qual estão envolvidas “todas as práticas vitais (...) do sistema do capital – desde as atividades reprodutivas diretamente econômicas até as mais mediadas funções reguladoras do Estado –, é o imperativo estrutural orientado para a expansão do sistema”. E a condição material necessária para isso “é a constante extração de trabalho excedente de uma forma ou de outra, de acordo com as mudanças das circunstâncias históricas.” Só mediante tais realizações pode sobreviver o sistema do capital (PANIAGO, 2012, p. 86).

Trazer essas caracterizações que representam os reflexos de uma herança golpista para o debate, possibilita retratar o cenário político e identificar suas tendências para o campo econômico no contexto pós-golpe. Esses reflexos de uma herança golpista se fazem presente no desdobramento dos fatos históricos aqui expostos, verifica-se que a celeridade

instituída por uma plataforma neoliberal e seus componentes atomizados ao máximo, atinge praticamente todas as esferas da sociedade brasileira – políticas sociais, saúde, meio ambiente, justiça etc.- e expressa as transformações societárias em curso, demarcado pelo que Miguel (2019) sinalizava como “terra arrasada”.

Conforme se verifica na realidade posta, a partir de uma mudança paradigmática no âmbito da esfera política, conseqüentemente, nas relações sociais, Paniago (2012, p. 86) elucida que a expansão do capital “é a constante extração de trabalho excedente de uma forma ou de outra, de acordo com as mudanças das circunstâncias históricas”, mediante os fatos históricos expostos em contexto pós-golpe de 2016, conclui-se que tais fatos na realidade brasileira são a contraprova histórica de como se materializa a referida reciprocidade dialética entre Estado e Capital.

Quanto ao Serviço Social neste contexto de transformações societárias marcadas pela reciprocidade dialética entre Estado e Capital, de acordo com Raichelis (2019),

Trata-se de transformações contemporâneas que moldam e redefinem competências e atribuições profissionais em função dos modelos e formatos que assumem programas e serviços sociais, delineando novas requisições ao trabalho social no âmbito das políticas sociais. [...] Estudos e pesquisas no Serviço Social têm revelado a presença de uma dinâmica contraditória no mercado de trabalho profissional. As transformações em curso no “mundo do trabalho” estão provocando, ao mesmo tempo e no mesmo processo, o alargamento do mercado de trabalho profissional, impulsionado pela descentralização e interiorização das políticas públicas de combate à pobreza, e o aprofundamento da precarização, aberta ou velada, das condições em que este trabalho se realiza, afetando, mesmo que com intensidades variadas, o conjunto de trabalhadores assistentes sociais (RAICHELIS, 2019, p. 73).

Destaca-se que tal reciprocidade se aprofundou com a nova direção política dada pelo executivo e alavancou transformações societárias que impactam na sociedade como um todo. Os impactos sentidos na esfera do mundo do trabalho e pelo conjunto da classe trabalhadora, onde se inserem assistentes sociais, conseqüentemente, se estendem à formação deste corpo profissional e altera as requisições do perfil de egressos dos cursos de Serviço Social, como também, as configurações da formação profissional nas IES. Nesse sentido, conclui-se que os reflexos de uma herança golpista ocasionam incidências para a formação profissional e suas configurações, incidências que serão trabalhadas no próximo capítulo no intuito de trazer reflexão crítica sobre os tensionamentos societários para com a formação profissional.

### 3. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Na atualidade, ao situar o Serviço Social como formação que habilita seu corpo profissional em nível de educação superior, no intuito de identificar limites e possibilidades das condições objetivas que formam assistentes sociais no Brasil, se requer, antes de tudo, situar que esse corpo profissional advém de uma formação profissional que é permeada por atravessamentos que conformam a educação superior brasileira. Nesse sentido, ao pensar como conhecer a história da educação superior no Brasil e suas conformações, o primeiro movimento a ser feito é entender onde essa educação se manifesta, ou seja, nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Em estudo elaborado para apresentar o “breve histórico e caracterização do ensino superior no Brasil”, Gomes, Taylor e Saraiva (2017) localizam que foi na Europa, no final do século XII, que iniciou a história das IES, principalmente sob autoridade da Igreja Católica, até então instituições elitizadas para formar filhos da nobreza, se configurava como “ensino superior”, inicialmente voltado para um fim desinteressado em si mesmo, conformado em caráter erudito. Os autores pontuam que no decorrer histórico se desenvolveram discussões sobre qual finalidade do ensino para a sociedade, onde a ideia do ensino paulatinamente veio a se voltar para atender objetivos de profissionalização de estudantes e deu surgimento para modelos de instituições de ensino que usam da argumentação e da razão para contrapor a tradição e a autoridade da época (GOMES et al., 2017).

Conforme se desenvolve o processo histórico, onde as IES desempenham papéis fundamentais em determinadas etapas, o final do século XVI e início do século XVII, demonstraram uma caracterização de ensino voltada para a profissionalização, a qual veio a tomar força e passou a superar os moldes eruditos postos anteriormente, como pontuado por Gomes:

No século XVI, o modelo medieval, de caráter erudito, não consegue atender às necessidades da época e entra definitivamente em confronto com o modelo da profissionalização. No século XVII, as universidades avançam, sendo consideradas, também, ambiente de pesquisa, com a promoção e incentivo aos debates sobre temas da época, iniciando-se, assim, o modelo atual (CUNHA, 2011).

Dessa forma, aos poucos, as IES adquirem o status de “lugar apropriado para conceder a permissão para o exercício das profissões, através do reconhecimento dos títulos e diplomas conferidos por órgãos de classes governamentais” (GOMES et al. 2017, p. 107 apud CUNHA, 2011, p. 17).

Isso posto, geralmente as IES tem sua conformação no formato de “universidade”, caracterizada como espaço que dispõe de infraestrutura adequada para desenvolver atividades de educação, ensino, pesquisa e extensão, sua estrutura conta com laboratórios, bibliotecas e toda organização administrativa para gerenciamento de atividades escolares de ensino superior – organização de títulos, diplomas, etc. Em decorrência do avanço das IES estarem atreladas às universidades, pode-se identificar três tendências do modelo de ensino que eram comuns para escolarização superior advindos da Europa e que passaram a ser dominantes na América Latina:

O modelo alemão ou Prussiano entendia que o objetivo principal da universidade era a criação e transmissão do conhecimento. O modelo francês ou Napoleônico visava à formação técnica profissionalizante, como consequência das imposições da industrialização, propiciando o estabelecimento, na América Latina, de IES para cada profissão, diplomando alunos e outorgando títulos reconhecidos pelo governo. Já o modelo Anglo-saxônico ou Newmaniano, com vínculos concentrados nas Universidades de Cambridge e Oxford, buscava a educação geral dos alunos, visando formar indivíduos especialistas para o mercado de trabalho, atendendo, assim, as necessidades das empresas da época e do próprio Estado (GOMES et al., 2017, p. 108 apud MAGALHÃES, 2006).

Neste breve resgate histórico colocado em debate por Gomes, Taylor e Saraiva, se identifica que, na educação geral de alunos, historicamente sempre se almejou formar sujeitos direcionados para o mercado de trabalho e demandas do Estado (para atender as demandas da sociedade), fator simbólico para compreender em quais condições os moldes educacionais aportaram no Brasil. Além de simbólico, pode-se entender que a consolidação da educação no Brasil jamais deixou de ser atrelada aos interesses do mercado, herança que vem das raízes educacionais aqui instituídas, conduzidas pelos interesses que, embora distintos a cada momento histórico, sempre se metamorfoseiam para atender as demandas do mercado de trabalho em sua centralidade, como será resgatado mais adiante nas particularidades da formação em Serviço Social.

Ainda na época do Brasil colônia, o ensino superior deu seus primeiros passos, “no século XVII, passado um século, com a chegada da família imperial, criaram-se os primeiros cursos de Engenharia, Medicina, Direito e Agronomia” (GOMES et al., 2017, p. 108), isto demarca o quanto “a história da universidade no Brasil é relativamente recente, quando comparadas às universidades da Europa” (GOMES et al., 2017, p. 107, apud BOTTONI et al., 2013, p. 17).

Os moldes educacionais voltados para atender o mercado e interesses de sua época se verifica quando “o desenvolvimento do ensino superior brasileiro pode ser dividido em

dois períodos: o primeiro caracterizado pelas escolas profissionalizantes, e, o segundo, pelas escolas de Filosofia, Ciências e Letras, dentre outras (BOTTONI et al., 2013).

A incorporação do ensino superior se deu inicialmente através das faculdades instituídas em meados do século XVIII, configurando os primeiros modelos de IES no Brasil, a primeira IES caracterizada como universidade data do ano de 1920, com a criação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A expansão universitária em sua fase inicial no país se deu “a partir do início dos anos 1930, com a junção de escolas superiores de formação profissional, são criadas universidades públicas no Brasil, contando, inclusive, com a transformação das escolas confessionais existentes” (GOMES et al., 2017, p. 109). Esse avanço inicial se deu no intuito de qualificar a mão de obra, logo, pode-se entender que o desenrolar histórico da educação no Brasil sempre esteve associado à qualificação para as demandas do trabalho, tanto na esfera pública, quanto na privada.

É válido ressaltar que, não alheio a este movimento dos primeiros passos da expansão universitária no século XX, no ano de 1936 o primeiro curso de Serviço Social foi criado no Brasil, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), indo ao encontro do que os autores pontuam como transformações das escolas confessionais existentes. Soma-se a isto o desenvolvimento sócio-histórico que, ao se modificar de acordo com as necessidades de cada tempo, aporta nessas modificações a formação em Serviço Social, que naquele momento histórico remetia-se a outra configuração para o perfil de assistentes sociais, reforçando aquilo que Marx mencionara em meados do século XIX:

O modo pelo qual os homens produzem os seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX, 2007, p. 87).

Faz-se necessário retomar este movimento para entender a importância das atuais diretrizes formativas de Serviço Social, que contém em um de seus núcleos formativos os “fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira” (ABEPSS, 1996), componente essencial para entender os fundamentos da profissão e ampliar o olhar para os momentos históricos já passados, bem como compreender que a história da profissão neste terreno sócio-histórico se entrelaça à educação superior brasileira e pelas

condicionalidades do mundo do trabalho, este, por sua vez, estabelece novas formas de relações sociais e nos faz entender a categoria trabalho como categoria central e fundante da vida social, a qual gravitam educação e formação profissional, com seus movimentos dialéticos, antagônicos e distintos.

Ao retomar a análise do desenvolvimento das IES no Brasil, no decorrer do século XX, compreende-se que o processo de expansão da educação superior nas universidades foi mais tímido em relação ao século XXI, o que não significa que este deixou de acontecer, mesmo que gradualmente. No início dos anos 1970 há a expansão da presença de universidades, tanto públicas, quanto particulares, fora dos grandes centros urbanos (SP/RJ) (MENEZES, 2000). Retrocedente a isto, ainda dentro dos grandes centros urbanos, surgem as primeiras pós-graduações, em 1961 é fundado o programa de mestrado do/no “Instituto Tecnológico de Aeronáutica - (ITA)” (GOMES, 2011, p. 69) e, “em 1963 é criada a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)” (GOMES et al., 2011, p. 109) bem como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, neste mesmo período dá início aos seus programa de pós-graduação na modalidade de mestrado (GOMES et al., 2011).

Neste período inicial da educação superior no Brasil, a história demonstra que dos anos 1930 até 1970, o cenário que comporta a educação já havia passado por uma ditadura na era Vargas ao instituir o Estado Novo (1937 – 1946) e em 1970 experienciou a ditadura militar desde primeiro de abril de 1964 até 1985. A análise da história demonstra uma conjuntura política que desde o Estado novo conheceu aspirações nacionalistas, anticomunistas, autoritárias e integralistas, onde se elencou condições para elaboração da constituição de 1946<sup>37</sup>, que rechaçava o autoritarismo de Estado e tinha em sua centralidade iniciativas junto com a sociedade civil, que por sua vez passou a compor os espaços de tomada de decisão, retomando o caráter democrático já com moldes liberais.

A centralidade do pensamento desta época almejava afinar o país ao desenvolvimento econômico, em vista de experimentar por aqui o “*welfare state*”, famoso estado de bem-estar social idealizado por Keynes, que jamais saiu do plano abstrato para esfera concreta no Brasil, restando somente o desenvolvimentismo para tal esfera. A

---

<sup>37</sup>“O contexto internacional do pós-guerra era obviamente contrário a concepção corporativista do Estado. As teorias sobre a política econômica haviam mudado com o pós-guerra, sobretudo com a doutrina de John M. Keynes, incorporadas pelos Estados europeus, sob o ideário da socialdemocracia. Assim, a constituição de 1946 posicionou-se contra o intervencionismo estatal e o autoritarismo do Estado Novo e voltou a prestigiar a iniciativa da sociedade civil e os direitos individuais de inspiração liberal da primeira constituição republicana. Manteve e ampliou os direitos civis e políticos e as conquistas sociais instituídas anteriormente. Em decorrência, especialmente, dos compromissos, inclusive internacionais, de instituição do Estado Social” (SIMÕES, 2014, p. 121).

herança do desenvolvimentismo<sup>38</sup>, estruturado pelas forças políticas (diga-se militares) que tomaram o país de assalto em 1964, abriu sendas que posteriormente foram exploradas com a expansão da globalização e o ideário neoliberal que tomou maior consistência no último quadrante do século XX.

O processo de redemocratização da década de 1980 associado à promulgação da carta magna de 1988 e das campanhas para as “diretas já” deram novas formas para a sociedade brasileira, todavia, os marcos civilizatórios alcançados também exigiam metamorfoses do ideário neoliberal para com a realidade posta. A década de 1990, apesar de demarcar avanços constitucionais adquiridos pelas lutas sociais em vias democráticas, também deu impulso para o país se reconfigurar no processo de circulação capitalista.

Essa reconfiguração do Estado brasileiro neste período se demarca em confluência à análise de Lima (2007), no que chamou de “Brasil nos anos de contrarrevolução neoliberal”, conforme a autora:

A burguesia brasileira, articulada com o avanço do neoliberalismo, ansiava por uma nova via de desenvolvimento econômico a partir da inserção do país no mercado internacional e pela substituição do modelo desenvolvimentista por novos padrões de acumulação, reivindicando o fim da intervenção estatal no mercado interno e a desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas (LIMA, 2007, p. 78).

É neste vasto contraditório que se regulou a Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB) em 1996, no mesmo ano, para o Serviço Social se estruturam as Diretrizes Curriculares junto à transição da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), efetivada dois anos depois<sup>39</sup>.

<sup>38</sup>Tendo como eixo articulador a preocupação em integrar industrialização e formação da economia nacional, o desenvolvimentismo relaciona a especificidade do capitalismo na América Latina à perpetuação de uma dupla articulação que compromete a capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios de desenvolvimento — a situação de dependência externa e a extrema desigualdade entre as classes sociais. A subordinação da vida econômica nacional à lógica ultra especulativa do capital internacional e à reprodução de estruturas sociais típicas de regimes de segregação social distorcem irremediavelmente as propriedades construtivas da concorrência econômica e da luta de classes — molas propulsoras do desenvolvimento capitalista autodeterminado. A superexploração do trabalho, a irracionalidade do processo de incorporação de progresso técnico, a instabilidade econômica e financeira, o espectro da estagnação e as crises cíclicas de reversão estrutural tornam-se características inerentes ao capitalismo na periferia latino-americana da economia mundial (JÚNIOR, 2012, p. 674).

<sup>39</sup>“ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL – ABESS, atualmente conhecida como ABEPSS, após reorganização da entidade no encontro de 1996 onde foi possível elaborar as Diretrizes Curriculares avançada, já acompanhando o movimento da organização da educação superior no Brasil pela nova LDB da educação de 1996, a entidade preparou transição para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, em 1998. Conforme Pontes, as principais mudanças dessa transição demarcam que alteração do nome da entidade, que passou a se chamar Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), extinguindo o Cedepss e integrando, na mesma entidade, a tríade ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão; as unidades de ensino que compõem o conjunto de sócios institucionais passam a ser: curso de graduação e programas de pós-graduação em Serviço Social; ampliação da base de

Esta conjuntura política mais recente ante o século XXI, frente aos governos Collor, Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula exprimem condições que explicam o que vivemos na atualidade no âmbito da esfera da educação superior. Como já destacado, o significativo avanço nos marcos civilizatórios a partir da carta magna de 1988 progrido o debate sobre a questão do que é público e do que é privado.

Neste viés, ao dar enfoque para a educação superior, observa-se que desde 1977, em virtude de alterações na legislação somadas a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é reforçado “o papel social da universidade como direito de todos” (CUNHA, 2011, p. 49) e, endossada pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9394/96, que possibilitou a existência de IES com finalidades lucrativas, surgem, no Brasil, grupos educacionais de capital aberto, assim como instituições pertencentes a grupos financeiros e instituições estrangeiras (BOTTONI et al., 2013), a partir disto há a uma expansão em larga escala do ensino privado, positivamente a isto, há uma grande incidência de matrículas no ensino superior nacional (AGAPITO, 2016; BOTTONI et al., 2013). Entretanto,

Observa-se daí o risco de privatização das IES públicas em virtude das suas estruturas precárias e a expansão das IES privadas. Nesse momento, tanto as IES públicas quanto as privadas, passam, desde então, a buscar maiores espaços no ensino superior, estruturando modelos institucionais conforme as realidades regionais (GOMES et al., 2017, p. 110 apud CUNHA, 2011, p. 49).

As contradições entre público e privado andam lado a lado no final do século XX, Lima (2007) destacou três fases da contrarrevolução liberal, demarcada primeiramente no governo Collor, onde se visava a modernização do Estado com conciliação neoliberal; a segunda fase se dá com FHC, onde este, ao se apresentar como suposta “alternativa” de governo, não rompeu com o capitalismo dependente, apresentando um projeto de reforma liberal do modelo desenvolvimentista que aprofundou a política de privatização; e a terceira fase que versa sobre o governo Lula, esta situa que, após este receber a “herança maldita”, deteve sua base política de coalização afinadas à conciliação de classes e configurou um liberalismo de terceira via, optando pela viabilização de uma agenda política dentro das possibilidades históricas, onde propôs reformas voltadas ao que Lima (2007) pontua como “humanização do capitalismo”.

---

sócios com a criação da categoria de sócios individuais: professores, assistentes sociais (supervisores e pesquisadores) e estudantes (graduação e pós-graduação); inclusão na estrutura da Diretoria Executiva Nacional e das Diretorias Regionais dos cargos de Coordenador Nacional de Graduação e Coordenador Nacional de Pós-Graduação; Criação do Conselho Fiscal da entidade” (PONTES, 2011, p. 20).

A agenda política tocada dentro das possibilidades históricas de certa forma alargou e aglutinou no Estado a responsabilidade pela via de serviços essenciais, dentre estes, a educação e, nela, parte da classe que vive do trabalho. Ao passo que políticas sociais eram implantadas e as universidades se expandiam, contraditoriamente, também se diluíam os relevos mais nítidos que situava conflitos encampados na luta de classes, ao passo em que a expansão universitária paulatinamente passou a acomodar a classe trabalhadora, concomitantemente a outras políticas de distribuição de renda, os tensionamentos políticos passaram a esvaecer-se e, de certa forma, cunhou condições para uma vanguarda neoliberal se estruturar para promover, a médio prazo, a restauração do neoliberalismo puro, como já posto por Boito Jr. (2016), restauração esta que efetivou-se no processo histórico recente, pós-golpe de 2016.

Essa breve contextualização situa que o Serviço Social no Brasil além de ter capilaridade com as transformações societárias da sociedade e suas particularidades em cada etapa histórica, encontra nessa lógica societária em movimento as bases materiais que alicerçam os fundamentos da profissão – como apontam estudos dos Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social no Brasil<sup>40</sup>.

Nesse sentido, para atender as demandas que chegam à profissão na atualidade, a história demonstra requisição de uma formação que inicialmente se situou em instituições confessionais, hoje apresentadas como privadas sem fins lucrativos, que também acompanha todo o movimento de estruturação universitária no Brasil, onde a formação se dá em IES públicas e privadas, em modalidades presenciais e EaD.

No caso do RS, desde a implementação do primeiro curso de Serviço Social no estado (e o terceiro curso do Brasil) com a criação da Escola de Serviço Social de Porto Alegre em 1945, de cunho confessional e comunitária, até a criação do primeiro curso em IES pública em 2006, na UNIPAMPA, fica evidente que a construção dos cursos acompanha movimentos conjunturais conforme tendências societárias em movimento. Conforme já sinalizado, na atualidade vivencia-se os reflexos de uma herança golpista assentada aos moldes neoliberais de organização societária, é neste âmbito que se situa a formação em Serviço Social e posteriormente o trabalho profissional, que se realiza no âmago das relações sociais em confluência com as transformações societárias em curso.

---

<sup>40</sup> Conforme se expressa na produção de conhecimento na área analisada em tese de doutoramento de Closs (2017), os fundamentos como matriz explicativa da realidade subsidia o serviço social constantemente sob uma perspectiva de leitura crítica da realidade, propiciando condições materiais que orientam o corpo profissional em suas dimensões teóricas, éticas e técnicas, assim, caracteriza-se o Serviço Social como uma profissão de cunho analítico e interventivo.

### 3.1 TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS COM TENDÊNCIAS NEOLIBERAIS: IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Conforme já explanado, a formação em Serviço Social acompanha o movimento das transformações societárias em curso e exige que as IES se remodelem constantemente para atender as demandas do mercado de trabalho, a reflexão que se apresenta buscou demonstrar como vem se remodelando a formação em Serviço Social no âmbito da educação superior.

Ao considerar aspectos da particularidade sócio-histórica brasileira fincada nas transformações societárias em curso, os reflexos de uma herança golpista consolidam tendências que acentuam cada vez mais as contradições de uma tentativa conciliatória entre classes. Contradições que se expressam a partir das normativas do neoliberalismo e revela que a perspectiva de conciliação de classes encontra-se sempre inclinada ao desenvolvimento econômico e, de certa forma, coloca em evidência que os espaços educacionais assumem um papel da produção e reprodução desta lógica que se levanta como um fundamento da vida social contemporânea.

De acordo com Laval (2019), ao afirmar que “a escola não é uma empresa”, o autor demonstra como tal lógica alçada ao neoliberalismo conforma tendências para a esfera educacional:

É notório que esse novo mundo neoliberal generaliza a concorrência das economias, mas o que é menos conhecido é que ele também generaliza a concorrência entre todas as sociedades e todos os setores da sociedade. Os assalariados, as leis trabalhistas, os sistemas fiscais, as instituições são similares e recebem injunções de organismos financeiros econômicos internacionais que agora tem legitimidade em matéria de políticas públicas. Isso exigiu uma mudança de olhar sobre as políticas educacionais e o desenvolvimento de uma abordagem comparativa que leva em consideração o poder simbólico e político para os novos centros de produção do discurso legítimo sobre a escola. Falar de uma nova ordem educacional mundial não quer dizer que estamos lidando com um sistema educacional mundial perfeitamente homogêneo, mas que as transformações dos sistemas nacionais seguem todos na mesma direção, ainda que as condições iniciais não sejam as mesmas (LAVAL, 2019, p. 12).

Se por um lado, no caso da educação superior no Brasil, houve uma conciliação que encampou a oferta de serviços essenciais tanto pela esfera pública, quanto pela privada. Por outro lado, a situação recente revela um esgotamento da possibilidade dessa conciliação continuar a dar certo, dado que de um lado se justifica a necessidade de acesso a bens e serviços essenciais à população pela garantia de direitos socialmente conquistados e, noutra ponta, a acumulação e lucratividade tensionada pela esfera

econômica busca converter esses direitos em nichos de mercado e dá capilaridade aos conflitos em movimento na atual sociabilidade.

Nesse meio tempo, antes do esgotamento da conciliação de classes erodir em 2016, no golpe, há de se reconhecer que, quando se trata de acesso à educação superior, pode-se atribuir a expansão do acesso nesta esfera educacional ao Programa Universidade para todos (PROUNI) criado via Decreto nº 5.493 em 18 de julho de 2005 e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado via Decreto nº 6.096 em 24 de abril de 2007.

O primeiro surge para garantir acesso à educação superior em Instituições de Ensino Superior (IES) via oferta de bolsas integrais e/ou parciais para estudantes de baixa renda por meio de Financiamento Estudantil (FIES), o segundo visa ampliação do acesso e permanência na educação superior, reestruturando, ampliando e fortalecendo cursos em Universidades Federais.

O processo de incorporação da população ao espaço universitário demonstra que o Estado não tem condições de garantir a educação superior para todos na rede pública e que o setor privado, historicamente majoritário no campo da educação, passou a absorver essa fração que o Estado não dá conta, o acesso à educação privada passa a se ampliar para a camada social com maior dificuldade de arcar financeiramente o acesso ao ensino superior nesta rede, em tempo que essa camada recorre ao financiamento do próprio Estado, para acessar a educação na rede privada. Esse acesso se dá via programas, bolsas de estudos e acordos como: concessões e isenções fiscais para pôr em andamento as atividades das IES filiadas ao PROUNI. No caso, o Estado negocia com as IES o acesso à educação e põe em evidência como o acesso à educação se converte em moeda de troca para o capital.

Neste processo fica contraditório que a responsabilidade de garantir educação pelo Estado acabe por recorrer ao setor privado, este por sua vez, de acordo com a configuração das IES que concentra, majoritariamente composta por Faculdades e Centros Universitários, caracteriza-se como IES direcionadas para atividades de ensino, enquanto a excelência da produção de ciência e conhecimento se detém em Universidades, logo, o setor privado é o que menos colabora no aspecto de pesquisa, produção científica e de conhecimento, em contraponto, as atividades de ensino se voltam à formação de mão de obra qualificada para as necessidades do mercado de trabalho, que no caso para o Serviço Social, significa uma formação muitas vezes dotada de qualidade técnica, mas carecida de uma formação voltada para elaboração de pesquisa e apta à produzir conhecimento,

quando não forma força de trabalho acrítica à realidade social, local onde a profissão se exerce e opera suas faculdades através do trabalho.

Uma vez que o acesso ao que deveria ser um direito à educação se converte em serviços sob a lógica de consumo, torna-se cada vez mais seletivo o alcance dos serviços prestados, este alcance chega para quem tem condições de arcar com despesas das IES e/ou para quem se enquadra aos critérios estabelecidos pelo PROUNI, FIES e/ou outras modalidades de bolsas de estudos.

O acesso à educação superior, em certa medida, fica restrito, restrição que configura um caráter complementar não universal de educação, ou como já explicitado por Lima, a forma como a aparência do acesso à educação dessas modalidades de ingresso na rede privada se apresenta, esta vende uma ideia que vela interesses econômicos:

Este processo está sendo apresentado como democratização do acesso à educação para os seguimentos mais pauperizados da população brasileira, por meio de várias estratégias, como o ProUni, o Fies, a política de cotas, as universidades tecnológicas, os cursos sequenciais, os cursos ou ciclos de formação geral e de formação profissional e, principalmente, a educação superior à distância, sob aparência de modernização e adequação da educação à globalização econômica e à sociedade da informação (LIMA, 2007, p. 190).

O acesso à educação, previsto na constituição como direito social, acaba por ser viabilizada, em sua maior parte, via financiamento para o setor privado, enquanto a “democratização do acesso” oculta a essência econômica que concebe este “direito” como uma mercadoria que pode ser vendida, fato que evidencia o processo mercadológico que a educação passa a assumir, o mercado visualiza essa lacuna da rede pública como um nicho de negócios sob pretexto de funcionar como organização complementar na rede de educação que constantemente vem sendo reformulada. No caso, o complementar se torna o eixo central que impacta diretamente nas formas como se organiza a educação superior no Brasil, conforme explicitado por Lima (2007), a manutenção desta rede complementar historicamente se adequa as necessidades de cada tempo histórico, sob o condicionamento de contrarreformas na educação superior:

A pauta da reformulação da educação superior brasileira permaneceu a mesma de Tarso Dutra a Tarso Genro: o privatismo exaltado que alocava verbas públicas para o setor privado leigo e confessional; a ampliação do número de cursos privados; a privatização interna das universidades públicas; a indicação de que o financiamento da educação poderia ser realizado por meio de loterias federais; a integração dos docentes e pesquisadores com o setor privado, brasileiro e internacional; a compra de pacotes tecnológicos produzidos por países centrais; a concessão de bolsas para os alunos “pobres” estudarem em instituições privadas; a ampliação e o aligeiramento dos cursos e as alterações na carreira docente, imprimindo uma lógica empresarial ao trabalho docente (LIMA, 2007, p. 190).

Nessa perspectiva, ao recorrer ao Censo da Educação de 2017 (no documento de 2018 esses dados não constam), pode-se verificar como a análise de Lima (2007) na década passada mantém sua essência até a atualidade, naquele constam dados das modalidades de financiamentos das matrículas ativas no setor privado em evolução histórica do ano de 2009 a 2017, conforme gráficos contidos na Figura 1 e 2:

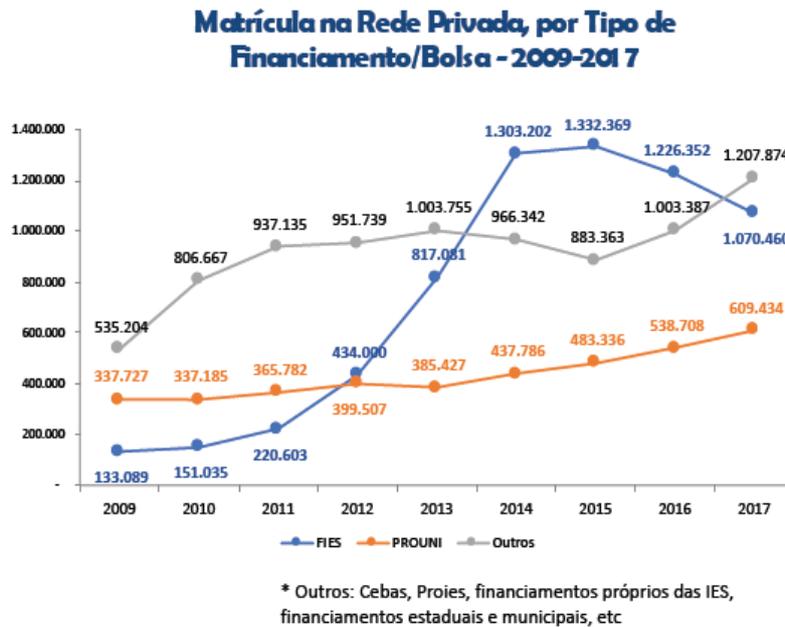
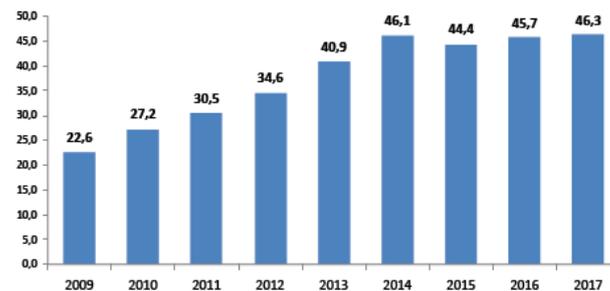


Figura 1 - Ilustração importada do Censo da Educação Superior (INEP, 2018, p 24).

**Percentual de matrículas na rede privada com algum tipo de financiamento/bolsa - Brasil 2009-2017**



**Distribuição da matrícula na rede privada por tipo de financiamento/bolsa - Brasil 2009-17**

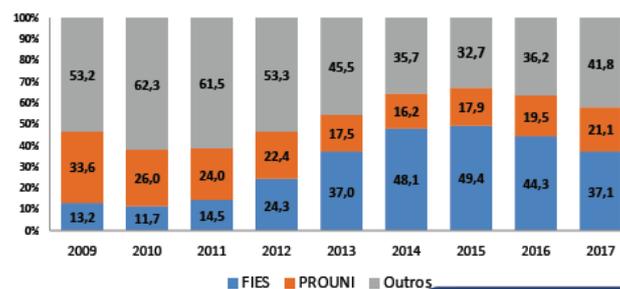


Figura 2 - Ilustração importada do Censo da Educação Superior (INEP, 2018, p 24).

Nas imagens importadas da base de dados do INEP, o gráfico da Figura 1 apresenta a representação de matrículas na rede privada, por tipo de financiamento/bolsa vinculadas ao FIES, PROUNI e Outros (Cebas, Proies, Financiamento próprio das IES, Financiamentos estaduais e municipais, etc.), neste visualizamos que, um total de 2.887.786 matrículas da rede privada, são financiadas por algum subsídio, em suma, vinculado ao fundo público.

Nesta mesma base de dados do Censo da Educação de 2017, se demonstra que o total de matrículas da educação superior era de 8.286.663, sendo que destas, a rede pública continha 2.045.536 matrículas ativas de forma direta, enquanto na rede privada, das 6.241.307 matrículas, um total de 3.353.521 matrículas referem-se a pagantes sem qualquer tipo de financiamento. O quantitativo exposto demonstra que a totalidade de matrículas, somando a rede pública ao financiamento público para acesso na rede privada, indica que na realidade o Estado custeia um total de 4.933.322 matrículas ativas, ou seja, 59,5% do montante se vincula a financiamento no Estado, e coloca-se em destaque que mais da metade desse contingente é absorvido pelo setor privado.

Os números demonstram que a apropriação dos recursos públicos para o setor privado converte a função “complementar” da rede privada em um nicho de negócios, de acordo com Chaves:

Ao privilegiar a ampliação do acesso do ensino superior por meio de instituições privadas, o governo federal aumentou significativamente o financiamento público de tais instituições. Essa política, alicerçada nas orientações do Banco Mundial, tem contribuído para viabilizar os lucros dos grupos financeiros/educacionais, em especial os de capital aberto como Kroton/Anhanguera, Estácio, Ânima e Ser Educacional (CHAVES, 2019, p. 69-70).

Ao reconhecer que as orientações do Banco Mundial, em certa medida, incidem nas políticas educacionais, ao destrinchar como o financiamento público torna-se rentável para o capital privatista, tem-se como exemplo de rentabilidade o FIES, conforme destaca Chaves (2019):

O Fies, criado em 1999 em substituição ao Crédito Educativo para Estudantes Carentes (Creduc), financia a matrícula e as mensalidades de estudantes em IES privadas. A partir de 2010, o programa passou por ajustes que culminaram no crescimento vertiginoso dos contratos e, conseqüentemente, dos gastos, com impacto direto nos recursos orçamentários da União para a educação. As alterações promovidas pelo Fies em 2010, em especial a redução da taxa de juros ao ano e a dispensa de fiador na celebração dos contratos, contribuiu para o aumento exponencial dos recursos financeiros destinados ao Fundo. Essas alterações estão relacionadas às demandas de *lobby* privatista, que concebe o Fies como potencial ferramenta de lucro, de captação de alunos e de ocupação de vagas ociosas – enfim, como ferramenta de consolidação do setor (CHAVES, 2019, p. 70).

Essas alterações nas políticas de educação superior justificam como se conformam os dados contidos na Figura 1. Para entender melhor a ilustração do INEP contida na figura 2, o gráfico superior demonstra o percentual de matrículas na rede privada com algum tipo de financiamento/bolsa no período de 2009-2017. O gráfico inferior demonstra como se dá a distribuição de matrículas pelo tipo de financiamento/bolsa, onde no último ano a modalidade “outros” assumiu a maior parte do financiamento para o ensino superior com 41,8%, ficando o FIES com 37,1% e o PROUNI com 21,1%.

No caso, os dados aqui extraídos apontam os meios que o setor privado encontrou para absorver uma demanda que, em suma, deveria ser atendida e garantida pelo Estado sob forma de direito na educação pública, laica e gratuita. Essa base de dados também demonstrou que contraditoriamente houve, de maneira substancial, a garantia ao acesso da educação superior por camadas que anteriormente encontravam-se às margens dos espaços universitários, tanto na rede privada pela via de subsídios financeiros vinculados à programas e bolsas, quanto na rede pública via políticas de ações afirmativas e cotas.

A problemática central identificada demonstra que as orientações seguidas pela política de educação superior brasileira ao invés de alargar a democratização e acesso à educação, acabou por fortalecer o setor privatista que ao mesmo tempo que garante sua fatia de lucro, impõe tendências para a formulação do ensino neste âmbito. No caso, com o avanço das TICs, a modalidade de EaD ganhou espaço e vem mudando o paradigma de ensino da educação superior, o que acaba por exigir que os cursos de educação superior que aderiram à modalidade se adequem à novas concepções de ensino.

Nesse sentido, ao considerar que se os mesmos investimentos fossem aplicados à educação pública, provavelmente, em longo prazo se firmaria a função sociopolítica do Estado de universalizar o acesso de acordo com suas possibilidades. Todavia, a correlação de forças do âmbito político e econômico, tende a favorecer a lógica mercadológica e encontra no Estado os meios de efetivar a ramificação dos espaços educacionais, tanto na sua incidência que corrobora na implementação de leis para se legitimar, quanto na captura do fundo público para garantir que a financeirização e acumulação de seus lucros se mantenham privados promovendo educação sempre ao custo mais baixo possível.

Ao tomar a rede de educação superior como serviço essencial, na atualidade, conforme dados publicados nas notas estatísticas da educação superior, ao olhar para a base de dados mais recente, no ano de 2018, verifica-se que o Brasil contava com 2.537 Instituições de educação superior, divididas nas seguintes categorias administrativas: 199 universidades, sendo 107 públicas e 92 privadas; 230 Centros Universitários, sendo 13

públicos e 217 privados; 2068 Faculdades, sendo 139 públicas e 1.929 privadas e 40 Institutos Federais (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Dessa forma, a rede de educação superior, majoritariamente, é composta pelo setor privado, representando 88,2% da rede de educação, enquanto o setor público se divide nos outros 11,8%. Essa divisão equivale a 2.238 IES privadas e 299 IES públicas, das públicas, dividem-se em 128 instituições estaduais (42,8%), 110 federais (36,8%) e 61 municipais (20,4%). Conforme os dados supracitados, é sabido que a maioria das universidades são públicas, representando 53,8% da amostra analisada, o que põe em evidência como se dividem as IES na realidade.

Além desse percentual da distribuição de IES no Brasil, as notas estatísticas demonstram que as 2.537 IES, no referido ano, absorveram um total de 8.450.755 matrículas ativas, deste montante, as 199 universidades aglutinam 4.467.694 das matrículas, equivalente à 52,9% do montante. Os 230 Centros Universitários absorveram 1.906.327 matrículas, equivalente à 22,6%. As 2.068 Faculdades (praticamente 81,5% das IES) absorveram 1.879.22 matrículas, equivalente à 22,2%, enquanto os 40 IFs e CEFETs abarcavam apenas 197.506 matrículas, representando 2,3% do total das matrículas. Essa divisão das IES demonstra o panorama da educação superior e onde se situavam os estudantes em situação regular de formação acadêmica. Para melhor ilustrar, segue na Tabela abaixo (Tabela 1) os dados das notas estatísticas:

Tabela 1- Dados importados Censo da Educação Superior 2018

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	INSTITUIÇÕES		MATRÍCULAS	
	TOTAL	%	TOTAL	%
TOTAL	<b>2.537</b>	<b>100,0</b>	<b>8.450.755</b>	<b>100,0</b>
UNIVERSIDADES	<b>199</b>	<b>7,8</b>	<b>4.467.694</b>	<b>52,9</b>
CENTROS UNIVERSITÁRIOS	<b>230</b>	<b>9,1</b>	<b>1.906.327</b>	<b>22,6</b>
FACULDADES	<b>2.068</b>	<b>81,5</b>	<b>1.879.228</b>	<b>22,2</b>
IFs e CEFETs	<b>40</b>	<b>1,6</b>	<b>197.506</b>	<b>2,3</b>

Fonte: Dados importados Censo da Educação Superior 2018 – Notas Estatísticas, 2018, p. 8.

Mediante os dados levantados, destacam-se as distinções que envolvem a organização acadêmica das IES, embora muitas vezes sejam confundidas por terem a mesma finalidade na área de ensino, na verdade, cada IES em sua organização acadêmica tem suas particularidades de acordo com formato em que se configuram: Faculdades, Centros Universitários, Universidades, IFS e CEFETS.

As Faculdades (maioria das IES no Brasil – 2.068 no total) são instituições que ofertam atividades de ensino para áreas focalizadas em ramos específicos de conhecimento (por exemplo: Direito, Pedagogia, Enfermagem, etc.); os Centros Universitários são reconhecidos como IES pluricurriculares, ou seja, aglutinam uma ou mais áreas de conhecimento, estas caracterizadas pela excelência de ensino oferecido, essas instituições possuem autonomia para criar, organizar e/ou extinguir cursos e programas de educação superior; a Universidade, por sua vez se caracteriza pelas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, reconhecidas como instituições pluridisciplinares de formação de quadro de nível superior com as seguintes prerrogativas: “produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional”, devendo ser compostas por “um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e um terço do corpo docente em regime de tempo integral” (BRASIL, 2006).

Isso posto, ressalta-se que a formação em Serviço Social se situa dentro dessa esfera mais ampla, com o curso distribuído em IES por todo o Brasil. Atualmente, para interconectar a leitura do ensino superior brasileiro com a formação em Serviço Social, se faz necessário o esforço de observar a realidade de forma crítica e, para além de pensar a profissão, também é fundamental olhar o que há por trás desta, ou seja, a formação profissional.

Na atualidade, compreende-se que a formação profissional está situada na esfera organizacional do MEC e da LDB de 1996, em vigência. No caso do Serviço Social, as Diretrizes Gerais da ABEPSS, que teve sua última atualização curricular de forma geral em 1996 é quem define as ações formativas para a atualidade. Definições que culminaram em adequações que limitaram alguns aspectos da proposta de 1996 – como já situado por Ortiz (2019) - e minimamente, resguarda diretrizes que se afinam ao projeto ético político da profissão, apesar das limitações impostas pelo MEC na versão final que homologou as diretrizes formativas em 2002.

Nesse sentido, como maneira de ilustrar como vem se configurando a formação em Serviço Social no Brasil, a Tabela 2 compila base de dados quantitativos referentes às UFAs organizados a partir das sinopses estatísticas do censo do ensino superior, base de dados que possibilitou a coleta para sistematizar os dados dos cursos de Serviço Social, em acordo com o período de análise no qual se direcionou a pesquisa desta dissertação.

Salienta-se que, no momento da coleta e sistematização de dados, a última sinopse do censo do ensino superior disponível referia-se ao ano de 2018, os dados apresentados

oferecem um panorama ampliado de como se distribui as IES que possuem cursos de Serviço Social. A sistematização de dados expõe dados dos anos anteriores: 2015, 2016 e 2017.

A fonte de dados elaborada na Tabela 2 considerou as 4 últimas publicações publicadas nas sinopses estatísticas do INEP em seu aspecto quantitativo, como fonte complementar para explicar a realidade do Serviço Social e sua formação profissional.

Tabela 2 - Dados dos cursos de Serviço Social no Brasil nos últimos censos da Educação Superior

MODALIDADE/ANO DE	CURSOS	VAGAS OFERECIDAS	CANDIDATOS INSCRITOS	INGRESSO	MATRÍCULAS ATIVAS	CONCLUINTES
2015						
PRESENCIAL	409	49.428	163.992	19.011	75.931	12.991
EAD	26	96.720	87.748	33.958	96.638	17.396
PÚBLICO	76	5.021	105.185	4.497	21.436	3.219
PRIVADO	359	141.467	145.925	48.472	151.133	27.168
TOTAL	435	148.488	251.740	52.969	172.569	30.387
2016						
PRESENCIAL	407	51.423	159.379	20.636	68.636	13.877
EAD	28	122.785	92.065	40.265	96.055	15.526
PÚBLICO	73	5.017	108.953	4.420	20.111	2.845
PRIVADO	362	169.221	142.491	56.481	144.580	26.558
TOTAL	435	174.238	251.444	60.901	164.691	29.403
2017						
PRESENCIAL	418	49.081	156.758	16.517	60.767	12.455
EAD	33	132.895	117.459	44.015	92.781	15.516
PÚBLICO	72	4.917	104.285	4.547	17.747	2.753
PRIVADO	379	177.059	169.932	55.985	135.801	25.218
TOTAL	451	181.976	274.217	60.532	153.548	27.971
2018						
PRESENCIAL	430	131.514	151.257	13.576	52.548	11.334
EAD	50	148.379	116.374	42.153	86.447	10.393
PÚBLICO	70	6.502	71.200	4.148	17.277	2.382
PRIVADO	410	273.391	196.431	51.581	121.718	19.345
TOTAL	480	279.893	267.631	55.729	138.995	21.727

Fonte: Sistematização elaborada pelo autor.

Conforme exposto na Tabela 2, o levantamento de dados quantitativos detém elementos que gravitam em torno da problemática anteriormente levantada ao abordar a relação público e privado, elementos que suscitam inquietações e atentam perspectivas para as questões norteadoras que sustentaram o processo investigativo deste trabalho.

Os dados quantitativos sinalizam indicadores que possibilitam apreender aspectos qualitativos da formação em Serviço Social a serem investigados, tais como: maior concentração de cursos em instituições privadas; maior número de concluintes e matrículas ativas na modalidade EaD; Oferta de vagas e candidatos inscritos; entre outros.

Nesse sentido sabe-se que a concentração de cursos na rede privada é resultante de um processo histórico de expansão da educação superior no Brasil, onde majoritariamente a rede privada desempenha papel de IES em formação de nível superior. A novidade, na rede privada, se dá pela EaD superar a quantidade de bacharéis da rede presencial, nos dados de 2018, em média ponderada, cada curso presencial formou 21 bacharéis, enquanto o EaD formou 207 bacharéis, entretanto, um dado que ainda há de se explorar no Brasil é quantos polos detêm esses 50 cursos que formaram estes 207 bacharéis?

No PPGSS da PUCRS, o grupo FORMASS (2019) realizou um levantamento do EaD no estado do RS<sup>41</sup>, este levantamento identificou que o RS possui 35 cursos em IES EaD que operam suas atividades em 429 polos, em média ponderada, tem-se próximo de 13 polos por curso, supondo que cada curso EaD, situado na base de dados de 2018, tenha essa mesma quantidade de ao menos 13 polos por curso, obtém-se total de 650 polos formando bacharéis que, no caso, equivaleria a média de 15 bacharéis concluintes por polo, fato que levanta a seguinte questão: qual é a qualidade de formação que se tem nesses polos EaD? matematicamente falando, se constata que cada polo EaD forma quantitativo mais baixo que as UFAs presenciais privadas.

Referente à concentração de matrículas se mostrar maior na modalidade EaD, um contraponto emerge quando a modalidade presencial demonstra um número mais elevado de candidatos inscritos nessa modalidade, de acordo com os dados de 2018, a média ponderada por curso demonstrou que a rede privada presencial obteve um total de 222 candidatos inscritos por curso, enquanto a rede pública obteve um total de 1017 candidatos inscritos por curso. No caso do Serviço Social, esse dado se mostra como fator chave por traduzir o reconhecimento que a sociedade tem pela educação pública, presencial, gratuita, de excelência e socialmente referenciada.

Por óbvio, os dados em si resultam de uma conjuntura e, aqui ao tomar a conjuntura como elemento que complementa a análise da pesquisa, sob perspectiva do paradigma crítico dialético, não há como desconsiderar o contexto pós-golpe de 2016 e sua correlação com a precarização da educação e do ensino superior impulsionada a partir da Proposta

---

<sup>41</sup> A análise de dados coletados será apresentada na próxima seção: “A formação no RS na atualidade”.

de Emenda Constitucional (PEC) que abordava o “teto dos gastos” do orçamento público, inicialmente conhecida como PEC 241 na Câmara dos deputados e como PEC 55 no Senado, tramitou e se efetivou como Emenda Constitucional nº 95 em 15 de dezembro do mesmo ano, processo que se efetivou como principal marca na consolidação do golpe.

Neste viés, de acordo com os dados referentes à área da formação em Serviço Social, os últimos censos demonstraram progressiva elevação no número de cursos na rede privada, vagas oferecidas e candidatos inscritos (esta última demonstra que o maior número de inscritos é sempre para a modalidade de educação presencial com maior procura na rede pública), ao mesmo tempo em que se revela uma redução progressiva no ingresso (aqui a modalidade EAD se demonstra mais elevada que a presencial) ao considerar matrículas ativas e concluintes.

Quanto aos concluintes, os anos de 2015, 2016 e 2017 demonstrou que a modalidade EAD, apesar de ser composta como minoria de cursos vinculados às IES, vinha formando quantitativos maiores que todos os cursos da modalidade presencial, quadro que se manteve regressivo até 2018, quando formou menos que a educação presencial.

Embora as mudanças quantitativas sejam evidentes quando se trata de analisar os dados do INEP, no âmbito qualitativo percebe-se que os dados refletem uma realidade que contém, em sua estrutura política e econômica, correlações de forças que reverberam na vida da sociedade, no caso aqui analisado, na configuração da formação em Serviço Social.

Portanto, quando se verifica redução no ingresso e permanência na educação superior associada ao número de concluintes, considerando os dados levantados para a formação em Serviço Social, há questões cruciais que se levantam para entender a realidade: economicamente falando, se o congelamento de investimentos na área de educação evidenciou o descompasso na relação entre oferta de cursos e vagas oferecidas, o reflexo dessa redução econômica em subsidiar a educação se apresenta com a redução progressiva de ingressantes nos cursos, na permanência e conclusão de cursos.

Esses reflexos decorrem do aviltamento que instituiu o desmonte das universidades públicas, conforme verificado no ano de 2017<sup>42</sup>, momento histórico em que se expressou a retração nos contratos de servidores, demissões massivas de trabalhadores de serviços terceirizados (principalmente das áreas de manutenção e limpeza), além de cortes em

---

<sup>42</sup> Como pode ser conferido em reunião da FASUBRA e ANDIFES, quando afirma que “Para a Federação, as intenções do governo são claras quanto ao processo de desestruturação da Educação Pública, captação de recursos privado e extinção de repasse do Tesouro. Trabalhadores e gestores estão cientes do desmonte e dos ataques que colocam em risco conquistas históricas”. Disponível em: < <http://fasubra.org.br/noticias/fasubra-e-andifes-se-reunem-para-discutir-a-crise-nas-universidades/> > acesso em: 28 de jun. de 2018.

investimentos na área de ciências e tecnologias, o que corroborou com a precarização dos serviços públicos de educação, reforçando a ideia de que o mercado e a via do setor privado seriam melhor opção para dar conta da educação.

Na rede privada observa-se a regressão nos aspectos de acesso, permanência e conclusão nos cursos. Se a base geral de dados indica que a rede privada está perdendo estudantes matriculados, somados à redução progressiva de ingresso nos cursos em tempo que a oferta de vagas vem progressivamente se ampliando, pode-se inferir que essa relação se dão pelas medidas econômicas adotadas pelo governo, com destaque para a EC 95 que congela o orçamento público, que indiretamente também mantém parte da rede privada de educação, o resultado iminente que se percebe na Tabela 2 demonstra redução no ingresso em relação às vagas oferecidas, elevando uma quantia exorbitante de vagas que ficam ociosas nos cursos de Serviço Social – via de regra esses desdobramentos identificados no Serviço Social provavelmente se repita em outras graduações.

Recentemente, após a transição de governo, a herança golpista, traduzida nos desdobramentos da EC 95, encontra-se o decreto nº 9.741, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 29 de março de 2019. Este decreto anunciou bloqueio de 29 bilhões do orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019, onde, proporcionalmente, a área de Ciência e Tecnologia sofreu congelamento de R\$2,13 bilhões e a área da Educação R\$5,83 bilhões, respectivamente, totalizando R\$7,96 bilhões de recursos bloqueados que refletem o descompromisso do Estado com atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades.

Além destes agravantes, no dia 17 de julho de 2019 o MEC lançou o projeto FUTURE-SE, que visa fomentar o empreendedorismo e inovação no espaço público universitário sob justificativa de dar mais autonomia financeira as instituições públicas sob três eixos: gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa, desenvolvimento e inovação e, por fim, a internacionalização.

Cabe abrir explicação que o FUTURE-SE emergiu no mesmo tempo em que as universidades públicas passavam por uma forte crise orçamentária criada pelo próprio Estado ao não repassar recursos previamente amarrados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A principal proposta do FUTURE-SE é sua apresentação como uma alternativa de realizar parceria público-privado que, sob pretexto de dar autonomia financeira às IES, conseqüentemente retira a autonomia universitária das mesmas.

Cabe sublinhar o aparelhamento do espaço universitário público dado pelo atual mandatário que, até agosto de 2019, já havia realizado intervenção em 6 de 12 nomeações para reitores de universidades, nomeações que em suma são indicadas por lista tríplice dos

moldes democráticos universitários. O destaque dessas intervenções é que nas 6 nomeações apontadas, os nomes apontados para ocupar as reitorias, se encontravam fora das listas tríplexes, de certa forma, violando o sufrágio universitário e o princípio democrático de livre direito ao voto defendido pela constituição nacional.

A resposta das comunidades universitárias tem sido de mobilizações e manifestações contrárias as propostas do programa, pautando-se pela defesa da autonomia universitária, da educação pública, laica e socialmente referenciada.

Face a exposição aqui realizada, percebe-se que a ofensiva neoliberal do capital sobrepe a economia acima do bem-estar social, reestruturando a educação superior e reverberando nas formações profissionais, lamamoto elucida que:

A pulverização e massificação da formação universitária voltada à sua adequação às “demandas flexíveis do mercado” estimulam o reforço de mecanismos ideológicos direcionados à submissão dos profissionais às “normas do mercado”, parte da estratégia do capital na contenção das contradições sociais e políticas condensadas na questão social (IAMAMOTO, 2015, p. 441).

Atualmente, o domínio do capital alia instituições financeiras com as empresas privadas e multinacionais de segmentos hegemônicos que “[...] passam a comandar o conjunto de acumulação [...]” (Ibidem, p. 21) e, ao adentrarem nos territórios, alteram profundamente os modos de produzir e viver da população. Ao situar essas alterações que modificam os modos de produzir e viver, pode-se localizar como, na atualidade, as transformações societárias em curso trazem consigo repercussões para a dinâmica da vida social em suas múltiplas dimensões.

Um exemplo nítido dessas modificações na dimensão da educação superior é verificado na expansão do EaD, em decorrência das reconfigurações de escala societária, esta modalidade passa a ser cooptada por empresas como a Kroton<sup>43</sup>, empresa brasileira que gerencia o maior modelo privado de educação com fins lucrativos no país, e o Grupo Laureate, que se estabeleceu em rede global - incluindo o Brasil - neste segmento de modalidade educacional e traz consigo a expressão dos moldes educacionais internacionais.

---

<sup>43</sup> Conforme explica Catini “desde que a Organização Mundial do Comércio (OMC) passou a classificar a educação como um bem de serviço e aplicar normas à sua comercialização, tornou-se recorrente que constem nos rankings das empresas mais lucrativas do Brasil alguns dos grandes conglomerados de serviços educacionais, como a Kroton. A maior empresa educacional do país associa estratégias de fusão de empresas privadas de ensino, abertura de capitais aos investidores e programas de responsabilidade social voltados para gestão de políticas públicas de educação. Pela compra de empresas de ensino superior, como a da rede Anhanguera, garantiu para si fatia do bolo dos extraordinários lucros que este setor abocanhou nos últimos anos, com a garantia de repasse de recursos estatais pelos programas de concessão de bolsas e financiamento estudantil” (CATINI, 2017, p.10).

A influência dos moldes internacionais parece ser bem-vinda pela atual gestão do MEC, constatada no planejamento do ministro da educação em suas propostas de gestão, este planejamento toma como prioridades de ação de governo a “fixação de incentivos para adoção das melhores práticas nacionais e internacionais de gestão da educação” (MEC, 2019, p. 52). Essas práticas se afinam as propostas do relatório do Banco Mundial denominado “Um ajuste justo” (2017), e revela a abertura de precedentes para o capital internacional tomar a educação superior brasileira como nicho de investimento. Sabe-se que historicamente o Brasil se inclina à influência dos documentos do Banco Mundial, conforme apontado por Maciel:

as influências das políticas internacionais, especialmente as do Banco Mundial que passam a conceber as universidades como espaços estratégicos, especialmente as privadas, por serem consideradas pelo banco como prestadoras de serviços, ágeis, adaptativas a ambientes mutantes, operacionais, inseridas em mercados competitivos, portanto capazes de captar recursos de forma autônoma (2006, p. 66).

A “novidade” da proposta do FUTURE-SE traz como consequência a ampliação da operacionalização estratégica do capital do setor privado para o setor público estatal. Operacionalização que vai se adaptando conforme as necessidades emergentes do capital e não representa uma ruptura com este, trata de justificar sua funcionalidade na sociedade, porém sem mudanças estruturais. Neste âmbito educacional, Mészáros já alertava que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Compreender os mecanismos da dominação estrutural significa ter nitidez que o aumento da eficácia do sistema de produção, comumente apresentado como indicador principal de desenvolvimento, não é suficiente para que sejam satisfeitas as necessidades humanas e elementares da população brasileira, aqui em especial, envolver como elementar o enfoque para a educação superior e a formação em Serviço Social revela como a relação entre formação e trabalho são indissociáveis para a máquina produtiva engendrada pelo capital.

Não obstante aos referidos mecanismos, destaca-se que o Serviço Social e sua formação educacional se põe como profissão analítica e interventiva e versa por decifrar a raiz das problemáticas referentes aos desmontes aqui expostos – em se tratando do

contexto pós-golpe de 2016 - e visa desmascarar essa lógica que, cada vez mais, encontra meios de subverter as necessidades essenciais para o desenvolvimento social e humano em mercadoria de troca que gera lucro privados.

Ao considerar a dimensão analítica que é facultada ao Serviço Social, a análise para com o tempo histórico em movimento percebe que o ideário neoliberal se faz presente mais do que nunca na subordinação da educação à dependência dos moldes capitalistas, que por sua vez ecoa tendências da contrarrevolução neoliberal, como já anunciado por Lima:

organiza a dominação externa, a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, da comunicação e o consumo em massa até a importação maciça de tecnologia e de uma concepção de educação voltada para a formação da força de trabalho e para conformação aos valores burgueses; b) aprofunda as dificuldades para que os países latino-americanos garantam seu crescimento econômico em bases autônomas; e c) estimula o fato de que, nas economias periféricas, como ocorrem com os interesses privados externos, os interesses privados internos estejam empenhados na exploração do subdesenvolvimento como estratégia para garantir sua lucratividade (LIMA, 2007, p. 80).

A questão conflitante para a profissão na atualidade, além da formação massiva e da incerteza de um posto de trabalho na área de formação, convoca a categoria a pensar quais as possíveis estratégias para alicerçar um perfil profissional crítico que faça jus ao projeto ético-político profissional no exercício da profissão. Neste sentido, ao se ater a formação em Serviço Social no Brasil, de acordo com os últimos 4 censos do ensino superior, se identificou que, neste período, formaram-se 109.488 bacharéis/las aptos a exercer a profissão.

Conforme o último censo publicado em 2018, se apresentava o total de 138.995 matrículas ativas que, somadas à massa que se formou no período de 2015 a 2018, demonstra um quantitativo excedente ao número de profissionais inscritos no ano de 2018. De acordo com o relatório do encontro do conjunto CFESS-CRESS (CFESS, 2018), no ano de 2018 havia mais de 180 mil profissionais inscritos em todo Brasil.

Portanto, essa massa em formação e em exercício da profissão revela a pertinência de tomar a formação profissional como elemento de pesquisa para decifrar as configurações que a conformam na realidade brasileira. Sob entendimento que essas configurações não habilitam profissionais para trabalhar somente nas expressões da questão social, mas também, com uma formação que é fruto de suas contradições e sentimento de aviltamento destas na realidade brasileira, que, por sua vez, exige um corpo profissional à altura de seus desafios, qualificado para exercer sua intervenção profissional na perspectiva de materializar o projeto ético-político profissional.

Ao retomar os elementos constitutivos da formação profissional no âmbito da educação superior, encontra-se a formação basicamente distribuída em universidades, faculdades e centros universitários condicionadas às particularidades de cada IES, sejam elas de natureza pública, privada, presencial ou EaD. De acordo com Albuquerque, “o cenário da educação superior tem se tornado um conjunto muito heterogêneo de instituições, cujas mantenedoras assumem naturezas cada vez mais empresariais e financeirizadas, com objetivo de rentabilidade rápida do capital investido” (2018, p. 155).

Atualmente, na realidade brasileira, pode-se mencionar o grupo Kroton<sup>44</sup> como modelo de educação privada com fins lucrativos que vem constantemente se reestruturando para elaborar moldes de educação sob uma lógica mercadológica empresarial. Internacionalmente pode-se situar o grupo Laureate, que vem expandindo suas instituições a nível global<sup>45</sup> e opera suas atividades no Brasil.

Dessa maneira, a heterogeneidade do ensino que configura as IES deixa nítido a divergência entre um projeto de educação direcionado para movimentar as engrenagens do capital e um projeto que pense na educação para além do capital. No caso do Serviço Social, o projeto de formação profissional levantado aqui no Brasil faz frente a essas constantes mudanças que se vinculam à escala do movimento societário do capital e suas incidências na organização das IES no Brasil.

Albuquerque pontua que:

Essas mudanças são acompanhadas por uma diversificação na oferta acadêmica, tanto no tipo de cursos como nas modalidades de ensino, e também no tipo de relações que cada uma delas mantém com governos, agências de Ciência e

---

<sup>44</sup> O grupo Kroton recentemente se transformou em COGNA, conforme notícia veiculada pelo grupo Globo no último dia 7 de outubro: “maior empresa privada de **educação** do Brasil, com valor de mercado de R\$ 18,2 bilhões, a **Kroton** muda hoje de nome, de foco, de organização e de governança. Torna-se uma holding chamada Cogna Educação, com direito a uma nova sede, na Avenida Paulista, e um novo ticker na Bolsa: a partir do dia 11, KROT3 e KROTY dão lugar a COGN3 e COGNY. “A empresa está mudando inteira, por dentro e por fora. Essa é a mensagem”, diz o CEO, Rodrigo Galindo. “Só com essa mudança de foco, estamos triplicando nosso mercado potencial”. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/10/maior-grupo-de-educacao-do-pais-kroton-vira-cogna-e-se-divide-em-quatro.html>> acesso em 19 de out de 2019.

<sup>45</sup> O grupo Laureate comprou diversas IES no Brasil, o fato mais emblemático aqui no RS envolvendo o grupo em contexto pós-golpe de 2016, refere à demissão massiva de professores da UniRitter (faculdade filantrópica que foi comprada pelo grupo em 2010, passando a ser instituição privada de fins lucrativos) no ano de 2017, coincidentemente, posterior à reforma trabalhista. As medidas visavam otimizar as atualizações de padronizações curriculares da rede de ensino norte americana, que possui 50 universidades em 24 países, no caso aqui do RS, o grupo também responde pela Fadergs e Fapa. Conforme notícia veicula pelo Grupo Zero Hora, docentes demitidos denunciavam a falta de autonomia para ministrar aulas, conforme informações colhidas publicadas na ZH: “Eles começaram a desautorizar os professores em sala de aula e até a mudar as notas de alguns alunos que eram reprovados. Com as mudanças no currículo, os estudantes estão impactados. Desde então, foi desativado o acesso ao histórico escolar pelo site e a solicitação de transferência de instituição”. Depoimento que revela o impacto da lógica mercadológica incorporada à educação. Notícia disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2017/12/uniritter-demite-professores-muda-curriculo-e-gera-protesto-de-alunos-cjb72kh0k00j101p93gt6c3go.html>>, acesso em 10 de out de 2019.

Tecnologia, empresas públicas e privadas, bancos, movimentos sociais, multinacionais e fundos de investimentos financeiros estrangeiros (2018, p. 155).

Esses elementos que destacam as divergências entre o modelo de educação superior e a formação profissional considera que “[...] é imprescindível a compreensão dos rumos da política educacional brasileira, especialmente em seu nível superior, que não emoldura a formação em Serviço Social, mas, pelo contrário, a atravessa, sendo um determinante fundamental para os rumos do processo formativo (PEREIRA; SOUZA; FERREIRA, 2017, p. 187). Assim, sabe-se que o modelo educacional requisitado pela sociedade apresenta limites à profissão, em contraposição, sabe-se que historicamente a profissão constituiu diretrizes curriculares, firmou compromisso coletivo por meio de entidades como a ABEPSS, o conjunto CFESS-CRESS e o movimento estudantil com a ENESSO e forjou bases que estruturam o projeto ético-político profissional no enlace de outra forma de sociabilidade.

De acordo com Mészáros, em sua lúcida observação sobre um modelo de educação para além do capital, ao explicitar a “incorrigível lógica do capital e seu impacto sobre a educação” (2008, p. 25), o autor sinaliza que quando se estabelecem mudanças nos setores empresariais para determinar os moldes educacionais voltados a atender a ordem capitalista, estas não buscam por rupturas com essa lógica, conforme exposto pelo autor:

As mudanças sob tais limitações, apriorísticas prejudgadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de produção (MÉSZÁROS, 2008, p. 25).

Buscar entendimento de que a exigências inalteráveis da lógica global de um determinado modo de produção impactam na organização da sociedade para manutenção de uma lógica, apontada por Mészáros como incorrigível, possibilita compreensão de que as aproximações provisórias junto à área de formação em Serviço Social e sua relação com as políticas de educação superior apontam para distintos interesses de classe que ampliam cada vez mais os desafios para estabelecer um modelo de formação crítico, que vislumbre uma sociabilidade para além do capital.

A contradição como categoria analítica do método de Marx demonstra que, historicamente, a profissão e seu projeto de formação vêm se configurando como movimento de resistência em tempos de avanço do neoliberalismo, aqui entendido como um ideário fortalecido no eco da contrarrevolução neoliberal em contexto pós-golpe de 2016.

Este ideário fortalecido e engendrado na esfera mais ampliada da produção e reprodução da vida social enseja rebatimentos que intensificam o ritmo do mundo do trabalho, este, por sua vez, se vincula às formações que capacitam a força de trabalho que movimentam as relações sociais desta esfera, por consequência, a sua relação com a educação acaba por exigir cada vez mais das IES força de trabalho qualificada para o mercado de trabalho, que, por sua vez, acabam por ser gestadas majoritariamente no âmbito privado da educação sob uma ótica mercadológica concorrencial.

O contraponto desta ótica encontra forças no setor público de educação e requer um esforço que perpassa a defesa da educação pública, como já destacado por Laval “[...] não basta ‘defender’ o setor público, pois este último foi profundamente transformado pela construção de um sistema hierarquizado do qual ele é apenas uma parte” (2019, p. 14). No caso, sabe-se que uma estratégia possível seria a de redimensionar o papel do trabalho na sociabilidade capitalista, se este é sua base vital e se sua função social fosse direcionada para atender somente as necessidades essenciais da população, ao invés de reter acumulação excedente na esfera privada, as requisições educacionais postas pela sociedade seriam outras e pautariam uma educação para além do capital, como pensava Mészáros (2008).

Dada a inviabilidade de transcender essa lógica que Mészáros (2008) afirmava ser incorrigível, a análise da realidade possibilita que se identifique como esta lógica opera. Ao referir as IES públicas na estruturação da educação superior no Brasil, os dados demonstram que nesta parte as IES públicas são mais reduzidas em relação ao quantitativo de IES que tem no Brasil. Esse dado dialoga com a reflexão de Laval ao situar que a educação nesta esfera é uma parte de um sistema hierarquizado, a defesa da educação pública deve se atentar que “é preciso lutar contra as dinâmicas desigualitárias que destroem as bases mesmas da escola pública. E, por outro lado, não se deve esquecer que esse sistema hierarquizado não é nacional, mas mundial” (LAVALL, 2019, p. 14).

Se neste emaranhado acerca da formação aparece um demonstrativo que a concentração massiva de matrículas ativas está no EaD, privado, não seria porque a própria ordem do capital e organização do mundo do trabalho impõe que a classe trabalhadora tenha de vender sua força de trabalho ao preço de um salário mínimo, tendo sua mais valia expropriada em ritmo de trabalho semanal intensificado que não lhe sobre tempo para estudar presencialmente, e assim, recorre ao EaD como alternativa viável pelas condições de vida pré determinadas nessa sociabilidade?

É válido lembrar que esta mesma sociabilidade condiciona para IES presenciais o ingresso de estudantes, em suma, pertencentes à classe trabalhadora, que por terem sua

mais valia expropriada, muitas vezes chegam com a energia esgotada em sala de aula, e demonstram maior dificuldade de acompanhar os cronogramas de disciplinas, de disponibilizar tempo para realização de estágio obrigatório, de participar de projetos de pesquisa e extensão, como também das atividades obrigatórias e complementares para graduação.

Quanto as condições estruturais que definem a demanda que chega à formação em Serviço Social, cabe a análise da realidade concreta para saber como melhor operacionalizar o processo de ensino e formação. Essas condições desafiam e exigem domínio teórico aliado à dimensão pedagógica de ensino associada à dimensão ética e política, afinada à mediações que lancem luzes a consciência de classe para a comunidade estudantil, que constitua nessas mediações os valores emancipatórios do código de ética profissional e do projeto ético-político assentados na busca por outra ordem societária, assim, efetivando as Diretrizes Curriculares do Serviço Social estipulada em 1996.

Ou seja, o assistente social docente acaba por ser responsável pelo perfil profissional que forma, em um lado lhe cabe o compromisso com os acordos coletivos da categoria do Serviço Social brasileiro para efetivar as diretrizes curriculares e alçar condições para esse contingente profissional concretizar o projeto profissional por meio do trabalho quando for exercer a profissão. Noutro lado, suas condições para formar novos assistentes sociais perpassa atravessamentos das IES e vem sendo cada vez mais tolhido, dado pelos aspectos que configuram as IES em uma racionalidade neoliberal que limita cada vez as possibilidades de formar um perfil profissional crítico, conforme selado nas Diretrizes da ABEPSS.

Em acordo com o que foi até aqui dissertado, foi possível constatar como as conformações da educação superior incidem na formação em Serviço Social em todo o Brasil, dessa forma, também apresenta rebatimentos na formação no RS, que serão detalhado na próxima seção. Assim sustenta-se que o golpe de 2016 dimensionou impactos devastadores em múltiplas esferas de organização da vida social no Brasil, como saúde, habitação, jurídico, assistência social, previdência, ambiental, direitos humanos etc., principalmente a partir da efetivação da EC 95 que impacta diretamente nos serviços e direitos que vinham sendo operacionalizados por boa parte das políticas sociais, espaço sócio técnico de trabalho que demanda a profissão para trabalhar as expressões da questão social.

Conclui-se que as transformações societárias em curso se inclinam à racionalidade neoliberal e impõem uma agenda política que reverbera em múltiplas esferas da vida social, já na esfera educacional pode-se considerar que essa transformação intensificou a

dilapidação de direitos em diversas áreas, o que significa para a profissão uma estimativa de demandas para a área de Serviço Social em tempo que as políticas sociais acabam por serem desmanteladas e, para a formação se atribui uma reconfiguração formativa para atender essas demandas que implica na desfiguração do perfil profissional almejado pelas diretrizes formativas de Serviço Social, conseqüentemente, o corpo profissional que venha vender sua força de trabalho na sociedade tem tendência de vir a reproduzir a violação de direitos que já encontram-se societariamente estruturados.

#### 4. A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO RS NA ATUALIDADE

Primeiramente, para entender a particularidade da formação em Serviço Social no RS, se elaborou um breve resgate histórico de como se configurou essa formação no estado, além deste resgate histórico, a seção que sucede traz, em seu escopo de análise, entrevista com coordenadoras/es de cursos presenciais concedida de forma *online*, pelo meio de questionário dividido em blocos de perguntas abertas e fechadas, onde, posteriormente, será feita exposição dos dados tratados<sup>46</sup>, juntamente com o perfil profissional desses assistentes sociais para melhor entender como se configura a formação presencial no período atual.

É sabido que o Serviço Social no Brasil iniciou sua história tendo como marco histórico o ano de 1936, com a criação do curso na PUCSP, posteriormente a esta demarcação, aos poucos foi se disseminando cursos para as demais regiões do país, no caso do RS<sup>47</sup>, somente em meados dos anos de 1940 se instituiu o primeiro curso no estado. Inicialmente, de acordo com Villar (2015), o primeiro curso em solo rio-grandense teve sua criação em 25 de março de 1945, quando foi fundada a Escola de Serviço Social de Porto Alegre (ESSPA), que posteriormente passou a integrar a escola de Serviço Social da PUCRS em 1948.

Assim, como os demais cursos pioneiros do Brasil, o estado do RS teve seu primeiro curso devido à organização de grupos católicos que promoviam semanas de ações sociais junto às comunidades. Dessas vivências junto as ações sociais, “esses grupos identificaram a necessidade de haver assistentes sociais nesses grupos, daí o esforço para construir escolas de formação para atender as demandas emergentes daquela época” (FAUSTINO, 1995, p. 69-74).

Como no resto Brasil, o Serviço Social do RS também experimentou vivências históricas que evidenciam junto ao contexto político e econômico do cenário nacional o desenvolvimento da profissão. Desde a implantação do primeiro curso em Porto Alegre, na década de 1940, as configurações postas para a formação vivenciaram influências advindas das convenções promovidas pela ABESS, posteriormente, pelos encontros promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social (CBCISS), onde destacam-se os encontros de Araxá (1967), Teresópolis (1970), Sumaré

---

<sup>46</sup>Durante o processo de coleta de dados empíricos, este trabalho alcançou como universo de amostra destes dados um total de 8 coordenadoras/es das 13 UFAs presenciais do RS, figurando os sujeitos da pesquisa. Ressalta-se que destes sujeitos são 6 assistentes sociais docentes de cursos presenciais de IES privadas e 2 de IES pública.

<sup>47</sup> O curso de Porto Alegre foi o terceiro curso criado no Brasil, antecedido pelo curso da PUCSP em 1936 e da PUCRJ em 1938.

(1978) e Alto da Boa Vista (1984), como também, os Congressos Pan-Americanos de Serviço Social<sup>48</sup>.

Além destes eventos, a formação também acompanhou o Movimento de Reconceituação Latino-Americano<sup>49</sup> e os acirramentos das tendências postas para a formação profissional em cada momento histórico. Elementos que dão importância ao RS na constituição histórica do Serviço Social brasileiro e nos debates que orientavam a formação profissional.

Sobre os debates travados pelo Serviço Social brasileiro, pode-se destacar os debates sobre o “Serviço Social tradicional, a renovação e Serviço Social, Serviço Social conservador e o Serviço Social crítico, este movido pela intenção de ruptura com o conservadorismo, como já explanado por Netto (2015) na obra “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”, bem como, as reformulações dos Códigos de Ética Profissionais<sup>50</sup>.

O Serviço Social “tradicional” se caracterizou pelas suas bases formativas iniciais, até então sem um marco regulatório específico, se respalda no modelo de Serviço Social

---

<sup>48</sup> Durante o processo histórico do Serviço Social brasileiro, concomitantemente na América Latina, havia outros ventos que sopravam por mudanças na metodologia utilizada pelo Serviço Social, com a finalidade de alçar forças para superar o modelo conservador. Essas mudanças foram debatidas nos Congressos Pan Americanos, que de acordo com a ordem cronológica colocada por Ander-Egg e Kruse, datam-se da seguinte maneira: I – Santiago, 1945: Una estatua para Alejandro del Rio; II - Rio de Janeiro, 1949: El canto del cisne de la vieja generación; III – San Juan de Puerto Rico, 1957: El tecnicismo em su expresión más depurada; IV - San José de Costa Rica, 1961: Los comienzos del desarrollismo; V – Lima, 1965: capaz de reducir las condiciones de conflito; VI – Caracas, 1968: Revolucionarios em la O.E.A?; VII – Quito, 1971: Bienestar Social: um asunto molesto para dictadores (originalmente publicados em Del Paternalismo a la conciencia de cambio: los congresos pan-americanos de servicio social, 1984).

<sup>49</sup> Destaca-se que, em 1965, Seno Cornely organizou e protagonizou a vivência do Movimento de Reconceituação, promovendo o seminário na PUCRS que demarca a importância do Serviço Social brasileiro e gaúcho no continente latino americano, conforme o Seno: “[...]o ano de 1965 marca, para a maioria de seus analistas, a realização do primeiro evento público do processo de reconceituação do trabalho social latino-americano, o qual vinha se gestando em vários pontos do Continente. E esse certame público se verificou em Porto Alegre, de 11 a 15 de maio (semana do Assistente Social) desse ano. Seus pioneiros passaram a ser chamados de “generación 65” em todo o continente. Ainda em 1965 foi fundada, no Panamá, com a presença de um professor desta Faculdade, a ALAETS (Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social). Esta, como única instância continental, fundou seu organismo acadêmico, o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS). Ambas tiveram, e continuam tendo, enorme influência na política regional do trabalho social, em todos os países do Continente” (CORNELLY, 2002, p. 16).

<sup>50</sup> Ao todo, o Código de Ética do Serviço Social, criado em 1947, passou por mais quatro reedições (em 1965, 1975, 1986 e 1993), este documento que traduz os princípios fundamentais da profissão teve somente em 1986 sua expressão aspirando a luta ao lado da classe trabalhadora, pois até então, as edições anteriores aspiravam valores das encíclicas e do funcionalismo imposto pelo modo de produção, naquilo que Netto (2012) definia como “transformar o assistente social em simples executor terminal de políticas”. Na efervescência da redemocratização da década de 80, alinhado aos avanços dos movimentos sociais e das lutas pela democracia, o código de ética de 1986 expressou um posicionamento ético-político da profissão voltado para os interesses das/os trabalhadoras, que se materializou no código de ética de 1993 e deu regulamentação para a lei da profissão 8.662 de 7 de junho de 1993, revogando a lei anterior 3.252 de 27 de agosto de 1957 (a primeira que reconheceu a profissão em seu âmbito institucionalizado com um conselho de classe), manifestando juridicamente os valores da teoria social crítica que fundamentam a profissão na atualidade.

franco-belga, norte-americano e na influência das encíclicas papais (*Rerum Novarum* e Quadragésimo ano), como base de seus fundamentos. Pós marco-regulatório, o conteúdo instituído para a formação em Serviço Social contido nos currículos de 1953, 1970 e 1982 representavam a renovação do Serviço Social, todavia, sem romper com as características anteriormente estabelecidas em seus fundamentos.

Embora esses currículos expressem em seus fundamentos os debates dos encontros promovidos pelo CBCISS, para Netto (2015), essa “renovação” tratava de um “deslocamento da perspectiva conservadora”, que, no período de reconceituação latino-americano, dividiu o Serviço Social brasileiro em dois flancos, numa ponta, uma velha-guarda que defendia esse modelo, noutra ponta uma geração impulsionada pelo movimento de reconceituação movida por um intento de ruptura com o modelo posto. Assim, começou-se a construir um movimento de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional e/ou conservador, emblematicamente, o encontro de Belo Horizonte, conhecido como “Método BH”, de 1972, deu força para o grupo que pautava uma vertente crítica para o Serviço Social, é neste momento que se tensionam as vertentes em disputa e, são as mesmas que orientaram o Serviço Social até o famoso “Congresso da Virada” (III CBAS em 1979), divisor de águas que culminou do movimento iniciado no método BH e corroborou com os movimentos sociais que protagonizaram o processo de redemocratização brasileiro na década de 1980, deixando um legado que culminou no projeto profissional e na construção de um projeto ético-político, na constituição do código de ética de 1993 e no aprimoramento das Diretrizes de 1996.

Nesse sentido, se reconhece que a particularidade do RS no desenvolvimento do Serviço Social não deixa de acompanhar o processo histórico e conjuntural do Brasil, partilhando sua universalidade no território brasileiro e fazendo parte da sua história. Feita essas colocações, para melhor entender como se particulariza a formação em solo gaúcho, segue exposição dos cursos presenciais que foram instituídos no RS desde seu início até a atualidade.

Como verificado em tese de doutorado de Villar (2015), o primeiro curso de Serviço Social do RS foi o da ESSPA criado em 1945 e posteriormente vinculado à PUCRS em 1948; em 1962 o curso da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) foi o primeiro curso de Serviço Social do interior do estado, na região sul; em 1976 a Universidade de Caxias do Sul (UCS) passou a ofertar Serviço Social na região norte; em 1980 a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) passou a ofertar o curso em Canoas, na região metropolitana seguida da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) em 1984, ofertando curso em São Leopoldo. De acordo com a pesquisa de Villar (2015), essas IES foram

majoritariamente responsáveis pelos cursos que formaram assistentes sociais até final do século XX em território gaúcho.

Ao seguir a trajetória histórica elaborada por Villar (2015), no ano de 1996 a Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI) abriu curso em Frederico Westphalen e mais tarde em São Luiz Gonzaga; a Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) ofertou o curso a partir de 1997 abrangendo as regiões norte e alto Uruguai; nos anos 2000 a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e o Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) constituíram cursos em Santa Cruz e Santa Maria, respectivamente, localizados no centro do estado.

A partir do século XXI até a atualidade, Villar (2015) aponta que os cursos do setor privado ainda vinham se disseminando, a Universidade de Passo Fundo (UPF) passou a ofertar o curso em 2004, no mesmo ano a URI ampliou outro curso para São Luiz Gonzaga e a ULBRA para Gravataí; em 2005 o Centro Universitário Metodista (IPA) passou a ofertar o curso em Porto Alegre; Em 2008 a Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul (FISUL) ofertou o curso em Garibaldi, e a Faculdade Ecoar (FAECO) em Passo Fundo; em 2009 a Faculdade Anhanguera de Caxias do Sul (FACS) passou a ofertar na região norte, em 2011 a UCS ampliou com seu segundo curso em Vacaria; em 2013 a Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (FADERGS) passou a ofertar Serviço Social em Porto Alegre.

Ao atualizar o mapeamento realizado por Villar em sua tese de doutoramento, pode-se adicionar a última instituição privada que passou a oferecer o curso na modalidade presencial em Porto Alegre, situado na Faculdade São Francisco de Assis (UNIFIN), este curso foi criado em 26 de agosto de 2019, conforme dados disponíveis no site do e-MEC.

No caso dos cursos de Serviço Social em instituições públicas, o RS teve seu primeiro curso ofertado pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) em 2006, posteriormente pela Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS) em Porto Alegre e pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em Santa Maria no ano de 2009 e 2010, respectivamente. Assim, se tem um curso público na capital gaúcha, outro no coração do Rio Grande ao centro do estado e o pioneiro na fronteira oeste, fazendo divisa com Santo Tomé, na Argentina, ambos criados via reestruturação e expansão das universidades federais (Reuni) ao final da primeira década do século XXI.

Dessas IES que ofertam cursos presenciais de Serviço Social no RS, destaca-se que, atualmente junto aos cursos das três federais que ofertam curso na modalidade presencial, a rede privada conta apenas com os cursos da PUCRS, UCPEL, UCS, ULBRA-Canoas, UNISINOS, UNISC, UNIFRA (em 2018 a instituição deixou de ser Centro

Universitário Franciscano, atualmente é reconhecida como Universidade sob nova nomenclatura: Universidade Franciscana – UFN), UPF, IPA, FADERGS e o recém criado na UNIFIN. Assim, totaliza-se quatorze cursos na modalidade presencial, em um estado que chegou a contar com um total de 28 UFAs ofertando curso, considerando as IES da rede pública e privada.

Salienta-se que dessas IES privadas presenciais, algumas encontram-se concomitantemente ofertando cursos na modalidade EaD, conforme dados consultados em busca avançada de cursos na plataforma do e-MEC. Dessas instituições presenciais, incluindo algumas de longa tradição na formação em Serviço Social no RS, verifica-se uma adaptação significativa à modalidade do EaD, conforme análise dos dados da plataforma, verificou-se que, inclusive, cursos tradicionais do estado do RS acabaram por aderir à modalidade. Na sequência, destacam-se os cursos presenciais que aderiram à modalidade EaD.

Iniciando pela UCPEL que teve o curso criado em 1962, esta IES passou a ofertar o curso EaD em Pelotas a partir de 18 de fevereiro de 2019; a UCS, além do presencial em Caxias do Sul criado em 1976 e em Vacaria em 2011, incorporou a modalidade EaD com início das atividades em 25 de fevereiro de 2019 em Bento Gonçalves, Canela, Caxias do Sul, Farroupilha, Guaporé, Nova Prata, São Sebastião do Caí e Vacaria, abrangendo assim 8 municípios; a UNISC ainda mantém o curso presencial em Santa Cruz do Sul desde os anos 2000 e incorporou o EaD em Capão da Canoa, Montenegro, Santa Cruz do Sul, Sobradinho e Venâncio Aires, alcançando 5 municípios com funcionamento desde 18 de fevereiro de 2019; a FADERGS mantém a modalidade presencial desde 2013 e agora a EaD em Porto Alegre, com a EaD autorizada na mesma cidade em 19 de fevereiro de 2019.

A ULBRA, que teve seu curso inaugurado em 1980 em Canoas, na atualidade conta com 3 cursos presenciais extintos em Cachoeira do Sul (criado em 1999), Carazinho (criado em 2000) e Gravataí (criado em 2004), ao passo que oferta a modalidade EaD em 112 polos<sup>51</sup>, destes, 39 se distribuem em municípios do RS da seguinte forma: Bagé, Bento

---

<sup>51</sup> A ULBRA oferta cursos de Serviço Social na modalidade EaD para mais de 72 polos do Brasil, distribuídos em 62 municípios além do RS, sendo estes: no estado de Alagoas nos municípios de Arapiraca, Batalha e Maceió; no Amazonas com 2 polos em Manaus; na Bahia com polos em Lauro de Freitas, Porto Seguro e Salvador; em Fortaleza no Ceará; no Espírito Santo em São José do Calçado e Vitória; em Goiânia em Amaralina, Anápolis, Itumbiara e Minaçu; em São Luiz no Maranhão; em Minas Gerais em Belo Horizonte, Engenheiro Caldas, Guanhães, Jequitinhonha, Lagoa da Prata e Passos; no Mato Grosso do Sul em Campo Grande; no Mato Grosso em Comodoro; no Pará em Altamira, Belém, Monte Alegre, Paragominas e 2 polos em Santarém; em Pernambuco em Belo Jardim e Garanhuns; em Teresina no Piauí; no Paraná em Cambé, Ibituva, Pato Branco e 2 polos em Curitiba; no Rio de Janeiro com 2 polos na cidade de Rio de Janeiro; no Rio Grande do Norte em Natal; em Roraima em Ji-Paraná e Porto Velho; em Santa Catarina em Araranguá, Brusque e Itajaí; no Sergipe em Aracaju; em São Paulo nos municípios de Botucatu, Campinas, Carapicuíba, Cotia, Cruzeiro, Franca, Guarulhos, Jacareí, Marília, Piracicaba, São Bernardo do Campo, São José dos Campos, São Vicente, Socorro, Suzano e 3 polos em São Paulo; no Tocantins em Palmas.

Gonçalves, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canela, Carazinho, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Farroupilha, Guaíba, Ijuí, Lajeado, Marau, Novo Hamburgo, Osório, Panambi, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santiago, São Jerônimo, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapucaia do Sul, Sarandi, Torres, Tramandaí, Três de Maio, Uruguaiana, Vera Cruz e Viamão. Das mencionadas, com exceção das cidades de Canoas e Gravataí que possuem dois polos cada e Porto Alegre com três polos, todas as demais têm um polo por município, totalizando 42 polos.

O IPA se mantém ofertando a modalidade presencial, mas também mantém aberto a modalidade EaD pela Universidade Metodista de São Paulo, que mantém a modalidade no RS nos municípios de Dom Pedrito, Passo Fundo, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana. Das instituições privadas ativas no RS, apenas a PUCRS, a UNISINOS, a UPF e a UFN mantêm os cursos somente na modalidade presencial, todavia, a UFN está formando sua última bacharela em Serviço Social no ano de 2019, pois o curso está em processo de extinção desde 2018.

De acordo com essas assertivas consultadas no registro de cursos da plataforma do e-MEC, verifica-se a transição da modalidade presencial para o EaD em algumas UFAS, em muitos casos este processo de transição extingue a modalidade presencial e mantém a EaD. O RS teve casos de cursos que foram extintos e que, no entanto, não experimentaram essas transições, tratando-se dos cursos da UNIJUI, UNICRUZ, URI, Faculdade Dom Bosco (FDB – criada em 17 de julho de 2019), Faculdade Integradas Machado de Assis (FEMA – criada em 12 de agosto de 2004) e Faculdade Ecoar (FAECO – criada em 27 de maio de 2008) e Anhanguera criada em 2009.

Pode-se destacar que conforme a modalidade EaD vem crescendo no RS, considerando que a modalidade foi incluída para formação em Serviço Social a partir do ano de 2007, a modalidade presencial vem se retraindo. No caso do RS, desde seu primeiro curso até a atualidade, a modalidade presencial contou com 22 IES (19 privadas e 3 públicas) que se dividiam em 28<sup>52</sup> Unidades de Formação Acadêmicas (UFAS), destas, na atualidade, restam 3 públicas e 11 privadas, apenas.

Quanto à modalidade de EaD, na Tabela 3 constam as IES que ofertam o curso no RS com quantitativo dos municípios de alcance no estado. Essa sistematização refere-se à consulta de dados secundários realizado pelo Grupo de Pesquisas e Estudos em Gestão

---

<sup>52</sup> As instituições que já ofertaram cursos presenciais entre 1945 e 2019 foram as seguintes: da rede privada de ensino a URI com 2 UFAs, a ULBRA com 4 UFAs, a UCS com 2 UFAs e a Anhanguera com 2 UFAs, as demais privadas que tiveram apenas 1 UFA por instituição são: UNISINOS, FADERGS, UPF, PUCRS, UNIJUI, IPA, FEMA, UFN, UNISC, FDB, FAECO, UCPEL, FISUL e UNICRUZ e, as públicas: UNIPAMPA, UFRGS e UFSM representado 1 UFA cada, respectivamente.

Social e Formação em Serviço Social (FORMASS) junto ao Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da PUCRS.

Tabela 3 - IES que ofertam Cursos EaD no RS

INSTITUIÇÃO QUE OFERTA O CURSO	QUANTIDADE DE POLOS NO RS
<b>FAEL</b> – Faculdade educacional da Lapa*	61
<b>UNINTER</b> – Centro Universitário Internacional	53
<b>ULBRA</b> – Universidade Luterana do Brasil	42
<b>UNIP</b> – Universidade Paulista	38
<b>UNOPAR</b> – Universidade Pitágoras	32
<b>UNIASSELVI</b> – Centro Universitário Leonardo Da Vinci	24
<b>UNICESUMAR</b> – Centro Universitário de Maringá	22
<b>UNIDERP</b> – Universidade Anhanguera	19
<b>UNICSUL</b> – Universidade Cruzeiro do Sul	16
<b>UNISUL</b> – Universidade do Sul de Santa Catarina	14
<b>UNILASALLE</b> – Universidade La Salle*	12
<b>UNESA</b> – Universidade Estácio de Sá	12
<b>UNIANDRADE</b> – Centro Universitário Campos de Andrade*	11
Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	10
<b>UCS</b> – Universidade de Caxias do Sul*	8
<b>UNIGRAN</b> – Universidade da Grande Dourados	6
<b>UNIFACS</b> – Universidade Salvador	6
<b>UNISC</b> – Universidade de Santa Cruz do Sul*	5
<b>CEUCLAR</b> – Centro Universitário Claretiano	5
<b>URI</b> – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões*	5
<b>UMESP</b> – Universidade Metodista de São Paulo	5
<b>FSG</b> – Centro Universitário Serra Gaúcha	3
<b>UNICID</b> – Universidade Cidade de São Paulo	3
<b>FAESF/UNEF</b> – Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana*	2
<b>UNIFACVEST</b> – Centro Universitário FACVEST*	2
<b>UNIVERSO</b> – Universidade Salgado de Oliveira	2

<b>UNISA</b> – Universidade Santo Amaro	2
Centro Universitário Dom Pedro II*	2
<b>UCB</b> – Universidade Católica de Brasília	1
<b>UCPEL</b> – Universidade Católica de Pelotas*	1
<b>UCDB</b> – Universidade Católica Dom Bosco	1
<b>UNIFRAN</b> – Universidade de Franca	1
<b>UNIPLAN</b> – Centro Universitário Planalto do Distrito Federal	1
<b>FADERGS</b> – Centro Universitário FADERGS	1
Centro Universitário Braz Cubas	1
Total de 35 Instituições	<b>Total: 429 polos</b>

Fonte: Dados sistematizados pelo FORMASS em abril de 2019.

Conforme apresentado na tabela, percebe-se a expansão no/do EaD no estado do RS, os dados operacionalizados identificaram um total de 429 polos na modalidade à distância, deste quantitativo verificou-se que esses polos se distribuem em 120 municípios gaúchos, cobrindo cerca de 25% do território rio-grandense, que possui 497 municípios, de acordo com o IBGE.

As IES destacadas com asterisco na Tabela 3, até o momento que foi realizado mapeamento junto ao e-MEC, constavam com a modalidade EaD registradas com ato de criação<sup>53</sup> já regulamentado pelo MEC, revelando um total de 110 polos que estavam por iniciar suas atividades em municípios gaúchos. Destes polos EaD, as IES: UCPEL, ULBRA, FADERGS, UNISC, IPA e UCS têm cursos que se encontram em funcionamento com ambas modalidades, e se seguir a tendência de outros cursos já extintos, pode-se sinalizar a transição somente para a EaD. A exemplo de cursos que já se extinguiram, a modalidade presencial e está para operar somente EaD, destaca-se a URI, que já teve seus dois cursos presenciais em Frederico Westphalen e São Luiz Gonzaga extintos, e já tem ato de criação do EaD em cinco municípios. Do total de polos identificados no RS, destes 429 polos, 314 encontram-se ativos, formando assistentes nessa modalidade de educação no RS, o que caracteriza que a formação no RS já é majoritariamente tomada por essa modalidade em instituições de natureza privada.

Quando se cruza esses dados da modalidade EaD com os dados dos cursos presenciais, pode-se caracterizar a totalidade de cursos que formam assistentes sociais no

<sup>53</sup> O ato de criação quer dizer que os cursos já estão em situação regular com credenciamento no MEC, porém não quer dizer que estes já tenham iniciado suas atividades letivas.

RS. Nesse sentido, o mapeamento possibilitou identificar que na atualidade há 42 IES ofertando cursos de Serviço Social no RS, sendo 7 somente na modalidade presencial (3 públicas e 4 privadas), 6 ofertando concomitantemente as duas modalidades e 29 totalmente EaD, de natureza privada.

Ao considerar este universo como totalidade da formação no RS, a pesquisa realizada neste trabalho buscou por investigar a formação presencial, abrangendo 13 IES de cursos presenciais no RS, para tal, além dos dados de domínio público para análise, a pesquisa contou com um questionário de perguntas abertas e fechadas que constam nos apêndices da dissertação, direcionado para coordenadoras/es dos cursos presenciais com a finalidade de apreender suas percepções sobre a formação presencial na atualidade no RS, em que pese o contexto mais recente pós-golpe de 2016.

Por considerar a formação e trabalho como elementos indissociáveis para análise do Serviço Social no RS, conforme os dados divulgados pelo CRESS-RS no 13º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais, sabe-se que o RS na atualidade conta com aproximadamente 9 mil assistentes sociais com registro ativo em todo estado. Nesse sentido, se considerar o contingente que se encontra em formação em todo o estado do RS, de acordo com a sinopse da educação superior de 2018 divulgada pelo INEP, no período existiam 5.705 estudantes com matrículas ativas, sendo 514 nas UFAs públicas e 5.191 na rede privada de educação, no mesmo ano teve um ingresso total de 2.759 estudantes para o Serviço Social, sendo 144 para UFAs públicas e 2.615 para as privadas, em tempo que também formou 747 concluintes, 99 na rede pública e 648 na rede privada, pode-se constatar que o contingente em formação já ultrapassou metade do contingente que encontra-se exercendo a profissão, confirmando a predição de lamamoto (2015) ao afirmar que a profissão viria a ter um exército assistencial de reserva com expansão do EaD no Brasil.

Ao se ater aos dados sobre a formação, o RS comporta 42 IES somando as públicas e privadas em ambas modalidades: presencial e EaD. Na rede pública há 3 UFAs que, em somatória, formaram 99 bacharéis, que em média ponderada significa que se formaram 33 por UFA. Considerando que a rede privada até aquele momento detinha 11 UFAs presenciais e o EaD tinha ao menos 329 polos (no caso os outros 110 referem-se a ato de criação no ano de 2019), figurando um alcance de 120 municípios do estado, ao fazer a média ponderada da modalidade privada, dos 648 concluintes mal se chega a 2 bacharéis por UFA privada. Assim se verifica uma certa fragilidade acerca do que a rede privada oferece como formação profissional, pois, uma rede privada de ensino com ambas modalidades que tem um alcance 146 vezes maior que a pública presencial, forma

aproximadamente 20 vezes menos que a rede pública, há de se questionar a qualidade de formação que é ofertada para estudantes formados na rede privada, em que pese o EaD.

É válido ressaltar que, a formação no RS, historicamente deteve sua formação na educação privada presencial em IES comunitárias, com início em 1945, já que a criação dos cursos das IES públicas se deu tardiamente entre 2006 e 2010. No caso do RS, os cursos em atividade na modalidade presencial funcionam com 13 UFAs em 13 universidades (e destas 13, 6 estão com ambas modalidades de ensino), enquanto a modalidade EaD distribui-se em 35 UFAs com 429 polos, sendo 63 em 2 faculdades; 134 polos em 11 centros universitários e 232 polos em 22 universidades.

Nesse sentido, há de se ter em mente que não dá para generalizar uma formação com fragilidades na constituição de perfis profissionais somente à rede privada, haja vistas que a rede pública também apresenta debilidades frente as transformações societárias em curso, conforme explanado mais adiante, na próxima seção textual na análise das respostas do questionário *online*. Quando situa-se novas configurações para formação face as transformações societárias, entende-se que estas se associam ao desenvolvimento dos modos de vida, ora, se, anterior à existência da modalidade de EaD, havia uma discussão sobre a qualidade da educação da rede pública x privada (em sua maioria de natureza confessional), na atualidade, com o avanço das TICs, essa discussão se ramifica quando IES privadas com fins lucrativos passam a configurar os modelos de educação que, sob a lógica concorrencial da racionalidade neoliberal, acabam por tensionar todo o sistema educacional e seu formato de gestão, por consequência, essas constantes reconfigurações incidem tanto na qualidade da educação que vem a ser acessível à população, quanto na reconfiguração do trabalho de docentes, técnicos e demais trabalhadores que fazem as IES brasileiras manter seu funcionamento.

Considerando esse aspecto, a pesquisa realizada se direcionou para coletar dados de assistentes sociais que trabalham na docência coordenando cursos presenciais no RS, valendo-se de amostra de dados coletadas via questionário, onde seu alcance atingiu 8 das 13 coordenadoras/es de cursos, 2 de IES públicas das 3 que ofertam o curso no RS e 6 de IES privadas das 10 que ofertam o curso, a partir disto, direcionou-se o questionário *online* em etapa de coleta de dados. Como forma de respeitar o anonimato e integridade física das/os participantes da pesquisa, irei denominá-los como “CCP” (coordenadores de cursos

públicos) e “CCC” (coordenadores de cursos comunitários)<sup>54</sup>, conforme ordem em que foram registradas suas respostas no sistema de coleta de dados.

Quanto ao perfil dos participantes da pesquisa, 7 são assistentes sociais<sup>55</sup> do sexo feminino e 1 do sexo masculino; destas (es) 7 possuem doutorado e 1 possui mestrado em Serviço Social; destes, 6 possuem atividades de pesquisa nos últimos 5 anos, enquanto 2 não tem essas atividades, quanto as publicações, 7 tem produção de conhecimento publicada nos últimos 5 anos, enquanto 1 não conseguiu produzir neste mesmo período. Nessa sistematização do perfil, destacam-se algumas diferenças entre CCs da rede pública e privada quanto as publicações (conhecimento produzido na área) e atividades de pesquisa, na rede privada 2 CCs não têm atividade de pesquisa nos últimos 5 anos e 1 não produziu conhecimento, enquanto na rede pública as CCs conseguem desenvolver ambas atividades.

De acordo com o VII princípio do código de ética, o “[...] compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 128) perpassa por atividades de pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social, no caso, como já afirmado anteriormente com Pereira, Souza e Ferreira (2017), as configurações das políticas educacionais atravessam a formação profissional e seus princípios, essa premissa do aprimoramento intelectual pode ser atravessada, ou não, pelas normativas das IES, como também, pode não ser efetivada devida as condições objetivas para realização do trabalho.

Uma forma de melhor entender essas condições, de acordo com a natureza de cada IES, se dá pela via da pesquisa. Nesse sentido, a seção a seguir busca tratar de questões que se relacionam à formação presencial em Serviço Social no RS na atualidade, recorrendo à análise de dados obtidos em etapa de coleta para entender se essa formação se conforma no momento presente.

A coleta de dados refere os seguintes blocos: os dois primeiros com perguntas fechadas e o último com perguntas abertas, a saber: dados gerais do curso de graduação que trabalham; dados dos docentes assistentes sociais que compõem o curso e o último bloco com sete perguntas abertas para resposta, sendo estas: 1) Para você, quais as

---

<sup>54</sup> Essa divisão, para manter o anonimato, se dá para melhor elucidar a análise dos dados da modalidade pública e privada. Destaca-se que a divisão administrativa das IES (conforme já explicitado no item 3.1 da dissertação) refere-se a Universidades Públicas Federais e Universidades Privadas de caráter Comunitária.

<sup>55</sup> Do universo de amostra, 1 assistente social se formou em 1981, 1 em 1992, 1 em 1993, 2 em 2000, 1 em 2002, 1 em 2007, 1 em 2013. Suas formações profissionais referem que 3 dos 8 entrevistados se formaram em instituições públicas e os 5 demais em instituições privadas de caráter comunitário. Conforme publicação disponível em currículo Lattes, se identifica que todas/os participantes possuem bastante experiência no trabalho em IES, sendo o mais experiente com 33 anos de carreira, seguido, respectivamente, de 1 com 26 anos de carreira, 2 com 18 anos, 1 com 16 anos, 1 com 14 anos, 1 com 9 anos e 1 com 3 anos.

principais mudanças que ocorreram na política da educação superior brasileira nos últimos 3 anos? 2) você identifica que essas mudanças impactaram na sua IES, se sim, indique como? 3) Como essas mudanças incidiram no curso que você coordena? 4) Quais os elementos positivos e negativos que você identifica nessas mudanças? 5) Quais são os principais desafios, os riscos e possibilidades que você identifica para a formação de assistentes sociais no curso que você coordena? 6) Na atualidade, você acha necessário que se desenvolva pesquisas com estudo direcionado para área de formação em Serviço Social? e, 7) se a resposta anterior for sim, poderia descrever por que você acha importante pesquisa sobre a área?

Sobre os dados gerais apreendidos com colegas que trabalham nessas instituições, referente à natureza das instituições em que trabalham, 6 dos 8 entrevistados referem trabalhar em instituições privadas comunitárias, enquanto outros 2 trabalham na rede pública. Dado que demonstra que a formação no RS segue a tendência posta no Brasil inteiro, onde a educação superior se concentra na rede privada de ensino.

Referente à carga horária dos cursos, os dados coletados revelam que 5 cursos possuem um total de 3000 horas, 1 refere 3604 horas, 1 refere 3180 horas e 1 refere 3150 horas. Referente à carga horária de estágio obrigatório, conforme posto pela Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS, o estágio obrigatório deve conter um mínimo de 15% da carga horária total do curso, das 8 IES que possuem o curso na modalidade presencial, 3 revelam que a carga horária de estágio não atinge os 15% mínimos do total da carga horária do curso – revelando irregularidade ao estipular este quesito na composição do projeto pedagógico de curso (PPC) -, e os outros 5 cursos contemplam o percentual previsto na PNE da ABEPSS.

Dos 8 sujeitos alcançados, todos trabalham em Universidades e, quando perguntado qual período das atividades de graduação nessas IES, 7 responderam que as atividades de formação são na parte da noite, enquanto 1 referiu que as atividades se dão na parte da manhã. Quando perguntado sobre quantos assistentes sociais contém o corpo docente dos cursos, 1 curso referiu mais de 10; 1 referiu 10; 1 referiu 9; 1 referiu 8; 1 referiu 5; 1 referiu 4; 1 referiu 3 e 1 referiu 1.

É válido ressaltar que, deste levantamento, 2 sujeitos trabalham em IES que já estão com as modalidades presencial e EaD em atividade, o que revela sobrecarga de trabalho ao coordenar ambas modalidades, considerando que uma IES tem 3 assistentes sociais no corpo docente e outra conta com 5, assim, organizar e gerenciar um curso com ambas modalidades eleva a demanda de trabalho para um grupo reduzido, uma vez que, a concentração de matrículas é ampliada na rede privada na modalidade EaD e, essa

demanda exige um profissional polivalente para exercer sua função em acordo com as demandas das IES, neste aspecto, vale lembrar que a rede privada não possui a mesma estabilidade de trabalho como a rede pública dispõe.

Nesse aspecto, considerando que as entidades representativas da categoria são um refúgio para o corpo profissional elaborar estratégias de enfrentamentos à precarização do trabalho e defesa da formação buscando por incidência política, o formulário de coleta buscou um entendimento sobre a organização política de assistentes sociais docentes junto às entidades da categoria (ABEPSS e conjunto CFESS-CRESS). Nesse sentido, perguntou-se se o curso encontra-se filiado a ABEPSS, onde 6 referiram que sim e 2 que não, também foi perguntado se o curso possui docentes filhados à ABEPSS e 5 informaram que sim, 2 que não e 1 não sabia responder, ainda sobre a ABEPSS, apenas 2 dos participantes informaram que tem assistentes sociais da IES participando da gestão regional, enquanto os outros 6 informaram que nenhum docente participa da gestão da ABEPSS, em âmbito da Executiva Nacional da ABEPSS os 8 informaram que não há participação na gestão.

Quanto ao conjunto CFESS-CRESS, 6 participantes informaram que não há colegas da IES participando da gestão do CRESS-RS 10ª região, enquanto outros 2 informaram que sim; quanto aos NUCRESS do RS, o quantitativo se repete conforme participação do CRESS-RS. Quanto à participação de assistentes sociais docentes do RS em gestão do CFESS, não há nenhum participante, conforme os dados coletados até o momento.

Esse levantamento indica certa fragilidade de assistentes sociais docentes participarem politicamente nas entidades organizativas da categoria, considerando que no estado do RS já beiram aproximadamente 9 mil profissionais com registro em situação regular no CRESS, enquanto a corporação a nível nacional já bate mais de 180 mil inscritos, a participação nas entidades representativas é de suma importância para o momento atual. A articulação das entidades representativas com as UFAs propicia a constante interlocução na relação entre formação e trabalho profissional, principalmente na defesa das diretrizes curriculares, no entanto, o que se observa é uma participação diminuta de docentes das UFAs presenciais junto às entidades nos espaços de gestão destas.

Essa articulação política junto às entidades possibilita que se fortaleça as UFAs ao reforçar a necessidade das diretrizes curriculares se estabelecerem frente aos arranjos que as IES realizam para contemplar os ajustes impostos pela política educacional brasileira. Nesse aspecto, Raichelis destaca que a contraposição

ao aligeiramento e o pragmatismo imperantes na política educacional brasileira, as diretrizes curriculares reforçam a perspectiva de uma sólida e crítica formação acadêmica com rigoroso tratamento teórico, histórico e metodológico da história social e do serviço social, que favoreçam a compreensão das necessidades sociais das classes e grupos subalternos e possibilitem a formação de respostas criativas aos desafios com os quais os(as) profissionais se defrontam no cotidiano institucional (RAICHELIS, 2019, p. 77).

Nesse sentido, se identifica a necessidade das entidades se articularem mais às UFAs, para fortalecer o projeto de formação em confluência com as diretrizes, essa necessidade se expressa quando se visualiza cursos presenciais com certa dificuldade de organizar as prerrogativas de estágio obrigatório em quesito de afinar carga horária mínima de acordo com a PNE da ABEPSS.

Ao fechar essas questões gerais para entender como se configura a formação no RS, a maneira mais coerente de entender o porquê a formação apresenta quadros docentes com poucos assistentes sociais, redução das UFAs presenciais, diminuta articulação política entre as entidades e dificuldades de manter curso afinado às prerrogativas formativas da ABEPSS na atual conjuntura em razão das mudanças da política de educação superior que se deu nos últimos 3 anos (no período pós-golpe de 2016), segue a análise dos dados coletados através de entrevista via formulário *online* com assistentes sociais que coordenam cursos presenciais no RS. Os dados deste instrumento de pesquisa serão apresentados na próxima seção textual, a fim de identificar quais as implicações postas para formação profissional na atualidade e como estas incidem nas configurações da formação presencial no RS.

#### **4.1 ASPECTOS DA FORMAÇÃO PRESENCIAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RS NA ATUALIDADE**

Essa seção foi elaborada a partir de dados coletados junto aos Coordenadores de cursos presenciais do RS. O seu enfoque objetiva uma análise qualitativa das respostas sistematizadas em plataforma utilizada no processo de coleta de dados, assim, metodologicamente, fecha a triangulação realizada em pesquisa na articulação destes dados empíricos com os documentais e bibliográficos consultados para elaboração deste trabalho sob forma de dissertação.

Para além do debate já exposto nos dois eixos anteriores sobre o impacto do golpe de 2016 para as transformações societárias em curso na atual conjuntura e seus rebatimentos na educação superior e na formação em serviço social no RS, que se valeu

da técnica de análise documental associada a análise de conteúdo aplicadas à revisão bibliográfica e de documentos oficiais e sua organização sistemática para elaborar conhecimento teórico, esta seção textual fecha com chave de ouro este trabalho ao trazer dados empíricos constituído pelas percepções de cada entrevistado coloca para a problemática central deste trabalho, que versa por identificar como as configurações da educação superior no Brasil incidem na formação profissional de Serviço Social em cursos presenciais no RS? Além do adensamento teórico para com o golpe de 2016 e seus impactos nas transformações societárias em andamento, esse trabalho finda com a colaboração de assistentes sociais que trabalham na coordenação dos cursos presenciais do RS para entender como todos esses elementos se interconectam dialeticamente e configuram a formação de assistentes sociais em solo gaúcho.

Na atualidade, o RS possui uma totalidade de 13 UFAs que formam assistentes sociais na modalidade presencial, universo de amostra que possibilitou chegar até 8 coordenadoras/es destes cursos que aceitaram o convite para participar como voluntários da pesquisa desenvolvida nesta dissertação. Este universo de amostra atingido se mostrou relevante e significativo para o estudo desenvolvido, a proposta de exposição de dados apreendidos se dará via sistematização de tabelas referentes às respostas coletadas nesta etapa da pesquisa, esta organização se dá para fins didáticos e de melhor compreensão da análise destes dados, apresentando em seu escopo a questão colocada para coordenadores de cursos e suas respostas.

Tabela 4 - Primeira pergunta do questionário

Pergunta	Entrevistado	Respostas
	CCC1	Expansão das EADs, precarização na qualidade de ensino, privatizações, cortes nas bolsas de ensino, mudanças na política de incentivo educacional de ensino superior.
	CCC2	Fragilização orçamentária que vem impactando diretamente na qualidade; no caso de IES comunitária, remodelagem de financiamentos estudantis dificultando o acesso de inúmeras pessoas; reorientação a nível nacional das formas de concepção curricular e das metodologias de ensino; incentivo à educação mercadológica.
	CCC3	Precarização das políticas de apoio e a falta de investimentos em novas possibilidades de incentivo à educação superior; cortes de verbas e bolsas
	CCC4	Flexibilização dos currículos; inserção de 20% da carga horária do Curso EAD; diminuição do financiamento para os alunos.

Para você, quais as principais mudanças que ocorreram na política da educação superior brasileira nos últimos 3 anos?	CCC5	Flexibilização de avaliações de curso de graduação de nível superior, permitindo a abertura de muitos cursos a distância.
	CCC6	A redução no número de bolsas ou financiamento para a permanência na educação superior; a grande invasão de cursos em EAD e a venda de muitas IES pequenas para grupos de educação internacionais com viés de mercado.
	CCP1	Do ponto de vista econômico, um enxugamento dos recursos destinados a esse setor de política pública. Do ponto de vista político e ideológico, desqualificação do espaço universitário e sua relevância na pesquisa e na produção de conhecimento, principalmente das ciências sociais e humanas
	CCP2	proliferação de cursos em EAD; concepção de mercantilização do ensino; fechamento de instituições privadas presenciais; baixa qualidade no ensino; pouca oferta de vagas de estágios obrigatórios e remunerados; precarização do trabalho docente; aumento de índices relacionados a saúde mental; empobrecimento dos alunos; dificuldade de terminar o Curso no prazo; poucos professores assistente sociais para dar aula no Curso; falta de oferta de disciplinas do SS anuais devido a reorganização institucional; dificuldade de dar direção às diretrizes curriculares a partir da perspectiva crítica.

Referente a primeira questão (apresentada na Tabela 4) esta indagava os participantes da pesquisa o seguinte: Para você, quais as principais mudanças que ocorreram na política da educação superior brasileira nos últimos 3 anos?

O conjunto de respostas obtidas revelam similaridades e distinções na forma como os sujeitos percebem essas mudanças, as semelhanças situam a precarização da educação superior, fazendo referência às alterações nas políticas de incentivo educacional que diminuem o financiamento estudantil na rede privada para o acesso e permanência na educação superior, elemento que se manifesta em cortes nas bolsas de ensino. Ainda na rede privada, percebe-se os impactos dos processos de privatização da educação, onde a modalidade EaD atualmente é majoritária, sua presença impacta na qualidade de ensino das IES privadas, conforme Dardot e Laval (2016), essa presença pode aparecer como “lógica concorrencial”.

No caso da lógica concorrencial da educação na esfera privada, tem-se uma estrutura de educação que se divide nas modalidades presencial e EaD, ambas para manter seu funcionamento dependem de recursos financeiros, geralmente obtidos via mensalidades, a questão que se levanta na concorrência é acerca dos custos, no caso, a modalidade presencial necessita de estrutura física com salas de aula, biblioteca, corpo docente qualificado, laboratórios de informática e educação, e demais elementos

necessários em IES. Essa infraestrutura demanda custos de manutenção como água, energia elétrica, limpeza e demais serviços essenciais para garantir a funcionalidade das IES em suas demandas, na modalidade EaD, essa infraestrutura geralmente demandam menos custos financeiros para as IES.

No caso, a concorrência aparece no fator econômico quando um curso presencial da modalidade privada de ensino chega a ter mensalidades até dez vezes mais onerosas em relação à EaD, muitas vezes, o valor equivalente a um semestre de formação em algumas IES presenciais, equivale ao valor de oito semestres de uma IES EaD. Com essa lógica econômica sobreposta à educação, as IES acabam por se remodelar para oferecer uma melhor qualidade de formação e justificar os investimentos nesta, essa reconfiguração impacta nos cursos da seguinte maneira: flexibilização dos currículos dos cursos e das avaliações de cursos de nível superior, reformulação de metodologias de ensino e de projeto pedagógico de cursos em sua concepção curricular, e reconfiguração de uma perspectiva de ensino inclinada ao viés mercadológico, como constatado nos depoimentos coletados por CCC.

Quanto aos CCP, ao fazerem menção a fragilização orçamentária, estes destacam o enxugamento de recursos para funcionamento das IES públicas, enxugamentos estes que afetam a organização da educação de maneira geral. Neste aspecto, põe-se em destaque que a redução orçamentária afeta o trabalho desenvolvido por docentes, técnicos administrativos e setores terceirizados (que trabalham com manutenção da infraestrutura das IES, como limpeza, consertos e serviços gerais).

A CCP1 destaca o aspecto político e ideológico que desqualifica o espaço universitário público, em que pese nas IES sua produção de pesquisas e conhecimento, somado a isto, a CCP2 destaca a precarização do trabalho docente, aumento de índices relacionados à saúde mental, dificuldade da permanência de estudantes no curso e dificuldade de afinar as diretrizes curriculares à formação com perspectiva crítica e a falta de disciplinas específicas de Serviço Social na formação em decorrência de reorganização institucional.

Com base nas respostas colhidas de CCs, as principais mudanças que vem ocorrendo de 2016 até o momento vai ao encontro da expansão do EaD, no caso da formação em Serviço Social, como já verificada nesta dissertação na sistematização de dados das sinopses da educação superior, se verificou que a expansão desta modalidade no RS encontrava-se presente em 120 municípios com 429 polos educacionais. Além de apontamentos sobre alterações nas políticas de financiamento para acesso e permanência como também cortes em bolsas e verbas, soma-se a isto a reorientação e flexibilização

curricular postas para à metodologia de ensino, estas apontam o incentivo da educação mercadológica.

Convém salientar que as IES, onde esses CCC trabalham, são associadas ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG)<sup>56</sup>. Em algumas reuniões da Comissão de Formação Profissional do CRESS-RS, historicamente alguns representantes destes cursos apontavam o que se reforçou nos depoimentos apresentados sobre a flexibilização curricular, a preocupação com possibilidade da transição de cursos presenciais para EaD e que, devido essa expansão do EaD, a lógica concorrencial da racionalidade neoliberal (DARTOT; LAVAL, 2016) vem paulatinamente sufocando esses cursos. Além da situação se revelar dramática quando se levanta a possibilidade de fechamento da UFA, caso o curso não se disponha a acatar as mudanças apresentadas pelas IES, quando acata, atende uma diversidade de atravessamentos institucionais que dificultam a implementação das diretrizes curriculares e orientação formativa crítica, objetivamente, ainda há cursos com corpo qualificado e com experiência à frente desses cursos, no entanto, a precarização das condições de trabalho relatadas acaba por dificultar o trabalho docente com qualidade.

Com base nas respostas coletadas, se verificam como principais mudanças o caráter econômico que impacta diretamente nas políticas de financiamento estudantil para as IES privadas e no enxugamento de recursos na pública, o caráter político que visa desqualificar o espaço de educação pública que não aparece tão nítido na privada e que, de certa forma, corrobora com a lógica mercadológica da educação, onde se deprecia o público e aprecia o privado ao custo que a concorrência exige das IES constantes remodelações dos modelos formativos para atender ao mercado de trabalho. O impacto dessas remodelações precariza a relação do trabalho da docência, de um lado há a necessidade de atender as demandas institucionais, de outro, o compromisso em formar assistentes sociais com qualidade e garantir qualidade nos serviços prestados às instituições e estudantes que buscam por formação nestas, como pode ser conferido na próxima pergunta, a qual atenta por identificar como essas mudanças na esfera da educação superior impactam nas IES.

---

<sup>56</sup> Nas reuniões mensais da Comissão de Formação Profissional, que ocorrem na sede do CRESS em Porto Alegre - RS, na qual este pesquisador acompanha sistematicamente, já chegou relatos que o COMUNG tem um planejamento de reestruturação das IES para formar uma base comum curricular geral, incorporando os aportes das TICs com a flexibilização de currículos. Para a formação em Serviço Social se apresenta uma questão crucial acerca de quem, quando e como irá ser feita essas mudanças curriculares que, a longo prazo, deve atingir todas as IES que ofertam curso de Serviço Social filiadas ao COMUNG.

Tabela 5 - segunda pergunta do questionário

Pergunta	Entrevistado	Respostas
Você identifica que essas mudanças impactaram na sua IES? Se sim, indique como:	CCC1	AS EADs impactaram muito. Há muitas EADs na cidade da UFA e região.
	CCC2	Processo de reinvenção estrutural e pedagógica na IES para sobreviver ao cenário atual.
	CCC3	Sim, o simples impacto se torna cruel na medida em que causa medo, insegurança, redução no número de alunos, entre outros.
	CCC4	Mudança do Currículo, diminuição de disciplinas específicas e o aumento do compartilhamento com vistas a diminuição de custos; diminuição do número de alunos no Curso Presencial; precarização das condições de trabalho dos professores e diminuição do número de professores assistentes sociais
	CCC5	Concorrência desleal no quesito "valor de mensalidade" e, conseqüentemente, redução no número de alunos no ensino presencial.
	CCC6	As mudanças impactaram na IES e no Curso, pois houve diminuição do número de alunos nos Cursos de forma geral.
	CCP1	Estamos passando por uma série de restrições orçamentárias que tem impactos diretos na dinâmica de funcionamento da instituição. As ingerências governamentais colocam os gestores universitários em uma situação de constante imprevisibilidade e instabilidade, minando os projetos de gestão e a universidade como um todo.
	CCP2	Todos esses impactos se relacionam diretamente com o processo de formação na UFA: poucas ofertas de vagas de estágio; aumento de alunos no processo de acompanhamento discente; relações de poder institucionais.

A compilação das respostas reforça que os impactos mais sentidos em IES que tem formação em Serviço Social elenca a precarização do trabalho docente, diminuição de disciplinas específicas do Serviço Social, dificuldades de conseguir estágio obrigatório, redução de ingresso de estudantes nos cursos e redução de docentes assistentes sociais que trabalham na formação. Soma-se a isto, o fator de concorrência desleal sobre os valores de mensalidades entre IES privadas presenciais e IES EaD, bem como, a necessidade de revisão curricular e dos projetos pedagógicos de formação de cursos. Esses impactos causam condições que propiciam insegurança e medo em relação ao funcionamento das IES e na forma como estas vão desenvolver suas atividades de educação e de formação em Serviço Social. Essas reconfigurações da educação

perpassam a racionalidade neoliberal e sua lógica concorrencial, conforme já posto por Laval:

O neoliberalismo, tal como é aplicado, não se apresenta como uma doutrina e menos ainda como uma ideologia. E os que trabalham como seus agentes nem sempre o aplicam conscientemente como um programa político ou teoria. Eles se julgam realistas ou pragmáticos. Em outras palavras, aceitam obedecer à injunção maior do neoliberalismo que é a adaptação ao jogo da concorrência generalizada, e isso do topo à base da hierarquia de responsabilidades do sistema educacional (2019, p. 10).

Neste aspecto, os depoimentos demonstram que os impactos das políticas educacionais nas IES as conformam no que o autor pontua como adaptação ao jogo da concorrência generalizada. Se ao lado da formação presencial privada o principal impacto sentido remete a um constante reordenamento para atender a lógica do mercado, no âmbito da formação pública se verifica o impacto neoliberal na retração dos investimentos nas áreas de educação pública, em que pese as universidades. Essa retração é parte de uma estratégia de reduzir o Estado, ao passo em que, as ingerências governamentais contingenciam investimentos, se verifica a instabilidade na gestão do espaço universitário público, no mesmo tempo em que se cria uma ilusão de que o serviço público é precário e sucateado, a resposta para tal ingerência parece ser unânime, a de jogar essa prestação de serviço para o setor privado, movimento que faz com que o direito à educação superior veladamente se converta em mercadoria, privado, e de alcance para a clientela que arcar com seus custos.

O programa FUTURE-SE, apresentado como medida de solução dos problemas universitários em espaço público no intuito de descentralizar a gestão pública para o campo econômico, a saber em nível nacional, tem, no RS, rejeição total, uma vez que, das 3 IES públicas que ofertam Serviço Social no RS, o programa foi rejeitado pela comunidade acadêmica nas 3. Conforme apontamentos das comunidades da UFRGS<sup>57</sup>, UFSM<sup>58</sup> e UNIPAMPA<sup>59</sup>, a primeira já vem desde o dia 23 de agosto de 2019 sinalizando o que já vinha sido dissertado sobre os reflexos de uma herança golpista:

O projeto não pode ser considerado fora de um contexto maior, em que é acompanhado de uma campanha ideológica sistemática de agressão e difamação da Universidade pública; de decisões de ordem econômica que levam as Universidades Federais a uma crise financeira inédita – na qual se antevê a

---

<sup>57</sup> Nota na íntegra da UFRGS disponível em: <<https://www.assufrgs.org.br/2019/08/23/consun-da-ufrgs-diz-nao-ao-future-se/>>.

<sup>58</sup> Nota na íntegra da UFSM disponível em: <<https://www.ufsm.br/2019/10/03/nota-consu-sobre-future-se/>>.

<sup>59</sup> Nota na íntegra da UNIPAMPA disponível em: <<https://unipampa.edu.br/portal/consuni-decide-pela-nao-adesao-ao-future-se-e-lanca-nota-sobre-o-tema>>.

interrupção de suas atividades regulares. Esse contexto é agravado pela vigência da Emenda Constitucional 95, que aprofundará a crise. O governo federal procura pôr a culpa de uma crise fiscal complexa nas conquistas do Estado de Direito que foram obtidas pela organização da sociedade a partir de 1988 (UFRGS, 2019, s/p).

No centro do RS, a UFSM se posicionou contrária ao programa, pois afirma por decisão do Conselho Universitário (CONSUNI), via nota pública, que o FUTURE-SE “compromete a garantias constitucionais como indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” (UFSM, 2019, s/p). Tratando-se de proposição de reforma universitária “focada na questão do financiamento da educação superior, que não contempla a complexidade da universidade e a pluralidade e integração do tripé ensino, pesquisa e extensão” (UFSM, 2019, s/p), dizia a nota publicada pela instituição em 2 de outubro de 2019.

Por sua vez, a UNIPAMPA, na fronteira oeste do estado, também se posicionou contrária ao programa, considerando que:

O programa não aponta contribuição significativa à grave crise financeira vivida pela Universidade, em face do dramático bloqueio de 34% de seus recursos orçamentários associados a custeio e capital. Acreditamos que é fundamental reafirmar os preceitos legais de nossa Constituição, nos Artigos 207 e 211, que asseguram autonomia de gestão financeira, ao mesmo tempo, o compromisso da União com o financiamento das instituições de ensino públicas federais, o Artigo 55 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece que a União “deve assegurar recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de ensino superior por ela mantidas”. [...] O programa também não cria novas expectativas diante dos desafios de uma universidade de fronteira em fase de consolidação, criada a partir de uma política de interiorização da educação pública, gratuita e de qualidade, cuja missão mais nobre é ajudar o desenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul, deprimida economicamente, por razões históricas e sociais, cujas políticas afirmativas ainda são necessárias (UNIPAMPA, 2019, s/p).

Os debates realizados nas universidades públicas demonstram os rebatimentos do plano de governo eleito no pleito de 2018, que em sua proposta para educação afirmava que “a educação também deveria ser melhor com o valor que o Brasil já gasta”, como em destaque:

as universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa (Proposta de Plano de Governo, BOLSONARO, 2018, p. 46).

Os resultados da lógica neoliberal restaurada pós-golpe e atualmente conduzida pelo governo, principalmente na perspectiva de reduzir o Estado em sua função de garantir orçamento necessário para as IES públicas (vide contingenciamentos anualmente

anunciados pelos Ministros da pasta do MEC) acaba por refletir diretamente na gestão dos espaços universitários públicos, afetando diretamente toda dinâmica de funcionamento das IES. Na rede privada, essa redução orçamentária direcionada para programas de financiamento estudantil<sup>60</sup>, ao tempo que impacta diretamente IES privadas sem fins lucrativos (ou comunitárias) com a redução do ingresso de estudantes, promove uma reconfiguração nos modelos de gerenciamento universitários nessas IES, que passam a ter de se adaptar para oferecer uma educação “diferenciada” das demais IES, expressando assim, sua inserção na lógica concorrencial.

Os tensionamentos da lógica concorrencial se expandem de tal forma que apresenta insegurança e medo conforme se verifica nos depoimentos de CCC de Serviço Social do RS. Ao passo que se modifica o modelo de gerenciamento de IES, o impacto em seus cursos de formação superior busca por reduzir custos sob justificativa de eficiência da forma como se aplica o ensino nas IES, Iamamoto destaca que:

Essa tendência é compatível com a premissa de que o mercado – leia-se o capital – é portador da racionalidade sociopolítica e o agente principal do bem-estar da República. Ela tende a deslocar direitos sociais, entre os quais a educação superior, para o setor de prestação de serviços definido pelo mercado, segundo os critérios de produtividade, competição e eficiência, desfigurando-a e mutilando-a, ao tempo em que comprime o espaço público e amplia o espaço privado (IAMAMOTO, 2015, p. 438).

Essa tônica destacada por Iamamoto (2015) não é novidade, mas na atualidade toma maior força quando a direção do Executivo eleita no pleito de 2018 se inclina a essa lógica ao querer privatizar o que é público com suas propostas de fechar “parcerias público-privado”, ao tempo que exige o Estado de garantir funcionamento pleno das IES públicas e sua autonomia universitária, paulatinamente, passa para o mercado a função de “financiar e administrar seus investimentos” na rede pública, por consequência, as IES tendem a servir somente ao interesse de seus financiadores do setor privado e perdem seu caráter público e redimensionam a forma como é executado o ensino superior na formação de quadros profissionais de educação superior, repercutindo também onde situam-se os cursos de Serviço Social, acarretando implicações para a formação profissional.

---

<sup>60</sup> Conforme verificado na “ilustração 2” desta dissertação, até o ano de 2017, o financiamento estudantil apoiado com fundo público para estudantes da rede privada era responsável ao equivalente de 46,3% do total de matrículas ativas nas IES privadas.

Tabela 6 - terceira pergunta do questionário

Pergunta	Entrevistado	Respostas
Como essas mudanças incidiram no curso que você coordena?	CCC1	Baixa procura de alunos. Em 2015, a Instituição decidiu pelo fechamento do curso. Hoje estamos com uma aluna.
	CCC2	Diretamente: diminuição de alunos na área; ampla oferta no mercado de cursos na área de Serviço Social; repensar pedagógico.
	CCC3	Redução no número de alunos; redução nos investimentos seja na graduação ou pós-graduação.
	CCC4	As considerações realizadas acima, respondem à questão
	CCC5	Idem resposta anterior.
	CCC6	Observa-se que isto de certa forma afeta ao Curso, pois tivemos uma menor entrada de alunos nos últimos anos.
	CCP1	Do ponto de vista econômico, houve um corte de mais da metade dos recursos do curso de serviço social e seu respectivo congelamento/bloqueio. Também tivemos suspensão de algumas bolsas e rumores de perder outras. Recebemos um memorando para economizar luz, não usar ar condicionado etc. Essas contas se encontram atrasadas. Também foram cortados recursos para capacitação e participação em eventos. Do ponto de vista da gestão, os novos decretos nos demandaram uma série de reuniões para adequar fluxos e estruturas organizacionais na perspectiva de flexibilidade e da precarização das relações de trabalho. Um dos decretos foi derrubado por uma liminar judicial e permanecemos com a estrutura atual, entretanto, estamos nessa incerteza. Também há muitos outros aspectos, como o tratamento dispensado aos reitores que se manifesta por meio de decretos, verticalização, desrespeito as escolhas de gestores etc.
	CCP2	Buscou-se realizar com os professores um diálogo constante sobre o processo pedagógico, de formação, da política e assistência estudantil, formulação de estratégias e pesquisa em relação ao perfil do aluno etc. e ainda participando de movimentos coletivos – ATOS - juntamente com a população de forma geral, na defesa da educação pública e de qualidade.

Os principais rebatimentos postos para a formação em Serviço Social no RS, além das condições objetivas que conformam a questão social na atualidade e exige um perfil amplamente qualificado em sua formação técnica-operativa, teórica-metodológica e ética-política para trabalhar em suas expressões, encontram no reordenamento da política de educação superior os elementos que impactam para além da implementação dos princípios e diretrizes formativas da profissão junto às IES.

No caso, trata-se das condições objetivas de acesso, permanência e conclusão de cursos no ensino superior. Na rede privada se constata a redução do ingresso de

estudantes nos cursos, fato que levou à extinção de um curso presencial no centro do estado do RS por uma baixa adesão que vem progressivamente apontada nos dados do INEP, na redução de ingresso de estudantes a cada ano. Essa baixa progressiva exige que os cursos da rede privada se reformulem com reformas de currículo que implicam em adequações pedagógicas de ensino e flexibilizações curriculares que tendem a impor limitações às prerrogativas das diretrizes curriculares da ABEPSS, como por exemplo, abrir mão de disciplinas obrigatórias de Serviço Social, descompasso entre as orientações da PNE da ABEPSS no quesito de carga horária mínima e as condições institucionais para garantir um estágio de qualidade com supervisão direta.

Na rede de educação pública essa lógica de reordenação dos currículos para os cursos de ensino superior já é realidade para aqueles que aderiram a portaria 2.117/2019<sup>61</sup> que também condiciona a rede privada. A referida portaria que permite aos cursos de graduação (com exceção do curso de medicina) adequarem 40% da carga horária total de cursos em EaD visa reduzir custos institucionais e aumentar a eficácia das formações de quadro superior.

Ainda sobre as mudanças das políticas educacionais, quando a CCP1 se refere a corte em mais da metade do orçamento do curso em que atua, os impactos eminentes dos congelamentos (chamados de contingenciamentos<sup>62</sup>) implicam suspensões e perdas de bolsas em projetos de pesquisas, perda de recursos para capacitação de pessoal, bem como, orientações para economizar luz e poupar insumos para funcionamento dos cursos nas universidades. Ao mesmo tempo que gera impasse para adequar as demandas dos cursos a nova realidade desprovida de recursos, cria-se também um desgaste dos trabalhadores que fazem as instituições exercer seu pleno funcionamento e função social (técnicos administrativos, docentes e terceirizados) com os gestores destas IES, reitores e pró-reitores.

No caso da formação em Serviço Social, onde a categoria historicamente constrói um debate sobre a defesa da qualidade da formação orientada pelas diretrizes da ABEPSS em confluência com ensino, pesquisa e extensão de qualidade e excelência sob o horizonte de dar concretude ao projeto ético político profissional no mundo do trabalho, percebe-se que antes do debate chegar nesse nível da qualidade que se almeja para a formação, essa formação acaba comprometida de acordo com premissas básicas que, via de regra,

---

<sup>61</sup> A referida portaria entrou em vigor dia 06 de dezembro de 2019, e seu conteúdo “Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

<sup>62</sup> Os impactos sentidos no ano de 2019 se deram principalmente via decreto nº 9.741 de 20 de março de 2019.

deveriam ser garantida pelas IES. Neste aspecto, a formação é estruturalmente afetada tanto nas IES públicas mediante ameaça à autonomia universitária, quanto nas privadas, onde se revelam condições de trabalho que restringem cada vez a autonomia dada a assistentes sociais, fator que aparece na rede pública, porém com menor intensidade.

Tabela 7 - Quarta pergunta do questionário

Pergunta	Entrevistado	Respostas
Quais os elementos positivos e negativos que você identifica nessas mudanças?	CCC1	Nenhuma mudança positiva.
	CCC2	Provoca a desconforto sobretudo na forma de pensar a formação; instiga a buscar o novo; lamentavelmente o sentido mercadológico dado ao ensino superior tem se ampliado sobremaneira; o distanciamento deste ensino como direito dos sujeitos.
	CCC3	A luta é diária e constante em que todos precisamos nos reconstruir com novas estratégias de sobrevivência.
	CCC4	<b>Positivo:</b> compartilhamento de disciplinas permite uma formação mais integral e na lógica da interdisciplinaridade. <b>Negativo:</b> Diminuição de disciplinas específicas do Curso
	CCC5	Maior acesso da população ao diploma universitário, pode ser avaliado positivamente. A consequência negativa é o descontrole sobre a qualidade oferecida nesses cursos produzindo profissões cada vez mais precarizadas ética, teórica e tecnicamente.
	CCC6	<b>Positivo:</b> o colegiado estar mais unido para pensar estratégias para superar a crise. <b>Negativo:</b> por ter menos alunas, diminuição de turmas, demissão de professores.
	CCP1	Positivos nenhum. Negativos todos. A Universidade está ameaçada na sua existência e excelência. Conquistas como a democratização do ensino superior estão seriamente comprometidas com um projeto de desmonte que visa incidir nos campos político e ideológico.
	CCP2	<b>Positivo:</b> nenhum <b>Negativo:</b> Todos - revela-se pela direção dada ao direito à educação na contramão que foi construída historicamente.

Referente à questão posta, de que, se os CCs identificam algo de positivo nessas mudanças, a predominância das respostas referem-se ao aspecto negativo, principalmente pelas mudanças que vem ocorrendo na educação superior que, cada vez mais se constitui na contramão de um direito social, caminhando na mão da mercantilização da educação e do ensino. As respostas coletadas sintetizam-se em acordo com os dados obtidos nas

outras questões do questionário, onde transversalmente aparecem aspectos que referem mudanças negativas para o modelo de educação que se tem no Brasil.

Os aspectos negativos emergem, como já identificado em outras questões do questionário, que em síntese, tratam o seguinte: redução de disciplinas obrigatórias de Serviço Social; formação profissional precarizada em sua constituição teórica, ética e técnica; dilapidação do direito à educação; mercantilização da educação e distanciamento da concepção desta como direito; diminuição de ingresso de estudantes, de turmas e por consequência a demissão de docentes; ameaça à existência e excelência da função sociopolítica da universidade.

Embora 3 das 8 respostas identifiquem aspectos positivos, estas referem-se à possibilidade de criar oportunidades frente as adversidades vivenciadas por quem trabalha na formação de quadros de nível superior; possibilidade de articulação à formação em perspectiva interdisciplinar; a unidade do corpo docente do curso para pensar em estratégias coletivas. Quanto a “democratização do acesso à educação superior” como aspecto positivo, se dá com a ressalva do descontrole acerca da qualidade da formação profissional que se obtém junto à suposta democratização, que, na atualidade, se faz democrática no nome, mas ataca sua universalidade e caráter público convertendo-a em mercadoria privada e, aos poucos, reservando-a para quem dispor de recursos para acessá-la.

Tabela 8 - Quinta pergunta do questionário

Pergunta	Entrevistado	Respostas
Quais são os principais desafios, os riscos e possibilidades que você identifica para a formação de assistentes sociais no curso que você coordena?	CCC1	Os alunos que se formaram aqui acredito que com muito esforço, manteve-se a qualidade no ensino e todos receberam benefício assistencial.
	CCC2	Desafios de manter, frente as novas tendências, a qualidade da formação; risco de fechamento de cursos na nossa área no âmbito presencial; possibilidades de parcerias com diferentes setores da sociedade civil, novas estratégias de cooperação que viabilizam a continuidade dos trabalhos.
	CCC3	Permanência de alunos; busca por novos alunos; combate à evasão; manter o encanto e a esperança.
	CCC4	Os principais riscos e desafios da formação é desenvolver competências, habilidades e atitudes com currículos "enxutos", com carga-horária mínima, professores envolvidos com demandas diferentes, além das demandas sociais serem cada vez mais complexas. Aliado a isso os Cursos EAD ocupando cada vez mais espaço dentro das Universidades. Hoje, estamos convivendo na mesma instituição com a Formação em Serviço Social na modalidade

		Presencial e EAD. Quanto as possibilidades é investirmos em novas metodologias de ensino a fim de articular melhor as disciplinas compartilhadas com as específicas do Curso, em atividades de extensão e pesquisa.
	CCC5	Manter vivo o curso na modalidade presencial, considerando a concorrência desleal é o maior desafio. Portanto, risco de inviabilizar um dos poucos cursos presenciais do interior ainda em andamento. As possibilidades referem-se à qualidade que temos e que os alunos reconhecem em nossa formação.
	CCC6	Desafios: Conseguir transmitir aos alunos uma ideia de que as coisas no Brasil podem passar e que depende de todos nós para mudar os rumos nacionais.
	CCP1	Possibilidade para os setores progressistas se acordarem e verem que é preciso construir uma Universidade democrática se aproximando da população. O papel do intelectual orgânico se faz necessário e urgente. A universidade se distanciou muito da população e agora nessa crise se identifica que é preciso construir contra hegemonia, mostrar a relevância e o papel da universidade para a população. Risco de perdermos esse espaço que se conquistou com muita luta, um dos espaços mais democráticos da sociedade, a universidade como instituição de saber, de reflexão, de crítica, para nos tornamos tarefeiros, meras engrenagens de um sistema que vai nos super explorar (pois somos trabalhadores), cooptar nossa consciência de classe e potencial crítico.
	CCP2	Riscos: perda da educação pública, da universidade pública - com a projeção do projeto FUTURE-SE; desafios e possibilidades: fomentar a participação da comunidade acadêmica a refletir sobre a atual conjuntura e criar estratégias de resistência; aproximar o aluno do Curso no que tange a processos de planejamento para a formação com vistas a não jubramento; construir espaços de educação permanente para colegas assistente sociais e egressos do Curso para dialogar sobre o processo de formação em serviço social na garantia da perspectiva crítica; parcerias institucionais com vistas ao atendimento das demandas de saúde mental; construção de pesquisas que particularizem o processo de formação em SS; aproximação dos professores na construção de pesquisa, extensão e publicações de forma coletiva com vistas a otimizar processos e romper com a fragmentação, articular com outros Departamentos aulas públicas com discussão acerca do tema da educação pública e ainda fomentar os estudantes a se colocar de forma mais direta e orgânica com o processo do movimento estudantil

De acordo com as respostas obtidas, pode-se destacar como possibilidade a importância e a necessidade da universidade se aproximar da população, somada a necessidade de setores progressistas acordarem para estabelecer em conjunto à sociedade formas de reconhecer a função social e sociopolítica das IES e sua importância

de oferecer ensino à população como direito que contém em si potencial crítico para formar a classe trabalhadora consciente das necessidades de seu tempo e com disposição para voltar sua força de trabalho às necessidades sociais. Essas possibilidades se identificam ao tempo em que se denuncia o risco de perder este espaço, que já é reduzido, para uma lógica que só reproduz um sistema de super-exploração visando lucro, sob pretexto de ampliar e democratizar o ensino superior que se faz necessário, mas não nesta perspectiva.

Considerando as particularidades das IES tanto públicas, quanto privadas, há de se fazer menção ao que Chimini e Lampert sinalizam sobre os rebatimentos da conjuntura brasileira no âmbito da educação superior para a formação:

Compreende-se que, tais rebatimentos, advêm de questões estruturais que acabam por concretizar a falta de recursos para o ensino superior público e gratuito e como resultado, a falta de assistência estudantil, a precarização do ensino, estruturas inacabadas, entre outros. Para as universidades particulares, filantrópicas ou não, comunitárias ou não, as consequências da precarização da educação colocam outras consequências, tais como: a falta de incentivos para a moradias estudantis, pouquíssimos ou inexistentes projetos de extensão, pouquíssimo incentivo para pesquisa, e principalmente cortes nos recursos que serviriam para viagens de estudo de campo e conhecimento *in loco* de campos de atuação profissionais, entre outros, etc. (CHIMINI; LAMPERT, 2016, p. 5).

Frente as conformações políticas e econômicas que, no atual contexto pós-golpe de 2016, acentuou medidas que intensificam a ordem neoliberal na sociedade brasileira, os riscos mais evidentes encontrados para a formação presencial remetem à destituição da formação presencial privada, como já vem ocorrendo no RS, em detrimento da expansão do EaD. Além da tentativa desse setor avançar para a esfera pública, como já apresentado na proposta do programa FUTURE-SE e, em certa medida implementado pela portaria 2.117 de 2019.

É válido ressaltar que a categoria profissional, principalmente o conjunto CFESS-CRESS em parceria com a ABEPSS e ENESSO, vem debatendo tais questões e seus impactos na formação profissional, tendo, no documento “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social”, elaborado por Larissa Dahmer Pereira em 2014, apontamentos que revelam a lógica mercadológica como elemento que se assume para a formação e vai além do EaD, com perspectiva de formação acrítica assentada em condições de precarização do trabalho para formadores desta modalidade, ao passo que tensiona as formas de ordenamento institucional nas IES em que se ofertam cursos na educação presencial:

É fundamental ressaltar ainda que a precarização do processo formativo não atinge somente os/as graduandos/as em serviço social na modalidade EaD, mas também

aqueles que cursam a formação presencial. Contudo, face às peculiaridades do EaD, como a massificação do ensino no que diz respeito ao quantitativo de matrículas em tal modalidade de ensino, a ausência de vivência acadêmica, de contato direto e presencial com um corpo docente amplo e da inexistência da relação ensino, pesquisa e extensão, aprofunda-se a fragilização do processo formativo e, logo, de assistentes sociais qualificados/as de forma a atender os princípios e valores inscritos no Código de Ética profissional de 1993 (CFESS, 2014).

Por óbvio, essa polarização das modalidades encontra na lógica concorrencial neoliberal os fundamentos que justificam disputas internas à profissão, onde de um lado se assume a radicalidade de negar a modalidade EaD, devido sua tendência de formação massiva e funcional tecnicista se filiar principalmente em setores privados com fins lucrativos, enquanto o contraponto demonstra o avanço conjuntural que em seu movimento, vem exigindo da realidade adequações para a classe trabalhadora, limitando-a em suas condições materiais para que busque e se direcione a essa modalidade se quiser lograr uma formação no ensino superior.

Todo esse movimento que se vivencia nas transformações societárias em curso, como já colocado anteriormente na análise do contexto da formação sócio-histórica brasileira sob o eco da contrarrevolução neoliberal, demonstra que este eco encontra materialidade na formação sócio-histórica da realidade brasileira ao tempo em que seu movimento conforma síntese que expressam os fundamentos da vida social sob um manto da racionalidade neoliberal que conforma o que Dardot e Laval (2016) sintetizaram como uma nova razão do mundo.

Esses dois eixos que se organizam como núcleos duros dos fundamentos profissionais são indissociáveis do eixo de fundamentos da profissão que sob perspectiva crítica, encontra no método materialista histórico e dialético suas condições de analisar e intervir na realidade, fatores que conformam os fundamentos da profissão. Essa mesma realidade, por sua vez, reflete as condições materiais postas sob uma organização social que acaba por estabelecer suas relações sociais dentro da ordem neoliberal e sua racionalidade, configurada no modo de produção capitalista contemporâneo.

Conforme demonstrado nas transcrições de CCs presenciais, o rebatimento da incursão de um projeto neoliberal afeta diretamente as UFAs privadas em suas condições objetivas, identificando-se a baixa adesão aos cursos presenciais em relação aos EaD, embora os dados da sinopse da educação superior demonstrem que a procura pela formação em Serviço Social seja maior na modalidade presencial, de acordo com os candidatos inscritos, há uma adesão massiva na modalidade do EaD. Sugerindo que as reconfigurações das formas de financiamento público via Prouni, Fies e outras modalidades

associadas a limitações institucionais, não vem contemplando toda a demanda pelos cursos presenciais.

Nesse sentido, a rede privada que se instituiu como rede complementar de educação pela incapacidade da rede pública oferecer educação sob forma de direito em caráter universal, frente às transformações societárias em curso acabou se reconfigurando com o avanço tecnológico e deslocou a cooptação de recursos públicos de IES sem fins lucrativos para IES privadas com fins lucrativos, fator que impulsiona a força da modalidade EaD em sua condição para instaurar um novo paradigma educacional, que intensifica a perspectiva liberal de concorrência impactando no gerenciamento e organização das demais IES, sejam públicas ou privadas.

Em detrimento da lógica concorrencial tensionada entre as IES privadas, também se identifica a constante remodelação de estrutura pedagógica, reformas curriculares e necessidade de adequação à normativas institucionais em suma flexionadas pelas demandas do mercado de trabalho que apontam a tendência da educação se converter em mercadoria, principalmente, quando se verifica na apresentação de cursos em sítios *online* os seus “diferenciais” apresentados sob formato de mercadoria em propagandas com promessas de alcance e garantia de espaço no mercado de trabalho, aparentemente, desconhecendo a realidade do mercado de trabalho no Brasil em tempos de desemprego estrutural, e também da realidade do mercado de trabalho de assistentes sociais, que dispõe de amplo exército de reserva.

O fator econômico também pesa nesse aspecto, enquanto o estado do RS possui formações presenciais em que as mensalidades das UFAs têm seus valores com variações equivalentes entre  $\frac{1}{2}$  a até 3 salários mínimos mensais, há IES na modalidade à distância que chegam a oferecer uma graduação inteira com valor equivalente a uma mensalidade de IES privada presencial. Esse fator impulsiona a lógica concorrencial e da competitividade, embora essas IES diretamente tratem de formar assistentes sociais minimamente assentados a um perfil profissional condizente com princípios éticos profissionais, indiretamente, antes de preparar profissional para o mercado de trabalho, emerge essa disputa pela ocupação de vagas nas IES e faz com estas se reconfigurem para vender seu produto – no caso a formação em Serviço Social -, muitas vezes, atravessando o que se espera de uma formação profissional de qualidade, legal, crítica e ética.

Por óbvio, esse aspecto já vem de longa data, como se verifica em tese de doutorado de Maciel (2006), que traz em seu principal resultado de pesquisa, a análise da formação

profissional sobre contexto de Universidade em crise, figurando uma travessia necessária para formação em Serviço Social, segundo a autora:

Constata-se que há um processo evidente de transformação da universidade brasileira decorrente das determinações do campo econômico, ancorada pelas diretrizes do Banco Mundial, e do campo político – a ideologia neoliberal – que repercutem mudanças no padrão de regulação social das instituições universitárias e trazem como consequências movimentos institucionais, especialmente do Estado, em construir uma nova identidade e finalidade à universidade, bem como impactam no reordenamento organizacional das universidades. O serviço Social encontra-se demandado e desafiado a refletir acerca desse conjunto de profundas e significativas alterações que estão ocorrendo na universidade, com intuito de compreender que as estratégias que vêm sendo operadas no interior das universidades estão associadas à própria dinâmica inerente da crise vivida pela sociedade capitalista neste início de século (MACIEL, 2006, p. 14).

Diante de tal constatação, as mudanças nas universidades de corte neoliberal se instituem como um projeto de escala societária no modo de produção capitalista e não há novidade acerca das inferências neoliberais nos modelos organizacionais de IES. Entretanto, face as condições históricas levantadas que propiciam a expansão da educação superior e a modalidade do EaD, percebe-se que as medidas neoliberais tomaram maior força no contexto pós-golpe de 2016. Sinalizando que, embora as mudanças no padrão de regulação das IES já viessem sendo modificadas, pode-se aferir uma certa celeridade nas mudanças verificadas em detrimento das condições históricas e materiais que erigiram do golpe e se reverberaram até a atualidade.

Nesse contexto, as IES de natureza pública também sentem os rebatimentos dessas mudanças, ao passo em que a direção do Estado passa a congelar, a contingenciar ou a cortar investimentos para a educação superior, a tendência posta demonstra a deterioração do espaço público e dos serviços prestados, no caso de educação e formações profissionais. Essa lógica favorece que a imagem social das IES públicas se demonstre como inviável e um peso para o Estado, onde a solução, pensada fora das comunidades universitárias, apontam a necessidade de se privatizar bens e serviços em troca de um suposto desenvolvimento que visa privatizar o papel da universidade e sua função social.

Nesse sentido, a formação profissional acaba por sentir os rebatimentos da conjuntura e seu movimento, apresentado sob forma de riscos à precarização, flexibilização, polivalência, submissão, medo e insegurança, passando a constituir as condições objetivas e materiais para assistentes sociais que ocupam o espaço universitário de formação como *lócus* de trabalho. Além das condições éticas e técnicas para o exercício da profissão já se configurarem comprometidos em virtude desses rebatimentos, também há uma árdua tarefa de garantir uma formação com perfil profissional crítico que direcione

assistentes sociais para analisar criticamente a realidade e dotar seu trabalho de sentidos como possibilidade de enfrentar os riscos identificados,

Em vista disso, é necessário que o processo de análise da realidade capacite o serviço social para o trabalho de modo a conectar-se com a produção de processos sociais contracorrentes, ultrapassando a ideia do uso instrumental estar direcionado aos encaminhamentos apenas de forma burocrática, numa perspectiva de execução de tarefas com poucas mediações com a realidade posta, e sem uma reflexão crítica quanto ao que está colocado/demandado à profissão. Sem compreender esses processos complexos que estão por trás da demanda aparente que chegam até o serviço social se impossibilita quaisquer condições de trabalhar alicerçado ao projeto profissional, e para tal, deve-se analisar a essência da demanda profissional, ou seja, pesquisar e investigar cada particularidade para dar respostas necessárias. Do contrário, o resultado da intervenção profissional pelo meio do trabalho poderá alcançar somente resultados esperados pelas instituições ao qual presta o trabalho, muitas vezes com alta qualificação técnica e pragmática, reproduzindo assim, uma identidade atribuída onde sequer a/o profissional logra de relativa autonomia para dimensionar suas faculdades intelectivas a um nível mais amplo na realização do trabalho, como já nos elucidou Lamamoto em Serviço Social na contemporaneidade (LAMPERT, 2019, p. 6-7).

Frente ao conteúdo dissertado e as reflexões acerca dos dados coletados, a formação presencial em Serviço Social vivencia e situa em uma conjuntura que dimensiona riscos para a educação como um todo, sob expectativa de desmonte da universidade pública frente as possibilidades de esta aderir a lógica público-privado. Assim, remodelando a educação sob perspectiva mercadológica ao passo em que as privadas ao serem inclinadas à tal perspectiva, no caso das IES que ofertam Serviço Social no RS, reflete uma formação que vem intensificando a exploração da força de trabalho docente em condições cada vez mais precárias, como verificado com docentes que trabalham em IES com ambas modalidades de formação, presencial e EaD, constata-se que a precarização do trabalho docente implica na qualidade da formação em Serviço Social que passa a ser trabalhada nessa condição de precarização.

O conteúdo coletado reflete como possibilidades para a formação a aproximação com a classe trabalhadora para conhecer suas demandas e, em conjunto com esta, lutar pela defesa de uma formação pública, presencial, de qualidade e socialmente referenciada. O compromisso com uma formação imbricada em uma consciência ética e política que, para além da formação, busque uma educação democrática e acessível à população, que se faça com à população e para a população. Essas possibilidades associam-se às premissas do projeto profissional que encontra na própria formação as condições reais de se disseminar e ampliar seu alcance pela realização do trabalho de assistentes sociais junto à classe trabalhadora, que mediante os riscos já identificados, encontra-se constantemente desafiada pela sociabilidade capitalista.

Para além das colocações aqui analisadas, pode-se destacar que a produção de conhecimento é uma das possibilidades de elaborar estratégias para combater as nuances postas pelas mudanças da política da educação superior e seus rebatimentos na formação. Na sexta pergunta do questionário *online* os CCs foram questionados se acham necessário que se desenvolva pesquisas com estudos direcionados para a área de formação em Serviço Social, por unanimidade a resposta foi de que sim. Isto possibilita uma análise qualitativa da justificativa desta resposta conforme a sétima pergunta do questionário, apresentada na Tabela 9.

Tabela 9 - Sétima pergunta do questionário

Pergunta	Entrevistado	Respostas
<p>Essa questão decorre de uma pergunta fechada que a antecede: Na atualidade você acha necessário que se desenvolvam pesquisas com estudo direcionado para área de formação em Serviço Social?  <b>( ) Sim ( ) Não</b>            (a questão respondida foi "sim" por todas/os participantes)</p> <p>Se a resposta anterior for sim, poderia descrever por que você acha importante pesquisar sobre a área?</p>	CCC1	A qualidade na formação em serviço social não é prioridade e estamos vivenciando uma fragmentação da categoria. O que é preocupante. Deve-se promover mais pesquisas para fomentar um alicerce mais sólido no que se refere ao projeto ético-político da profissão. A qualidade no ensino é assunto muito sério que carece de articulações mais políticas.
	CCC2	Por que a pesquisa provoca, instiga o pensamento crítico, reflete sobre a formação neste caso, cria novos conhecimentos.
	CCC3	A pesquisa tem o potencial de trazer elementos que contribuem para atualização e renovação daquilo que precisa ser renovado. A pesquisa nos indica novos horizontes e possibilidades e fundamenta novos investimentos a serem pensados.
	CCC4	A pesquisa evidencia dificuldades, possibilidades e propõe novas tecnologias para a área da formação.
	CCC5	Avaliar a formação presencial e a distância pode produzir dados que subsidiem novos movimentos acerca de "que profissão" estamos construindo e a que queremos.
	CVC6	Penso que é fundamental continuarmos discutindo como podemos melhor responder aos grandes desafios que nos são colocados cotidianamente na realidade social. É necessário termos mais clareza das nossas atribuições e estabelecermos uma relação de qualidade da teoria com a prática. O projeto ético político tem que cada vez mais estar presente na vida profissional.
	CCP1	A profissão está inserida no movimento da realidade. É preciso compreender suas transformações face a esse contexto perverso e difícil
	CCP2	Porque é a partir da pesquisa que podemos revelar os processos concretos pensando no significado (qualitativo) bem como em dados (quanti) para

	problematização. Estes, nos auxiliam a propor ações que possam também incidir na realidade.
--	---

Frente as respostas coletadas, percebe-se que os riscos postos para a formação em uma conjuntura que não é favorável para garantir a materialização do projeto profissional já no espaço da formação, quiçá pensar nas contradições postas pelo mercado de trabalho ao exercício profissional, encontra, na reconfiguração societária sob ótica classista inclinada ao neoliberalismo, as condições materiais que comprometem a educação no Brasil como um todo, entoadas nas medidas governistas pós-golpe de 2016 que se estendem até a atualidade.

O debate sobre formação demanda compreensão que tais fragilidades encontradas para consolidar as diretrizes formativas nesse processo não se atribuem especificamente as e os trabalhadoras/es que estão nestes espaços fazendo de tudo para atender os anseios da categoria para consolidar o projeto ético-político profissional na formação de novos profissionais. Em acordo com os dados tratados das IES presenciais, muitos dos relatos transcritos indicam que profissionais fazem o possível e o impossível para manter os cursos, prezando qualidade e excelência, a questão central que se revela, encontra nas transformações societárias e suas reconfigurações na sociabilidade, desdobramentos que se materializam a partir do Estado, por via de leis, decretos, emendas, etc. que promovem o desmantelamento da educação e impactam nos cursos de educação superior.

Dessa forma, além das resistências possíveis de serem feitas no cotidiano institucional, se evidencia a necessidade de uma organização coletiva mais ampla para garantir condições dignas para exercer o trabalho profissional na formação em Serviço Social. Como exemplo mais nítido do significado de força da organização coletiva, pode-se situar as IES públicas que ofertam Serviço Social, movimentos contrários ao FUTURE-SE e à imposição de um programa que visa transformar profundamente as universidades sob perspectiva assentada no neoliberalismo a favor da reprodução da lógica do capital, na exploração do trabalho coletivo para acumulação e apropriação privada dos lucros, ao tempo que reforça as desigualdades frente as novas conformações das relações sociais advindas da própria realidade, assim, revela-se na organização coletiva e classista uma possibilidade frente ao tamanho descaso histórico no qual vem vivenciando a educação superior brasileira.

## CONCLUSÕES

O caminho até aqui não foi e não tem sido fácil, mesmo como forma de uma etapa a ser cumprida, a pesquisa nos demanda tempo, dedicação e fôlego para atender os prazos e conseguir produzir conhecimento de relevância para a sociedade, em especial neste trabalho, para a categoria de assistentes sociais do RS. Os desafios identificados para o Serviço Social e sua formação presencial, neste trabalho, demonstram como a relação da formação com o exercício profissional são indissociáveis na sociabilidade que vivenciamos, principalmente em um contexto pós-golpe de 2016 frente suspensão e retirada de direitos socialmente conquistados nos marcos democráticos civilizatórios do final do século XX.

Diante de todo conteúdo percorrido neste trabalho, registra-se a necessidade fulcral de firmar os fundamentos da profissão sob orientação das diretrizes curriculares como elemento orientador das pesquisas desenvolvidas na área de Serviço Social. Trabalhar os núcleos de fundamentos socio históricos, fundamentos da vida social e da profissão é uma tarefa árdua e requer cautela, aprimoramento intelectual de forma constante e conhecimento desses fundamentos como a base que sustenta o processo investigativo, lhe conferindo coerência para demonstrar o movimento do objeto de pesquisa e da realidade investigada que o conforma.

No caso, investigar a formação na região sul é um anseio que decorre desde a graduação, na qual o autor, em sua participação na ENESSO, encontrou o encanto com essa profissão, como também a necessidade de defendê-la ainda com mais garra frente aos contextos adversos que configuram e promovem transformações societárias em terreno sócio-histórico brasileiro. Transformações que encontram na atual sociabilidade condições que mediante acirramento expresso na luta de classes e no recrudescimento das expressões da questão social, acabam por demandar profissionais que venham a exercer suas faculdades no tecido social ao qual se inserem dentro da realidade brasileira e para esta realidade.

Não é nenhuma novidade que a formação em Serviço Social se configura mediante condições contraditórias que movimentam a história e a sociedade no modo de produção capitalista sob uma estrutura socialmente pré-determinada por forças materiais que condicionam a necessidade social da profissão existir no Brasil. No entanto, ao tomar a realidade recente para entender a formação presencial em serviço social no RS, não havia como ignorar o núcleo duro dos fundamentos da formação sócio-histórica recente articulado aos núcleos da vida social e da profissão, que, teoricamente, possibilitaram descortinar um novo tipo de golpe que no ano de 2016 se travestiu de *impeachment* e, a partir de seus

desdobramentos, balizou sucessivas transformações societárias que demarcaram profundamente a sociabilidade brasileira em face do recrudescimento das expressões da questão social.

Como resultado de pesquisa, a leitura do golpe de 2016 identifica seu caráter antidemocrático quando este ataca fortemente os resultados do sufrágio universal e a plataforma de governo eleita para conduzir o Estado nos moldes democráticos até então formulados. Este movimento que tem vergonha de ser chamado de golpe, depois de deflagrado, acarretou numa série de medidas que se respaldaram pelo Estado e a correlação de forças que o orientou neste período histórico, revelando suas forças materiais, principalmente na restauração do neoliberalismo puro e, na destruição de qualquer traço do neodesenvolvimentismo até então em curso.

As evidências mais nítidas dessa restauração neoliberal, sustentada a partir de condições históricas e materiais que a associa a um eco da contrarrevolução neoliberal, são puxadas a reboque do golpe de 2016 e encontram, principalmente, na aprovação da EC 95, da reforma trabalhista, da reforma previdenciária e nas reformas administrativas a entonação neoliberal mais forte que se traduz na redução do Estado e desregulação do livre mercado para supostamente organizar a sociedade.

Essa tônica possibilitou mudanças paradigmáticas no campo político e promoveu mudanças societárias que afetaram toda reconfiguração da sociabilidade no Brasil. As principais mudanças no campo político se deram pelas forças sociais que elegeram o atual mandatário do país, representante do conservadorismo e da ultradireita, eleito com um programa de governo que atualiza valores conservadores conjugados ao neoliberalismo restaurado.

Esses valores são expressamente justificados pela imposição de uma direção governista que intensificou uma agenda neoliberal capaz de promover estrategicamente em benefício próprio o congelamento de recursos de fundo público e por consequência, a dilapidação de serviços públicos essenciais. Essa estratégia neoliberal associa a sociedade a injunção de uma racionalidade neoliberal que estabelece as condições necessárias para a “democracia blindada” seguir promovendo, via condução do Estado, a privatização de bens e serviços públicos essenciais em prol do capital rentista de frações burguesas nacionais e internacionais.

No caso, esses elementos representam uma herança golpista indesejada, que por sua vez, também se caracteriza na polarização política das eleições de 2018, onde se mesclou uma lógica conservadora associada ao princípio neoliberal de reduzir o Estado e privatizar bens essenciais. Essa herança indesejada, além de revelar a hegemonia do

pensamento da classe dominante para estabelecer novas formas de relações sociais conforme seus interesses de classe, acompanhou o movimento que encontra nos fundamentos da vida social, as condições materiais que justificam a nova dinâmica de sociabilidade no Brasil.

Neste aspecto, o movimento societário em curso revela resultante devastação de direitos socialmente conquistados e impactos em múltiplas esferas da sociedade, a EC 95 ao congelar recursos de serviços essenciais para a população brasileira, faz acirrar cada vez mais os tensionamentos entre capital e trabalho, ao reduzir seus investimentos em políticas sociais amplia as desigualdades em tempo que as sufoca, até que a racionalidade neoliberal encontre materialmente e politicamente as condições necessárias para que se privatize a prestação desses serviços, reduzindo o Estado e, por consequência, desregulando o mercado para que este se apresente como solução das tensões entre capital e trabalho.

A reforma trabalhista e previdenciária expressam a forma como o capital vai operar sua dominação de classe sobre classe, em conjuntura que desfavorece as possibilidades de se fazer uma unidade da classe trabalhadora, as reconfigurações trabalhistas a tolgem cada vez mais, limitando os direitos do trabalho formal e atomizando a informalização ao mesmo tempo que vêm domesticando as formas como se exploram a força de trabalho no Brasil. Além da reforma trabalhista, outro expoente dessa dominação que a acompanha, se verifica na reforma previdenciária, em que pese consideração acerca da ampliação da idade mínima de aposentadoria por tempo de trabalho, em certa medida, essa reforma representa a exploração da mais valia extraordinária da classe trabalhadora que, para ter garantido minimamente um direito conquistado junto ao tripé de seguridade social diante dessas transformações societárias, tem de se subordinar as novas configurações que regulam o trabalho ou, caso decline, a tendência é engrossar o volume do trabalho informal e de sobrantes que venham a necessitar de uma política assistencial economicamente esfacelada pós congelamento de recursos da EC 95.

Para o Serviço Social frente a este quadro societário, há dois flancos que sentem as repercussões dessas transformações societárias em curso pós-golpe 2016. O primeiro flanco se manifesta nas forças materiais que sobrepõe o capital ao trabalho, se por um lado essa reconfiguração reduz as políticas sociais e prepara as condições para dominar a força de trabalho, por outro lado se reconfigura a perda de direitos e, as expressões à questão social emergem sob nova roupagem, requisitando do Serviço Social uma formação que propicie uma análise de realidade e intervenção cada vez mais qualificada em uma

estrutura socialmente criada que coloca assistentes sociais para gerenciar o que resta de direitos sociais, cada vez mais reduzido.

O segundo, rebate a formação profissional, ao tempo que os impactos societários atomizam e conformam novas expressões para a questão social, essas transformações exigem da profissão resposta à altura dos desafios que derivam dessa nova sociabilidade. No entanto, essa relação entre formação e trabalho profissional que, é indissociável, se apresenta como uma predeterminação social que impõe ao assistente social atribuições e competências reconfiguradas em cenário de perda de direitos ao mesmo tempo que dispõe de vasto exército assistencial de reserva para operar essas reconfigurações.

A formação por sua vez vê a necessidade de se adequar para produzir novos profissionais que façam jus ao legado profissional crítico neste cenário, entretanto, as condições objetivas que antecedem a formação na configuração da educação superior também foram profundamente alteradas pós-golpe de 2016. Essas transformações alteram a dinâmica das IES onde funcionam cursos de Serviço Social, provocando tensionamentos e atravessamentos para as condições formativas, conforme apurado no processo investigativo da formação presencial no RS, a pesquisa demonstrou em seus resultados a precarização do trabalho, a formação com uma lógica mercadológica, como também o medo e insegurança em relação ao que vai restar para esta formação.

Esses aspectos da formação que se dão no âmbito da educação superior no Brasil, possibilitou analisar as particularidades do RS e identificar como a intensificação do neoliberalismo reflete nas UFAs presenciais impactos na gestão do trabalho, readequação pedagógica, redução no ingresso para formação em detrimento dos cortes econômicos e mudanças nos critérios de fomento ao acesso e permanência nas IES. Além de situar como a lógica mercantil revela incidências para a formação presencial tensionada principalmente pela lógica concorrencial neoliberal.

Frente essas conclusões e os questionamentos que emergiram no processo de pesquisa, os resultados identificados e defendidos nessa dissertação constata a necessidade de estabelecer uma unidade da classe trabalhadora onde o Serviço Social e suas particularidades contribua para transformar a realidade em acordo com os princípios que orientam a formação e o trabalho profissional, quando Marx (2007) já alertava que “não basta compreender a realidade, é necessário transformá-la”, a capacidade analítica do Serviço Social em suas pesquisas detectam o que vem sendo transformado e em benefício de quem e para que e/ou qual finalidade. O apontamento principal deste trabalho intelectual, além de registrar e produzir conhecimento da realidade sobre a formação profissional

presencial no RS no contexto pós-golpe de 2016, identifica implicações para a formação e destaca os seguintes pontos:

1) As condições históricas em movimento frente as transformações societárias pós-golpe de 2016 indicam tendência de destituição e/ou transição da formação presencial nas instituições privadas para modalidade de ensino à distância, revelando que, a formação presencial em Serviço Social no RS futuramente prevalecerá nos cursos de natureza pública, somente;

2) Ao passo que os impactos societários favorecem uma conjuntura que está propensa à expansão da modalidade EaD na esfera educacional, em tempo que essa modalidade toma mais força na educação superior e passa a disputar vagas com as IES presenciais, averigua-se um constante tensionamento acerca das novas formas de se educar, principalmente, refletidas na reformulação e reestruturação de projetos pedagógicos de cursos, que passam a se reconfigurar constantemente de acordo com os moldes educacionais influenciados pelo mercado financeiro que dimensiona nas IES a racionalidade neoliberal expressa principalmente em seu caráter concorrencial;

3) gradualmente, a constante reconfiguração, posta para a formação presencial, se reflete na dilapidação da formação crítica devido o lastro deixado pela lógica concorrencial que vem ocorrendo entre as IES, que objetiva reduzir custos e maximizar resultados, ou seja, tende a explorar cada vez mais a força de trabalho de quem forma novos quadros profissionais sob condições precárias. No caso, expressos em flexibilizações e reformulações curriculares, adequação de projetos pedagógicos somados a polivalência do trabalho que aparece para assistentes sociais docentes, onde estes devem dar conta de ensino, pesquisa, extensão, supervisão de estágio, orientação de trabalhos de conclusão de curso, produção de conhecimento, planejamento de aulas entre outras atividades em tempo que os cursos vem reduzindo seus quadros de docência, cada vez mais se acarreta trabalho que, se concentra no que resta desses quadros;

4) o impacto nas condições de trabalho de assistentes sociais docentes revelam o abuso da relativa autonomia que assistentes sociais tem nas IES, em alguns casos, os atravessamentos institucionais que sobrecarregam o trabalho e impõe flexibilizações e adequações aos cursos, por consequência, demonstram impacto direto na qualidade da formação de novos profissionais devido ao tensionamento do modelo de formação em vigência posto para a profissão, conseqüentemente, esses impactos podem prejudicar a formação da identidade profissional e, posteriormente, refletir um perfil desqualificado para exercer a profissão, demonstrando que as IES podem vir a cancelar uma formação

descompromissada com o que a categoria do Serviço Social historicamente constituiu para seu projeto profissional e de formação.

Esses resultados expressam a análise da realidade que caracteriza a configuração da formação presencial no RS. O processo de pesquisa realizado neste trabalho buscou por fontes teóricas, documentais e contou com a colaboração de assistentes sociais que coordenam cursos presenciais no RS, tratando-se de pessoas, gente de carne e osso que sentem todos os dias as refrações da questão social e suas múltiplas expressões sob diversas formas, principalmente nos atravessamentos das IES com a formação e o projeto profissional do Serviço Social e com seu público alvo de trabalho: estudantes filhos da classe trabalhadora que buscam uma identidade profissional na sociedade brasileira.

Muitas vezes os resultados das investigações não são animadores, porém, servem para acender uma luz de alerta sobre a realidade investigada, os subsídios elaborados podem e devem ser elementos catalizadores para realizar as mudanças que se fizerem necessárias para a categoria profissional e a sociedade, desde que voltadas aos interesses destas.

No caso desta pesquisa, para qualificar uma formação profissional crítica, ética e socialmente comprometida com as necessidades sociais da população que demanda intervenção do Serviço Social no tempo presente – destaca-se que formar assistentes sociais também é intervenção do Serviço Social -, além de se fazer necessário uma unidade do Serviço Social com a classe trabalhadora e sua massa para promover transformações de escala societária, há de se despertar a consciência crítica para que essa unidade enfrente tamanhos desmontes que vem se concretizando no Brasil.

No caso do RS, a mobilização da comunidade universitária em conjunto com a classe trabalhadora para barrar o “FUTURE-SE” expressou concretamente que o caminho para reconquistar o que foi tirado é avançar de maneira coletiva e organizada com a massa da classe trabalhadora, pavimentando as condições necessárias para alcançar e ir além do que já foi conquistado nos marcos civilizatórios da sociedade brasileira, caso contrário, a tendência é que essa nova razão de mundo se torne permanente e essa classe seja cada vez mais subordinada e espoliada no capitalismo contemporâneo e na forma como este configura os modos de vida da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social** (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro: Ruptura com o Conservadorismo**. 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2019.

ALBUQUERQUE, Valéria. Serviço social e trabalho docente: precarização e intensificação nas instituições privadas de ensino. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2018,

ALVARENGA, Daniel. **Bolsonaro herda 69 projetos do PPI de Temer e quer ampliar privatizações**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/21/bolsonaro-herda-69-projetos-do-ppi-de-temer-e-quer-ampliar-privatizacoes.ghtml>> acessado em 13 de setembro de 2019.

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Novembro de 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>> acesso em: 07 jun. 2019.

BALDISSERA, Adelina. Projeto de pesquisa: indicações para sua elaboração. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, 4(3): 101-108, novembro 1998.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, jul./set. 2015.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (org.). – São Paulo: Cortez, 2012.

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. **Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais**. Gestão universitária: os caminhos para a excelência. Porto Alegre: Penso, p. 19-42, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Decreto n. 5493, de 18 de jul. de 2005**. Diário Oficial da União, DF, 2005.

BRASIL. **Decreto n. 5.773, de 9 de mai. de 2006**. Diário Oficial da União, DF, 2006.

BRASIL. **Decreto n. 6.096, de 24 de abr. de 2007**. Diário Oficial da União, DF, 2007.

BRASIL. **Decreto n. 9.741, de 29 de mar. de 2019**. Diário Oficial da União, DF, 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de jan. de 2005**. Diário Oficial da União, DF, 2005.

BRASIL. **Lei nº 13.332, de 01 de set. de 2016.** Diário Oficial da União, DF, 2016.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dez. de 2016.** Diário Oficial da União, DF, 2016.

BRASIL. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019** <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>>. Acesso em: 06 de jan. 2020.

CATINI, Carolina de Roig. **Privatização da educação e gestão da barbárie.** Edições Lado Esquerdo. Impressão Forma Certa, Outubro, 2017.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Relatório de deliberações do 47º encontro CFESS-CRESS:** Porto Alegre, 5 a 9 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social. Volume 2.** Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, DF, 2014.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. O ensino superior privado mercantil em tempos de economia financeirizada. In: Fernando Cássio (org.) **Educação contra a barbárie:** por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1. Ed – São Paulo: Boitempo, 2019.

CHESNAIS, François. **Estamos navegando em águas nunca antes navegadas.** Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Chesnais-Estamos-navegando-em-aguas-nunca-dantes-navegadas-/7/25678>>. Publicado em julho 2012. Acesso em: fev. 2020.

CHIMINI, Letícia; LAMPERT, Michael da Costa. Formação profissional em serviço social: crise de identidade no mundo ao avesso, afinal, de que lado você samba? In: **anais do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 05 a 09 de setembro de 2016 – Olinda – PE.

CLOSS, Thaísa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social:** um estudo a partir da produção da área. 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2017.

CORNELY, Seno Antônio. Crônicas de uma história recente: Alguns avanços que deram maior visibilidade ao Serviço Social gaúcho, especialmente à Faculdade de Serviço Social. **Revista Textos & Contextos Porto Alegre** v. 1 n. 1 p. 15-26 jan./dez. 2002.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto / John W. Creswell: tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, M. R. **Gestão estratégica de IES:** modelos e funções do planejamento estratégico em universidades públicas e privadas de Palmas – Tocantins (Dissertação de mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, 2011. Recuperado de: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/3804>>

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo** – ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe:** a dialética da democracia blindada no **Brasil**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

ÉPOCA. **Maior grupo de educação do país, Kroton vira Cogna e se divide em quatro.** Notícia disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/10/maior-grupo-de-educacao-do-pais-kroton-vira-cogna-e-se-divide-em-quatro.html>> acesso em 19 de out de 2019.

FASUBRA. **Fasubra e Andifes se reúnem para discutir a crise nas universidades.** Disponível em: < <http://fasubra.org.br/noticias/fasubra-e-andifes-se-reunem-para-discutir-a-crise-nas-universidades/> > acesso em 28 de jun. de 2018.

FAUSTINO, João. **História da PUCRS.** Porto Alegre: EDIPUCRS. 1995.

G1. **Eleições 2018.** Pesquisa IBOPE divulgada em 20 de ago de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/20/pesquisa-ibope-lula-37-bolsonaro-18-marina-6-ciro-5-alckmin-5.ghtml>> Acesso em: 28 jun. de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** – 7. ed. Atlas – São Paulo: 2019.

GOMES, Válter; TAYLOR, Maria de Lourdes Machado; SARAIVA, et al. O ensino superior no Brasil: breve histórico e caracterização. **Ciência & Trópico**, Recife, v.42, n. 1, p. 106-129, jan/jul, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/index>>. [V. em edição].

GOMES, P. A. O desenvolvimento brasileiro e a necessidade de formação de recursos humanos. In: S. S. Colombo, G. M. Rodrigues & Colaboradores (Orgs.), **Desafios da gestão universitária contemporânea.** [recurso eletrônico] (Cap. 3, p. 59-80). Porto Alegre: Penso, 2011.

GUERRA, Yolanda Demétrio. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio históricas e ético-políticas. In: Ana Elizabete Mota e Angela Amara (orgs.) **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro.** 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2016.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática.** 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARTMANN, Marcel. **UniRitter demite professores, muda currículo e gera protesto de alunos.** Notícia divulgada pelo Grupo RBS em 14 de dez de 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2017/12/uniritter-demite-professores-muda-curriculo-e-gera-protesto-de-alunos-cjb72kh0k00jl01p93gt6c3go.html>> Acesso em 10 de out de 2019.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** David Harvey; tradução Rogério Bettoni – 1. ed. -São Paulo: Boitempo, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social na história.** 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. – 24. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 30 out 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 02 abr 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação superior 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 02 abr 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 out 2019.

JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: Ivana Jinkings (org.) **por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

JÚNIOR, A. B. **Os atores e o enredo da crise política**. In: POR QUE GRITAMOS GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Christian Laval; tradução Mariana Echalar. 1. Ed. São Paulo: Boitempo 2019.

LEHER, Roberto. Educação no Governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. IN: PASSARINHO, Paulo et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010. p. 369-412.

LIMA, Kátia. **Contrarreforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

LAMPERT, M. C. **Formação profissional em serviço social: legado dos fundamentos para o século XXI e estudo da formação e trabalho profissional nas entidades representativas**. 172f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, 2017.

\_\_\_\_\_. Serviço Social e Fundamentos em movimento na morfologia do trabalho: limites e possibilidades. In: **anais do I Fórum Internacional de Serviço Social: Trabalho, Políticas Públicas e Forneiras**, 24 a 26 de junho de 2019 – São Borja – RS.

LUSA, Mailiz Garibotti; GOIN, Mariléia; OLIVEIRA, Loiva Mara Machado; LAMPERT, Michael da Costa. AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO RIO

GRANDE DO SUL: trajetória histórica, identidade política e pauta de lutas. In: **anais do XV ENPESS**, Ribeirão Preto - São Paulo, 2016.

MACIEL, A. L. S. **Universidade em crise: uma travessia necessária para formação em Serviço Social**. 220f. Tese (Doutorado Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, RS, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MARSIGLIA, R. M. G. **Orientações básicas para pesquisa** In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Inês Souza; UCHÔA, Roberta; NOGUEIRA, Vera; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciano; TEIXEIRA, Marlene. **Serviço social e saúde: Formação e trabalho Profissional** 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2009. 408 p. p. 383-399.

MARX. Karl. **A ideologia alemã: crítica da mais recente crítica alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão e seus diferentes profetas (1845 – 1846)** / Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. – São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O capital crítica da economia política: livro I - O processo de produção do capital**. – e-book. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Crise e golpe**. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

MEC. **Política para a educação e as diretrizes para o MEC**. Ministro Abraham Weintraub. Brasília, 2019.

MENEZES, L. C. **Universidade sitiada: a ameaça de liquidação da universidade brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MIGUEL. Luis Felipe. **O colapso da democracia no brasil: Da Constituição ao Golpe de 2016**. 1. Ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência - Desafios para uma política emancipatória**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós -64**. José Paulo Netto – 17. Ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

\_\_\_\_\_. A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Inês Souza; UCHÔA, Roberta; NOGUEIRA, Vera; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciano; TEIXEIRA, Marlene. **Serviço social e saúde: Formação e trabalho Profissional**. 4. ed. – São Paulo, Cortez, 2009. 408 p. p. 141-160.

OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira. Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 737-749, out./dez. 2010.

ORTIZ, Fátima Grave. Formação Profissional e Serviço Social: uma análise sobre as Diretrizes Curriculares, seus impasses e desafios. In: GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia Leite; ORTIZ, Fátima Grave. **Temas contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos**. Campinas: Papel Social, 2019. P. 215-240.

OSÓRIO, J. **O estado no centro da mundialização**: A sociedade civil e o tema do poder. Jaime Osório; tradução de Fernando Correa Prado – 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. – 2. ed. rev. 160 p.

PAULANI, L. Uma ponte para o abismo. In: Ivana Jinkings **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

PEREIRA, L. D; SOUZA, A. C. V. D; FERREIRA, A. T. D. S. Ensino superior mercantilizado e seus impactos para o perfil profissional de Serviço Social. In: **Educação e Serviço Social**: Subsídios para uma análise crítica. Vânia Cardoso da Motta, Larissa Dahmer Pereira, Organizadoras da Coletânea; Valeria Forti, Yolanda Guerra, Coordenadoras da série. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2017. p. 186 – 220.

PRATES, Jane C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

\_\_\_\_\_. A pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado. FERNANDES, Idília; PRATES, Jane C. (Org). **Diversidade e estética em Marx e Engels**. Campinas: Papel Social, 2016.

PRATES, J. C; PRATES, F. C. Problematizando o uso da técnica de análise documental no Serviço Social e no direito. **Sociedade em Debate**, Pelotas, n. 15, 2009.

PROGRAMA DE GOVERNO. **Mais mudanças, mais futuro**. Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores, 2014.

PROGRAMA DE GOVERNO. **Uma ponte para o futuro**. Programa de Governo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

PROGRAMA DE GOVERNO. **O caminho da prosperidade**. Proposta de Plano de Governo do PSL, 2018.

PEC. **Proposta de Emenda À Constituição Nº 241-A, de 2016**. . <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>> Acesso em: 10 julho de 2019.

PINTO, J. M R. Verdades e mentiras sobre o financiamento da educação. In: Fernando Cássio (org.) **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1. ed – São Paulo, Boitempo.

PONTES, R. N. DE ABESS A ABEPSS: crise, transição e conquistas. **Temporalis**, Brasília (DF), ano.11, n. 22, jul/dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2142/1594>> Acesso em: 10 julho de 2019.

RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social no Brasil. Trabalho, formação profissional e projeto ético-político. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social na história** – 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2019.

SAMPAIO JR. Plínio Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out/dez. 2012.

SILVA, Camila Rodrigues. **Dois dias após impeachment, governo Temer sanciona lei que autoriza pedaladas fiscais**. São Paulo, 2 de set. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/09/02/dois-dias-apos-golpe-governo-temer-sanciona-lei-que-autoriza-pedaladas-fiscais/>> acesso em: 25 abr. 2019.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. – 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

TELLES, Helcimara. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o *boom* da direita na política nacional? In: ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política no Brasil. Camila Rocha e Esther Solano (orgs.) – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação**: o Positivismo, Fenomenologia e o Marxismo. 1. Ed. São Paulo, Atlas, 1987.

UFSM. **Nota do Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Maria sobre o Future-se**. UFSM, Santa Maria, RS, 3 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/2019/10/03/nota-consu-sobre-future-se/>> acesso em: 20 de out. 2019.

UFRGS. **Moção aprovada pelo CONSUN que ratifica a decisão de repúdio da comunidade da UFRGS ao projeto FUTURE-SE**. UFRGS, Porto Alegre, RS, 23 de agosto de 2019. Moção disponível em: <<https://www.assufrgs.org.br/2019/08/23/consun-da-ufrgs-diz-nao-ao-future-se/>> acesso em: 20 de out. 2019.

UNIPAMPA. **Nota do conselho universitário da Universidade Federal do Pampa (CONSUNI) sobre o FUTURE-SE**. UNIPAMPA, Bagé, RS, 12 de setembro de 2019. Nota disponível em: <<https://unipampa.edu.br/portal/consuni-decide-pela-nao-adesao-ao-future-se-e-lanca-nota-sobre-o-tema>> acesso em: 20 de out. de 2019.

VEJA. **Bancos lucraram 8 vezes mais no governo de Lula do que no de FHC**. Notícia veiculada pelo Grupo Veja em 12 de set de 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/bancos-lucraram-8-vezes-mais-no-governo-de-lula-do-que-no-de-fhc/>> Acesso em: 10 julho de 2019.

VIEIRA, Inácio. **Michel Temer diz que impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou 'ponte para o futuro'**. Publicação em *The Intercept* Brasil de 22 de set de 2016. Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/?fbclid=IwAR1m-QTRegQEV-WDhq9qCZVbeyJsS7WkK0zMAT3uD1n2fdyVtLZRk1nq358>> Acesso em: 10 julho de 2019.

VILLAR, Vera Lúcia Carvalho. **Formação em Serviço Social: a implantação do curso em universidades federais do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, RS, 2015.

## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE

Prezada/o Coordenador de Curso!

Eu Michael da Costa Lampert, responsável pela pesquisa **TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS EM CONTEXTO PÓS-GOLPE DE 2016: IMPLICAÇÕES PARA FORMAÇÃO PRESENCIAL EM SERVIÇO SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL**, estou fazendo um convite para você participar como voluntária/o nesse estudo.

Esta pesquisa pretende analisar as conformações da educação superior num contexto pós golpe de 2016 e suas incidências nos cursos presenciais de Serviço Social do Rio Grande do Sul. Acredito que ela seja de extrema importância na atualidade, porque faz uma análise recente da formação de assistentes sociais em cursos presenciais no estado, no intuito de contribuir, ampliar e adensar o debate com reflexão crítica sobre esta formação no RS, na intenção de construir dissertação de mestrado que condense dados do campo teórico e empírico identificando como essas conformações impactam na formação em Serviço Social presencial no estado do RS, visando constituir estratégias por meio da pesquisa que venham proteger e garantir uma formação crítica reflexiva ancorada nas atuais diretrizes curriculares.

Neste sentido, sua participação será extremamente importante, considerando que este é o meio mais viável para se aproximar dessa realidade empírica pela qual passa a formação presencial em Serviço Social no RS, se não contar com a participação de vocês para este estudo. Sua participação constará pelo meio de formulário online, com roteiro semiestruturado com perguntas simples fechadas, abertas e descritivas, de livre respostas a fim de coletar informações de campo empírico, unicamente para fins acadêmicos onde se preservará o anonimato quanto à identificação das/os participantes da pesquisa.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com Michael da Costa Lampert no telefone 55 991438655 ou pelos e-mails: michael.lampert@acad.pucrs.br ou michael.lampert@edu.pucrs.br a qualquer hora.

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao clicar em concordo neste termo de consentimento, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma.

Se você concordar em participar deste estudo, por favor clicar em “Sim” para prosseguir com sua participação. Ao final do formulário, após envio, você receberá uma confirmação via e-mail de que sua resposta foi efetivada com sucesso. Você receberá um e-mail para seus registros e uma outra cópia será arquivada pelo responsável pelo estudo.

## APÊNDICE B

### Formulário *Online* para coleta de dados

#### Link para acesso disponível em:

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfE9DJvO9h8WW0L4wP0a9vZVlro5vYHxfqXrU7T\\_JVZNjEm1Q/viewform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfE9DJvO9h8WW0L4wP0a9vZVlro5vYHxfqXrU7T_JVZNjEm1Q/viewform)

Formulário para coleta de dados de pesquisa para dissertação de mestrado é um instrumento online feito pela plataforma do Google, assegurando sigilo dos dados coletados para uso do pesquisador em dissertação de mestrado, somente para fins acadêmicos.

Este questionário tem como finalidade de uso a coleta de dados referentes aos cursos de graduação em Serviço Social na modalidade presencial no Rio Grande do Sul, para contemplar dados a serem utilizados na pesquisa para dissertação de mestrado: Formação presencial em Serviço Social no Rio Grande do Sul: estudo sobre seus rebatimentos pós-golpe de 2016.

Este formulário resguarda às/aos participantes a garantia de sigilo e anonimato na publicação de dados, como também busca assegurar as prerrogativas postas pela resolução nº 510/2016, que trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas.

Ressalta-se que todas informações colhidas serão em comum acordo de Termo de consentimento livre e esclarecido, sobre o passo a passo desenvolvido nesta pesquisa, sendo este assinado pelo autor da pesquisa e coordenadores dos cursos de Serviço Social convidados a participarem desta.

Dados curso de graduação:

Nome da instituição em que o curso se situa?

---

Natureza da instituição?

( ) pública ( ) privada ( ) mista ( ) outros;

Carga horária do curso?

---

Carga horária de estágio obrigatório:

---

Em que ano foi criado o curso?

---

O curso oferta alguma das seguintes atividades para estudantes?

Ensino  Pesquisa  Extensão

O curso possui pós-graduação em Serviço Social stricto sensu?

Não  Mestrado  Doutorado  Pós doutorado  Mestrado e doutorado  Mestrado  doutorado e pós doutorado

O curso tem seu funcionamento em:

Universidade  Faculdade  Centro Universitário  Instituto Federal  Outra modalidade de Instituição de Ensino Superior (IES)

Qual turno que são realizadas as aulas (disciplinas obrigatórias de graduação)?

manhã  tarde  noite  manhã e tarde  manhã e noite  tarde e noite  manhã, tarde e noite

Dados docentes:

O curso funciona com quantas/os assistentes sociais no corpo docente?

---

O curso encontra-se filiado à ABEPSS?

sim  não  não sabe

O curso possui docentes filiados à ABEPSS?

sim  não  não sabe

O curso possui docentes participando da gestão Executiva Regional da ABEPSS Sul I?

sim  não

O curso possui docentes participando da gestão da Executiva Nacional da ABEPSS?

sim  não

O curso possui docentes participando da gestão do CRESS/RS?

sim  não

O curso possui docentes participando do NUCRESS da sua região?

sim  não

O curso possui docentes participando da gestão do CFESS?

sim  não

Para você, quais as principais mudanças que ocorreram na política da educação superior brasileira nos últimos 3 anos?

---

---

---

---

---

---

Você identifica que essas mudanças impactaram na sua IES? se sim, indique como:

---

---

---

---

---

---

Como essas mudanças incidiram no curso que você coordena?

---

---

---

---

---

---

Quais os elementos positivos e negativos que você identifica nessas mudanças?

---

---

---

---

---

---

Quais são os principais desafios, os riscos e possibilidades que você identifica para a formação de assistentes sociais no curso que você coordena?

---

---

---

---

---

---

Na atualidade, você acha necessário que se desenvolvam pesquisas com estudo direcionado para área de formação em serviço social?

( ) sim ( ) não

Se a resposta anterior for sim, poderia descrever por que você acha importante pesquisar sobre a área?

---

---

---

---

---

---

---



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)